

REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE



Nº 32

1993-1999

Revista

do

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

de

SERGIPE

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual nº 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução nº 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, de Buenos Aires, em 1916, e reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 14.074, de 19 de fevereiro de 1920.

**REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE**

Rua Itabaianinha, 41
49010-190-Aracaju-Sergipe
Fundado em 6 de agosto de 1912

Presidente Honorário:
Exmo. Sr. Governador do Estado
Dr. Albano Franco

DIRETORIA
Biênio de 1997-1998

Presidente:
Profª. Maria Thétis Nunes

Vice-Presidente:
Eng. Fernando de Figueiredo Porto

Secretário Geral:
Prof. Luiz Fernando Ribeiro Soutelo

1º Secretário:
Prof. Pedrinho dos Santos

2º Secretário:
Profª. Maria da Glória S. de Almeida

1º Tesoureiro:
Prof. Gerson Vilas-Bôas

2º Tesoureiro:
Eng. Emmanuel Franco

Orador:
Jorn. Luiz Antônio Barreto

Coordenador da Revista:
Prof. Pedrinho dos Santos

PESSOAL ADMINISTRATIVO:
Profª. Jane Marie Pinho Marques
Bib. Angela Nickaulis Corrêa Silva
Sr. Gustavo Paulo Bomfim

TEMÁRIO

ARTIGOS E ESTUDOS

- 01 - O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
MARIA THÉTIS NUNES 09
- 02 - História Indígena do Nordeste: fontes e instrumentos de pesquisas
BEATRIZ GÓIS DANTAS 19
- 03 - O Município de Indiaroba (subsídios para a sua história)
LUIZ FERNANDO RIBEIRO SOUTELO 41
- 04 - A Igreja em Sergipe e os “desfavorecidos”: possibilidades de pesquisa
MARIA DA GLÓRIA ALMEIDA..... 61
- 05 - Moreira Guimarães, um nome da inteligência brasileira
PEDRINHO DOS SANTOS 85
- 06 - Canudos - Origem e Desenvolvimento de um Arraial Messiânico
JOSÉ CALASANS..... 97
- 07 - Sergipanos no Magistério Carioca
ARIVALDO FONTES..... 113
- 08- Aspectos Históricos da Cidade de São Cristóvão
MARIA THÉTIS NUNES 129
- 09 - A Tortura dos Escravos na Casa da Torre: um documento inédito dos
Arquivos da Inquisição
LUIZ R. B. MOTT 135
- 10 - A Manutenção da Ordem Pública e as Relações de Poder em
Sergipe (1889-1930)
ANTÔNIO LINDIVALDO SOUZA 155
- 11 - Depoimento sobre Passos Cabral
JOSÉ AMADO NASCIMENTO..... 173
- 12 - O Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos
Homens Pretos de Vila Nova Real De El Rei do Rio São Francisco
LOURIVAL SANTANA SANTOS..... 183
- 13 - Sergipanos dos séculos XVII e XVIII nos arquivos portugueses
RICARDO TELES ARAÚJO 203
- 14 - O missionário, o bandeirante e o sesmeiro: notícias sobre a ocupação
histórica do Baixo São Francisco
FRANCISCO JOSÉ ALVES 229

PÁGINAS DE SAUDADE

Dr. José Rollemberg Leite	
MARIA THÉTIS NUNES	241
A Artista da História de Sergipe	
MARIA LÍGIA MADUREIRA PINA	243
Padre Aurélio Vasconcelos	
SALINE ABDO	249
General Djenal	
JOÃO GOMES CARDOSO BARRETO	255
Sócios Falecidos	259

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Maria Thétis Nunes

Em 6 de agosto de 1912 era, solenemente, instalado em Aracaju o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Sua fundação resultara da persistência e do trabalho de um jovem idealista, Florentino Teles de Menezes, sensibilizando os intelectuais e os políticos sergipanos. Na época era ele estudante de Medicina tendo, porém, por motivo de saúde, que abandonar o curso. Destacar-se-ia como jornalista, professor do Atheneu, enveredando pelos estudos sociológicos influenciado por autores de tendências doutrinárias as mais variadas, como Spencer, Durkheim, Nietzsche, Marx. Preocupava-o, principalmente, os problemas sócio-políticos do Brasil de então, empenhando-se, com entusiasmo e denodo, em campanhas como pelo voto secreto, a emancipação da mulher, a fundação do Centro Socialista Sergipano e o Centro Pedagógico Sergipano.

Sonhava fazer do Instituto “o guardião de nossas tradições, a fim de evitar que fossem elas destruídas pela ação do tempo que tudo aniquila”. Para ele, as tradições eram a alma do povo e, assim, deveriam ser guardadas “como o legado mais precioso que nos deixaram nossos antepassados”.

A solenidade de instalação do Instituto Histórico constituiu-se num acontecimento importante na vida aracajuana, conforme testemunham os jornais da época, reunindo os nomes mais expressivos dos meios intelectuais e políticos da terra.

A primeira Diretoria, então aclamada, foi constituída assim: Desembargador Dr. João da Silva Melo como Presidente; Vice-Presidente: Desembargador Dr. Dionísio Teles de Menezes; 1º Secretário: Dr. Alcebíades Correia Paes; 2º Secretário: Dr. Álvaro Teles de Menezes; Orador: Dr. Sílvio da Mota Rabelo; Tesoureiro: Dr. Evangelino de Faro. Foram também estabelecidas as Comissões: Finanças, Donativos e interesses externos, Museu e Biblioteca, História e Arqueologia, Estatística e Geografia.

A presidência de honra cabia ao Presidente do Estado, que era, então, o General José de Siqueira Menezes (21/10/1910 a 24/10/1914), que apoiou a instituição. Republicano histórico, participou do grupo que, na cidade de Laranjeiras, fundou o Clube Republicano em 1888.

Integrara a Junta Provisória que governou o Estado de Sergipe após a Proclamação da República. Portador de larga folha de serviços ao país como militar, destacou-se nas lutas de Canudos, levando Euclides da Cunha, em Os Sertões, a chamá-lo "Jagunço Loiro". Na região amazônica, sua passagem deixaria um marco importante na fundação de Sena Madureira. As qualidades de militar e engenheiro, de que era portador, o haviam projetado na vida do País.

O Instituto Histórico e Geográfico surgia numa época de profundas transformações sócio-econômicas na vida sergipana. O Estado vivia a fase pré-capitalista em consequência de fatores internacionais e nacionais. O impacto desses fatores repercutiria especialmente no setor açucareiro, que continuava a ser o esteio da economia sergipana. É sobre ele que se faz sentir, principalmente, consequências do desenvolvimento industrial e capitalista, já iniciado desde os fins do Império com o início de usinas substituindo os velhos engenhos e turbinas substituindo a tração animal. O plantio do algodão enfrentava a crise da concorrência das "plantations" das colônias européias na África, estimulado pelo consumo das indústrias têxteis locais, que iam surgindo.

Essas transformações econômicas ocorridas refletiam-se na sociedade, com a importância da vida urbana, o crescimento da camada média da população e a definição do proletariado urbano, responsável pela explosão da primeira greve ocorrida em Sergipe.

Crescem o prestígio e a influência da Capital. Aracaju se moderniza com construções luxuosas, os "palacetes" como pomposamente eram denominados, o surgimento de centros de diversões, destacando-se o cinema que começou a funcionar a partir de 1909, as transformações dos meios de transporte - o bonde de tração animal surge a partir de 1901, os automóveis começam a circular na cidade. As obras de infra-estrutura - água encanada, luz elétrica, esgotos - fazem que a capital sergipana vá perdendo o jeito provinciano que a marcara até então. Em 1914, o "Chémin du fer" completaria a revolução quando o trem ligou a cidade de Salvador ao São Francisco (à cidade de Propriá), concretizando-se um velho anseio dos sergipanos e dos governos republicanos.

A Educação receberia o impacto dessas transformações, conforme percebeu o Presidente Siqueira Menezes ao dizer, em Mensagem à Assembléia Legislativa, que, *"a par dos melhoramentos materiais, de que tanto se ressentia esta Capital, o magno problema do ensino*

público que não deve ficar estacionado diante da marcha evolutiva das sociedades", era enfrentado. Na passagem do governo em 1914, com razão afirmaria o seu sucessor: *"A instrução é hoje, em Sergipe, o departamento que mais fortuna logrou na administração que sucedi"*. Crescera consideravelmente a matrícula escolar, surgindo os primeiros grupos escolares, substituindo as escolas isoladas, bem como as escolas noturnas para ambos os sexos. Fora inaugurado o edifício para instalação da Biblioteca Pública.

Era fecunda a vida intelectual sergipana na época em que o Instituto Histórico iniciava suas atividades, caracterizada pelo *"culto da inteligência e da cultura"*, mantido pelo trabalho dos bacharéis do Recife, discípulos de Tobias Barreto, *"falando com entusiasmo e orgulho, das admiráveis lições do mestre de Escada, das suas polêmicas, do seu papel renovador na cultura brasileira"*. *"Isolados em Sergipe, vivendo da magistratura ou da advocacia, atuando na política, cultivavam a filosofia, estudavam o direito, pesquisavam o regional"*. *"Intelectuais que falam do monismo, comentam Haeckel, discutem Augusto Comte, negam o direito natural, riem da metafísica, mas não coram de escrever sobre cacumbis e taieiras, lendas de S. Cristóvão ou da serra de Itabaiana, compõem poemas épicos, versando sobre a conquista de Cristóvão de Barros"*, assim o historiador José Calazans retratou a vida cultural dessa época que o Instituto Histórico surgia.

Iria a nova instituição proporcionar os meios de ação a todos que participavam da atividade intelectual de Sergipe. *"Nunca jamais suas portas estiveram fechadas a quem quer que fosse. Ao lado dos intelectuais também os pintores, os artistas em geral, os colecionadores, os políticos, sempre e sempre ali tiveram guarida"*, afirma José Calazans que, por vários anos, participou intensamente da vida da instituição.

O artigo 1º dos estatutos, aprovados pela Assembléia Geral dos sócios e por ato do Presidente do Estado, definia os seus fins:

1º. Verificar, coligir, arquivar e publicar os documentos, memórias e crônicas relativos às datas históricas, a distribuição geográfica, às curiosidades arqueológicas, ao folclore, à etnografia e línguas dos indígenas, a tudo que possa concorrer para a História do Brasil e especialmente de Sergipe;

2º. Escrever biografias dos nacionais e estrangeiros, que se assinalaram por serviços prestados a Sergipe;

3º. Corresponder-se com as Academias e Sociedades literárias e científicas, quer do país, quer do estrangeiro;

4º. Publicar trimestralmente uma revista, sob o título "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe", contendo as atas das sessões, discursos, nomes dos sócios admitidos e trabalhos literários referentes aos fins do Instituto.

Inicialmente o Instituto Histórico instalou-se numa sala do então Tribunal de Relação do Estado, cedida pelo seu presidente, onde já funcionava o Clube de Esperanto. Grande foi a luta dos seus integrantes para a construção da sede própria, iniciada, afinal, em 1934, na presidência do dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, inaugurada cinco anos depois, em 1939, na presidência do sr. Epifânio Dória. Na época era um dos mais imponentes edifícios da capital sergipana, destacando-se o auditório, ocupando o segundo piso, com capacidade para quinhentas pessoas, e que teria grande importância na vida artística de Sergipe. Até 1954, quando foi construído o auditório do Atheneu Sergipense, grandes espetáculos artísticos, conferências importantes, projeção de filmes famosos através da Sociedade de Cultura Artística de Sergipe, formaturas, reuniões políticas decisivas, posse de autoridades aí se realizavam.

Integram o patrimônio do Instituto a valiosa *Biblioteca* de mais de 20.000 volumes, para o que concorreram doações importantes como a biblioteca do destacado sergipano dr. José Rodrigues da Costa Dória. Livros raros e valiosos nela são encontrados, funcionando, atualmente, a Seção Sergipana integrada por livros de autores sergipanos ou escritos sobre Sergipe; a importante *Hemeroteca*, abrangendo coleções de jornais desde o Império aos nossos dias, atraindo pesquisadores não só locais como de outros Estados; o *Arquivo* contém numerosos documentos importantes para o estudo da história de Sergipe desde a época imperial, encontrando-se catalogados.

São atrativos para o visitante, a *Pinacoteca*, destacando-se não apenas os retratos de presidentes, professores, intelectuais, políticos sergipanos pintados por artistas de renome, mas obras importantes da pintura brasileira, especialmente dos impressionistas, doadas pelo pintor Galdino Guttman Bicho. Chama a atenção o auto-retrato de Vitor Meireles; o pequeno *Museu* que apresenta obras valiosas da vida

sergipana. Também há uma modesta coleção de *Numismática*.

Este valioso acervo que atrai grande número de visitantes, resultou de doações, algumas vezes vindas de outros Estados. Geralmente foram obtidas graças à capacidade de atuação e tenacidade de um homem, Epifânio da Fonseca Dória, que acompanhou a vida da instituição desde os primórdios de sua fundação, em 1912, até o falecimento, em 1976, aos 92 anos de idade. Foi seu Presidente (biênio 1937/1939), preferindo, porém, continuar como Secretário Geral Perpétuo. A ele os sergipanos devem a sobrevivência do Instituto Histórico de hoje.

O Instituto Histórico foi reconhecido de utilidade pública por lei estadual de 9 de novembro de 1915 e decreto do Governo Federal de 19 de fevereiro de 1920, e de utilidade continental na América do Sul pela resolução nº 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História reunido em Buenos Aires em 1916.

Sua participação na vida sergipana tem sido importante, não só nas comemorações cívicas, como relembrando os sergipanos mortos para que as novas gerações os conheçam e possam estudar sua trajetória. À sua iniciativa deve-se a ereção do monumento ao dr. Inácio Joaquim Barbosa, o fundador da cidade de Aracaju em 1855, a estátua de Tobias Barreto com a transladação dos seus restos mortais do Recife para Aracaju, os bustos do general Siqueira de Menezes e do general Oliveira Valadão, ex-presidentes do Estado. Também participou ativamente da ereção da estátua de Sílvio Romero. Teve participação destacada nas comemorações do centenário da independência de Sergipe em 1920 e do Brasil em 1922. Também atuou na transladação dos restos mortais do grande pintor Horácio Hora, de Paris, onde morreu, para a sua terra natal, a cidade de Laranjeiras. Estes, por designação do Governo do Estado, ficaram sob a guarda do Instituto até a construção da herma em sua terra natal.

Foram publicados trinta e um números de sua Revista, estando no prelo o número 32, com a colaboração de estudiosos da História, da Geografia, da Sociologia, da Literatura Sergipana, e a divulgação de documentos importantes do passado sergipano.

Através dos oitenta e seis anos de existência, em torno do Instituto Histórico gravitaram os acontecimentos culturais e artísticos que movimentaram a vida sergipana. A construção de auditórios mais confortáveis, o funcionamento da Universidade na Cidade Universitária fazem

que, dificilmente, se consiga, como outrora, atrair público para conferências e debates. A televisão, a distância que as residências se foram localizando trouxeram profundas mudanças nos costumes da terra. Mas continua prestando relevantes serviços à comunidade como atestam as estatísticas dos que procuram a biblioteca, o arquivo, as coleções de jornais, ou visitam a pinacoteca, a mais valiosa do Estado, ou o Museu. A Universidade e os alunos de cursos primário e secundário.

Não tem sido fácil sua sobrevivência nesses oitenta e seis anos de vida. Grandes foram os esforços dos seus dirigentes para que a instituição fincasse as raízes num solo nem sempre fértil para tal tipo de vegetação. Têm sido, porém, sempre vencidos os obstáculos no decorrer dos anos. Já desapareceram todos os seus fundadores, mas o Instituto permanece vivo, desempenhando junto à comunidade sergipana a missão que eles sonharam.

Os problemas enfrentados para seu funcionamento são consideráveis desde quando a instituição não dispõe de um patrimônio que lhe assegure renda estável. A contribuição dos sócios, uma pequena anuidade, chega com grande dificuldade depois que desapareceu a figura do "cobrador" nas residências, substituída pelos bancos. Contávamos com uma pequena verba do Estado, da Assembléia Legislativa Estadual através de alguns deputados amigos, de dotações pessoais de alguns senadores e deputados conterrâneos. Lamentavelmente, os problemas financeiros que envolvem o país atingiu o Legislativo fazendo com que há três anos, embora figurem nos orçamentos, as contribuições federal e estadual não foram liberadas.

Conseguiu a Diretoria que o Estado pusesse à sua disposição dois funcionários e a Prefeitura um, tornando possível a sua abertura ao público.

Também tem sido o resultado de empenho junto a órgãos públicos a publicação da Revista. Esperamos que ainda este ano seja publicado o número 33, já preparado para a impressão.

Para a conservação e reforma do edifício, apelamos para os governadores do Estado, conseguindo sensibilizá-los como atestam a restauração dos quadros, que se encontravam em lamentável estado de conservação, a renovação da pintura da fachada externa em péssimo estado, a substituição da rede elétrica antiga, ante a ameaça de incêndio, a reforma do auditório, tornando-o mais confortável, sendo constantemente procurado para reuniões ou cursos breves.

Lamentavelmente tem sido difícil sensibilizar a iniciativa particular apesar das tentativas feitas, destacando-se, apenas, a atuação do *Grupo Bompreço* assumindo a colocação das grades que se tornavam indispensáveis para a segurança da instituição.

No momento, um dos principais problemas a ser resolvido é modernizar a catalogação da Biblioteca, permitindo sua integração ao sistema de comunicação com outras bibliotecas através da informática. O grande problema para realizá-la é contar com a participação de pessoas especializadas, cedidas pelos órgãos governamentais. Conforme a legislação vigente no Estado, o funcionário quando posto à disposição de entidades particulares, perde a gratificação que recebe pelo cargo que desempenha, e o Instituto não tem condições de compensá-los.

O segundo problema é a restauração das quatro grandes telas retratando personagens destacados na vida sergipana, pintadas pelo renomado artista Jordão de Oliveira, principalmente por não aparecerem restauradores, apesar das tentativas feitas.

Temos encontrado, na imprensa local, grande apoio para as campanhas que lançamos ao tornar-se indispensável resolver um problema surgido.

Esperamos que o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe continue a prestar sua colaboração ao desenvolvimento cultural e à preservação da memória de Sergipe, como, idealisticamente, sonharam os que o plantaram nos idos de 1912.



Professora Maria Thétis Nunes no Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros realizado no Rio de Janeiro de 28 a 30 de outubro de 1998.

DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os Institutos Históricos de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, presentes ao *Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros*, na cidade do Rio de Janeiro de 28 a 30 de outubro de 1998, **considerando**:

- a relevância de sua contribuição à vida cultural e intelectual do país como instituições das mais antigas destinadas ao cultivo dos estudos brasileiros e à memória nacional e regional;

- o papel que exercem na preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, recolhendo e conservando acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos de interesse para a memória nacional e regional;

- o fato de se constituírem em instituições dedicadas à convivência acadêmica, à consagração intelectual e ao fomento e realização de pesquisas;

conclamam os poderes públicos federal, estaduais e municipais a encontrarem meios institucionais e legais de reconhecimento efetivo desta contribuição, assegurando-lhes recursos financeiros, isenções fiscais e outros benefícios que viabilizem sua atividade.

Conclamam, igualmente, que lhes sejam asseguradas, em seus campos de atuação, oportunidades concretas de participação nos órgãos condutores e/ou assessores de políticas culturais e científicas.

E renovam seu compromisso com a valorização dos traços característicos de nossa formação histórico-cultural, certos que estão de ser esta a melhor forma de reafirmar a identidade nacional e a diversidade regional diante dos desafios do processo de globalização.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1998

HISTÓRIA INDÍGENA DO NORDESTE: fontes e instrumentos de pesquisas*

Beatriz Góis Dantas
NPPCS/UFS

"Sabe-se pouco da história indígena: nem a origem, nem as cifras de população são seguras, muito menos o que realmente aconteceu. Mas progrediu-se, no entanto: hoje está mais clara, pelo menos, a extensão do que não se sabe."

Manuela Carneiro da Cunha, 1992b: 11

Nesta grande reavaliação das sociedades indígenas, a historiografia - e terá - um papel fundamental, decisivo até. Pois cabe aos historiadores, através de uma revisão séria a abordagem vigentes - que relegam os índios a um papel fugaz e mal-explicado no início da colonização, que reservam aos mesmos índios um enquadramento etnográfico e não histórico ou, ainda, que reduzem-nos a meras vítimas do inexorável processo da expansão europeia - não apenas resgatar mais esses "esquecidos" da história, mas antes redimir a própria historiografia de seu papel conivente na tentativa - fracassada - de erradicar os índios.

Jonh Monteiro, in Silva e Grupioni, 1995: 227.

As epígrafes utilizadas na abertura deste trabalho indicam as preocupações de antropólogos e historiadores com o conhecimento lacunar relativo à história dos índios. O Encontro que ora se realiza é uma tentativa, dentre outras, de estabelecer diálogo e colaboração para um trabalho interdisciplinar, tendo como temática central a história indígena no Nordeste. Desta perspectiva mais abrangente, tentarei esboçar um painel geral sobre fontes armazenadas em diversas instituições ou mesmo em arquivos particulares no âmbito da região. Tomarei como referência básica o **Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros**, (Monteiro, 1994), instrumento de pesquisa fundamental, ao qual procurarei agregar algumas informações sobre outras fontes de pesquisas, em grande parte acumuladas durante a elaboração do trabalho "Os Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro; um esboço histórico", capítulo do livro elaborado em parceria com José Augusto Sampaio e Maria Rosário de Carvalho, publicado na *História dos Índios no Brasil* (Cunha, 1992b).

* Trabalho apresentado no Encontro de Etnohistória Indígena do Nordeste. Penedo - Alagoas, 1996.

Meu objetivo mais específico é ver como o Nordeste aparece no **Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo** através dos arquivos cadastrados e dos conjuntos documentais aí descritos e, procedendo uma comparação entre os acervos documentais mapeados e a produção referente aos índios do Nordeste registrada na **Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira** (Balduz, 1954, 1968 e Hartman, 1984), levantar alguns pontos para discussão sobre possíveis ações integradas relacionadas com fontes e pesquisas sobre a temática indígena na região. Apesar da multiplicidade de fontes à disposição dos pesquisadores e da inegável importância das fontes orais, o recorte deste trabalho privilegia documentos escritos, pela própria natureza dos instrumentos de pesquisas enfocados.

1- Apresentando o Guia de Fontes para a História Indígena e do indigenismo

Resultante de um trabalho interinstitucional e interdisciplinar coordenado pelo Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP, inspirando-se no Guia de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual (Silva, 1988), o **Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros** (doravante referido apenas como Guia) mapeia a nível nacional (exceto Tocantins, Amapá e Roraima) acervos documentais existentes nas capitais. Ao limitar-se às capitais, deixou de fora os arquivos cartorários, eclesiásticos e municipais sediados em locais mais próximos dos aldeamentos e onde são encontrados muitos documentos que se referem à história dos índios. Em contrapartida, essa redução do universo do trabalho - que no projeto inicial era mais abrangente - permitiu efetuar descrições dos conjuntos documentais através de informações mais detalhadas sobre seu conteúdo, de modo a fornecer pistas mais ricas e mais seguras aos pesquisadores, o que a meu ver se constitui num dos aspectos mais relevantes da publicação.

Para conseguir esse objetivo constituiu as equipes locais com professores das Universidades e, quando possível, agregando pessoas com algum contato prévio com a temática em questão e com trabalhos em arquivos. Em alguns estados os trabalhos do Guia confluíram com levantamentos documentais já em andamento em Universidades nordes-

tinhas¹, em outros terminou despertando interesses e viabilizando a consolidação de novos grupos de trabalho sobre o tema em questão.

Foram cadastrados ao todo 140 unidades guardiãs de acervos documentais de interesse para a história do índio localizadas nas capitais. Designadas como informantes compreendem instituições públicas ou particulares (arquivos, bibliotecas, museus, centros de estudos etc.) ou mesmo pessoas físicas detentoras de fontes significativas para a temática em questão. Sobre cada uma delas é apresentada uma série de informações úteis aos pesquisadores tais como endereço, horário de funcionamento, condições para reprodução dos documentos etc.

Foram registrados 673 conjuntos documentais. Nas palavras do Coordenador Guia, o Prof. John Manuel Monteiro, "conjunto documental é um conceito flexível que pode corresponder a diversos agrupamentos arquivísticos, abrangendo fundos, coleções, série, subsérie ou grupos documentais, entre outros"(Monterio, 1994:8). O tratamento dispensado a cada conjunto documental, que se constituiu na unidade de trabalho a ser referenciada, inclui histórico, datas-limites dos documentos, tratamento técnico, descrição de conteúdo, instrumentos de pesquisa disponíveis (como índices, listagens, inventários), informações sobre existência de microfilmes dos documentos e restrições de acesso. Informa ainda sobre os tipos de documentos (correspondência, relatórios, fotos, filmes etc) que integram o conjunto e sobre suas dimensões em termos de espaço físico ocupado pelos documentos. Em sua parte final contém mais instrumentos de ajuda ao leitor: índice de assunto, índice geográfico, índice de grupos indígenas e índice de informantes (arquivos). Por tudo isto o Guia "já nasce constituindo-se em obra básica de referência para as futuras pesquisas sobre história indígena no Brasil"(Grupioni, 1995:207).

2 - O Nordeste no Guia

Fazendo um recorte sobre os arquivos localizados no Nordeste, mas lembrando que eles não esgotam, evidentemente, as fontes para a história indígena na região, pois arquivos do Rio de Janeiro e do Distrito Federal interessam aos pesquisadores de grupos indígenas nordestinos, tomo para análise os arquivos cadastrados pelas equipes locais na Bahia,

Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão.

O Nordeste figura no Guia com 52 arquivos que representam 37,1% dos arquivos cadastrados no Brasil, conforme se pode ver no Quadro abaixo:

Fontes para a História Indígena Arquivos do Nordeste

Estado	Informantes (Arquivos)	Conjuntos Documentais
Alagoas	03	03
Bahia	05	30
Ceará	11	34
Maranhão	03	12
Paraíba	06	22
Pernambuco	10	31
Piauí	01	01
Rio Grande do Norte	07	11
Sergipe	06	17
Total	52 (37,1%)	161 (23,9%)
Brasil (exceto 3 Estados)	140	673

O número de arquivos, termo aqui empregado de forma muito ampliada, com que cada estado está representado no Guia não abarca, necessariamente, a totalidade dessas instituições sediadas nas capitais. Em alguns casos, arquivos pesquisados não foram cadastrados pela simples razão de não ter sido encontrado em seu acervo documentação de interesse para a história indígena.

Por outro lado, percebe-se que ficaram de fora do Guia alguns outros arquivos onde seguramente há documentação sobre a temática em questão. O caso mais flagrante é o do Piauí, onde o Arquivo Público Estadual detentor de fontes significativas, como indicam os trabalhos de Mott(1985), não foi incluído "por não oferecer condições adequadas à realização do projeto" (Monteiro, 1994:8).

Ceará e Pernambuco destacaram-se quanto ao número de arquivos incluídos no Guia representando os dois estados mais de 40% dos arquivos cadastrados na região. Registre-se, por outro lado, o número

de arquivos cadastrados no Maranhão e na Bahia se comparado com outros estados de menor expressão cultural. Neste último a ausência mais flagrante é a do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, ofuscado, talvez, pelo grande volume de documentos do arquivo público estadual que, com sua imensa massa documental - uma das maiores do Brasil -, deve ter absorvido por demais a equipe de pesquisadores. Significativamente, no Arquivo Público da Bahia foi identificado o maior número de conjuntos documentais no interior de um mesmo arquivo no Nordeste.

Considerando que o conjunto documental foi a unidade utilizada como referência no trabalho, alguns comentários se fazem necessários. Os conjuntos documentais de interesse para a história indígena identificados nas capitais nordestinas representam 23,9% dos conjuntos documentais arrolados no Guia. Uma observação a ser feita é que não há uma relação unívoca entre o número de arquivos pesquisados e o número de conjuntos documentais de interesse para a história indígena. Na Bahia, por exemplo, nos cinco arquivos pesquisados foram identificados 30 conjuntos documentais aproximando-se muito do número identificado em Pernambuco e Ceará onde mais de uma dezena de arquivos foram trabalhados. Situação limite e paradoxal é o caso de Alagoas e do Piauí em que o número de arquivos e de conjuntos documentais se equivalem.

Essa variação numérica dos conjuntos documentais ganha contornos mais definidos quando procura-se vê-la associada aos tipos de arquivos. Para tanto, reduzi as 52 unidades arquivísticas (ver relação nominal dos arquivos pesquisados em anexo) a 17 tipos, procurando formar categorias de abrangência muito variada, de modo a não perder de vista a idéia da diversidade dos detentores de acervos de interesse para a História Indígena, alguns dos quais dificilmente seriam procurados por pesquisadores interessados na problemática do índio se o Guia não tivesse revelado sua documentação.

Conjuntos documentais cadastrados em diferentes tipos de arquivos distribuídos por Estados

Arquivos	Conjuntos documentais por Estados										TOTAL	%	
	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	TO			
Tipos													
Arquivos Estaduais	01	22	21	09	11	17		02	08		91	56,5	
Órgãos de Universidades		05-01	01		03	03-01-01-01			01-01		18	11,1	
Institutos Históricos	01		02		04	02		04	02		15	9,4	
Arquivos Eclesiásticos	01	01	01-01			01		01			6	3,7	
Bibliotecas Públicas			03					01-01	02		7	3,7	
Acervos Particulares				02			01	01			04	2,5	
Museus			01-01					01			3	1,9	
Centros de Documentação						03					3	1,9	
Arquivos Judiciários									03		3	1,9	
Arquivos de ONGs					01-02						3	1,9	
C. Microfilmag. e Proj. Esp.			01	01							2	1,2	
Arquivos Municipais		01									1	0,6	
Assembléias Legislativas			01								1	0,6	
Arquivos de Cemitérios			01								1	0,6	
Entidades de Meio Ambiente					01						1	0,6	
CIMI - regional						01					1	0,6	
FUNAI - regional						01					1	0,6	

OBS. Quando num mesmo tipo de arquivo a informação sobre o número de conjuntos documentais aparece desmembrada, indica que se trata de arquivos diferentes numa mesma instituição. Por exemplo, na UFBA há cinco conjuntos documentais no Núcleo de História Colonial e um outro no Programa de Etnohistória.

O quadro acima sugere uma série de indagações. Uma delas é sobre a grande variação quanto ao número de conjuntos documentais num mesmo tipo de arquivo. Veja-se, por exemplo, o Arquivo Público de Alagoas onde o acervo é visto como um único conjunto documental, enquanto a tendência geral registrada nos demais arquivos estaduais é para uma multiplicidade de conjuntos documentais no interior da instituição. Embora a delimitação dos conjuntos documentais fosse deixada a critério de cada coordenador estadual, havia a recomendação “de se respeitar, na medida do possível, a organização e as rubricas utilizadas nas instituições guardiãs” (Monteiro, 1994:8). Afóra as questões internas com que cada equipe local teve que se defrontar na execução do seu trabalho, a diversidade no número de conjuntos identificados remete ao próprio acervo: volume, natureza, procedência e época dos documentos e, ainda, à organização interna dada ao acervo pelo arquivo, ou seja, aos trabalhos de arranjo, classificação e ela-

boração de instrumentos de pesquisa que permitam identificar no interior do arquivo os documentos sobre uma temática específica, no presente caso, a história dos índios.

Os arquivos estaduais custodiam a maior quantidade de conjuntos documentais de interesse para a história indígena: 56,5% do total. São seguidos pelos diversos arquivos ligados às Universidades públicas federais, detentoras de 11,1% dos conjuntos cadastrados, e pelos Institutos Históricos Estaduais com 9,4%. Os três tipos de instituições somadas detêm 77% dos conjuntos documentais cadastrados no Nordeste, merecendo pois um comentário específico.

2.1 - Os arquivos estaduais

Do Maranhão à Bahia todos os estados possuem arquivos públicos. Criados em diferentes momentos da história de cada unidade da federação, seus acervos refletem, muitas vezes, o papel de cada unidade no conjunto da história administrativa do país. Alguns arquivos abrigam importantes acervos desde o período colonial até o século XX, como é o caso do Arquivo Público da Bahia, depositário de documentação que interessa aos vários estados; enquanto outros, como é o caso do Arquivo Público do Rio Grande do Norte, detêm documentação datada de época mais recente. Apesar das diferenças nas dimensões e conteúdo dos acervos dos arquivos estaduais eles têm uma característica comum: a de abrigarem documentos gerados nos órgãos do governo, tornando-se pois detentores de uma massa documental que trata sobretudo, mas não exclusivamente, da vida administrativa, política e econômica. Reunindo documentos da administração local e da sua relação com o governo central os arquivos estaduais detêm papéis nos quais os índios se fazem presentes. Enquanto coletividades ocupantes de espaços próprios e sujeitos a legislação especial, ganham visibilidade nesses documentos oficiais nos quais figuram trazidos à cena por diferentes atores sociais, como administradores de aldeamentos, missionários, juízes, ouvidores, delegados, vereadores, deputados, ministros, presidentes de província, fazendeiros, entre muitos outros, que através de atos, atas, correspondências, relatórios, leis etc. tratam dos índios revelando em relação a eles posturas as mais variadas. Registre-se que apesar do predomínio absoluto dos documentos produzidos por não índios, encontram-se também escri-

tos produzidos nos aldeamentos - representações, depoimentos, requerimentos - que permitem recuperar um pouco das vozes dos índios. (Dantas, 1989). A amplitude e variedade dos documentos recolhidos aos arquivos públicos estaduais - o que tem a ver com a história de cada instituição e sua política de recolhimento e preservação - abre bastante as possibilidades de temas a serem pesquisados. Convém lembrar que muitos deles abrigam documentação de câmaras, assembleias, órgãos do judiciário, cartórios, etc. tornando acessível uma variedade muito grande de informações, de modo que uma leitura mais atenta dos índices por assunto e do item referente ao conteúdo dos conjuntos documentais será decerto proveitosa. Além do mais, ela revelará que, às vezes, os acervos gerados por um mesmo órgão público, num mesmo estado, estão dispersos em diferentes arquivos.

Assim, a preeminência com que os arquivos estaduais figuram no Guia é facilmente compreensível, apesar de que os registros da presença de índios vão se tornando mais escassos nos papéis dos arquivos estaduais à medida que se adentra o século XX e muitos dos aldeamentos, extintos por leis ao longo do século XIX, deixam de figurar nos registros oficiais. Dados como assimilados, os índios perdem as terras e a visibilidade.

2.2 - Acervos vinculados às Universidades

Abrigados em entidades sob denominações diversas (Núcleos de Documentação, Divisão de Pesquisa, Centro de Estudos ou Programas específicos) foram cadastrados 18 conjuntos documentais em cinco Universidades nordestinas, número que se eleva a 20 ao incluir-se os museus Câmara Cascudo em Natal e Artur Ramos em Fortaleza, com suas peças de cultura material indígena.²

A visibilidade que tiveram no Guia os acervos reunidos e armazenados em diferentes órgãos das universidades deve-se, em parte, ao fato dele ter executado por pesquisadores e professores vinculados a essas instituições e, portanto, conhecedores da existência desse material documental do qual tentarei apresentar uma visão geral.

Uma característica comum é que se trata de uma documentação diversificada quanto às formas de registro das informações: escrita, iconográfica, cultura material e sonora. Assim, registros gravados da

tradição oral de grupos indígenas atuais, se somam a registros de imagens (fotos, vídeos, filmes) e peças arqueológicas pré-históricas ou de cultura material de uso corrente nas aldeias nos dias de hoje, refletindo a multiplicidade de interesses dos pesquisadores. Quanto à documentação escrita, da qual me ocupei particularmente, é, na sua quase totalidade, resultante de cópias eletrostáticas e em microfimes recolhidos em arquivos europeus (sobretudo portugueses) e brasileiros. A constituição de acervos a partir de cópias de documentos de arquivos estrangeiros é outro traço comum às várias universidades da região. Mesmo naquelas onde o Guia não registra a existência de conjuntos documentais dessa natureza, há notícias de professores que no passado se deslocaram para a Europa em missão de pesquisar documentos.

Procurei sistematizar no Quadro abaixo as informações contidas no Guia, referentes a microfimes de interesse para a história indígena, localizados nas Universidades.

Acervo documental em microfimes - Universidades

ESTADO/ARQUIVO	PROCEDÊNCIA	TAMANHO DA DOCUMENTAÇÃO	DATAS
Bahia Núcleo Brasil Colônia UFBA	Histórico Ultramarino Biblioteca da Ajuda Biblioteca Nacional de Lisboa Gabinete de Estudos Arqueológicos Torre do Tombo	11.000 microfimas 35.300 microfimas 4.900 microfimas 150 microfimas 300 microfimas	1649-1805 1648-1822 1556-1707 XVI-XVIII XVI-XVIII
Ceará Núcleo de Documentação Cultural - UFCE	Histórico Ultramarino	16.000 microfimas	1618-1801
Paraíba Núcleo de Documentação e Informação de História Regional - UFPB	Histórico Ultramarino	16 rolos	1593-1865
Pernambuco Divisão de Pesquisa Histórica - UFPE	Histórico Ultramarino Torre do Tombo Biblioteca da Ajuda	50.000 microfimas 300 microfimas 400 microfimas	1548-1806 XVII 1600-1689
Sergipe Programa de Documentação e Pesquisa Histórica - UFS	Histórico Ultramarino Torre do Tombo Biblioteca Nacional de Lisboa Arquivo Nacional Biblioteca Nacional	7 rolos	XVII-XIX XIX

Ao que parece, as Universidades tornaram-se herdeiras de uma tradição na historiografia brasileira, tradição que durante o século passado e primeira metade deste, com apoio oficial, marcava a atuação

de alguns Institutos Históricos: a coleta de fontes na Europa. Deslocando-se para os centros acadêmicos, cujos objetivos estão mais voltados para a produção do conhecimento do que para a identificação e guarda de fontes, uma questão que se coloca é a relação dos pesquisadores das Universidades com os documentos. Servindo-se das tecnologias mais modernas de microfilmagem que dispensam o penoso e demorado trabalho de cópia manual, aumentou muito a capacidade de ter-se a mão documentos de diferentes arquivos e ampliou-se bastante a documentação referente ao período colonial no próprio local de trabalho. Uma pergunta que se impõe é sobre os usos desses documentos armazenados nos microfimes. Em que medida eles têm subsidiado a produção científica regional sobre os índios? Temos conhecimentos de conteúdo desses microfimes trazidos dos arquivos europeus? Os documentos microfilmados, por exemplo, no Arquivo Ultramarino - tão insistentemente trilhado pelos pesquisadores dos diferentes estados nordestinos - armazenados em diferentes Universidades se incluem entre os que foram microfilmados por pesquisadores da Bahia no mesmo arquivo e, desde a década de 70 encontram-se no Núcleo Brasil Colônia da UFBA? Algumas dessas dúvidas poderiam ser esclarecidas com consulta aos catálogos dos microfimes. Através do Guia de Fontes é possível identificar a existência de alguns instrumentos de pesquisa vinculados a esses acervos microfilmados. Ao que tudo indica porém, têm circulação limitada e nem sempre são disponíveis fora das suas instituições de origem, impondo-se a necessidade de maior articulação regional para a troca de informações.

2.3 - Institutos Históricos

Instituições criadas com o objetivo explícito de recolher, arquivar e publicar documentos necessários ao conhecimento da história e da geografia, os Institutos dos vários estados nordestinos que se denominam com nomes diversos, foram criados em diferentes momentos entre a segunda metade do XIX e primeiro quartel deste século. São depositários de acervos documentais que em alguns casos suplantam em antigüidade e importância a documentação reunida nos arquivos públicos estaduais. O Rio Grande do Norte parece ser o exemplo mais flagrante onde o Instituto se constitui no principal depositário

de fontes primárias, inclusive do período colonial mais recuado. Bafejados pelo apoio oficial e, em alguns casos, beneficiados pela polêmica em torno da legitimidade das Províncias terem arquivos públicos próprios (Rodrigues, 1969), alguns Institutos armazenaram documentos particulares e oficiais destacando-se entre os mais antigos os livros de sesmarias. Nas suas revistas publicaram, não só documentos como notícias, artigos e ensaios diversos, mas também muitos discursos e poesias, o que não é de estranhar-se considerando que em muitos lugares eram elas o principal, ou mesmo o único veículo de circulação da produção das elites intelectuais locais. No amplo espectro de temas tratados pela revista o índio figura com maior ou menor destaque nos diferentes estados fazendo sua entrada através de diversas matérias. Um levantamento nos índices dessas Revistas (Neves, 1986), deixa entrever que no Ceará e em Pernambuco os índios são tematizados com muito maior freqüência que no Piauí ou em Sergipe, que mesmo em estados vizinhos - e muito parecidos culturalmente como é o caso de Sergipe e Alagoas - o tratamento foi bem diferenciado.³ Essas considerações extrapolam o Guia no qual a Revista figura sobretudo, enquanto suporte para a publicação de documentos ou como instrumento de pesquisa.

Ao restringir meus comentários a esses tipos de arquivos, não pretendo sugerir que os demais são menos importantes enquanto depositários de documentos sobre o índio. Sabe-se do papel fundamental dos arquivos eclesiásticos e cartorários sobretudo para os estudos de população. Nos arquivos de ONGs encontra-se documentação sobre recentes movimentos indígenas e recortes de jornais importantes fontes para o estudo de como a questão indígena tem sido tratada na imprensa. Enfim, os diferentes tipos de arquivos têm sua especificidade que o Guia ajuda a revelar.

3 - O pesquisado e o publicado

Coerente com os objetivos e natureza do trabalho a que se propõe, o **Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros** divulga resultados do levantamento relacionados sobretudo com a localização e descrição dos conjuntos documentais, colocando em circulação as informações que podem auxiliar

mais diretamente os pesquisadores interessados em encontrar as fontes e avaliar suas potencialidades. O trabalho realizado pelas equipes locais foi, contudo, mais abrangente, incluindo avaliações sobre o estado das pesquisas e as perspectivas temáticas sugeridas pelas fontes levantadas. Estes textos foram apresentados e discutidos no XV Encontro Anual da ANPOCS (1991), mas permanecem inéditos, ou foram publicados isoladamente (Porto Alegre, 1992).

Considerando que os deslocamentos temáticos na produção acadêmica, além dos interesses teóricos, são também associados à incorporação de novas fontes de estudos, merece registro os temas que, a partir da documentação levantada, foram sugeridos para futuras investigações. Dentre um amplo elenco que consta dos textos discutidos no referido Encontro da ANPOCS e no relatório do Grupo de Trabalho História Indígena e do Indigenismo (Monteiro, 1992) limito-me a citar aqueles que foram indicados com maior frequência, entre os quais se incluem:

a - Aldeamentos enquanto principais locus de agrupamentos indígenas com referências escritas e dados sobre localização, história, formas de relacionamento com a sociedade envolvente, administração e extinção;

b - Terras indígenas, uma questão candente sobretudo no século XIX associada à Lei de Terras (1580), com farta documentação nos arquivos com dados sobre legislação, doação, invasões, extensão, limites, usos, redução e/ou expropriação dos territórios indígenas.

c - Trabalho indígena e as várias formas de recrutamento e utilização da mão-de-obra nativa em serviços públicos e particulares, tema recorrente na documentação, inclusive com fartas alusões ao recrutamento de índios para a marinha, tropas etc. Atente-se aos desdobramentos dessa política sobre a composição da população aldeada e o controle sobre as aldeias.

d - População indígena é tema que aparece em muitos conjuntos documentais com indicações para a pesquisa sobre diversos aspectos demográficos, como deslocamentos de populações aldeadas, cruzamentos interétnicos e raciais, dentre outra.⁴

e - Questões de identidade étnica, de “desaparecimento” de índios no Nordeste na segunda metade do século XIX e seu “reaparecimento” no final do século XX.

f - Revoltas indígenas em diferentes momentos históricos e locais, bem como dados sobre outras formas menos espetaculares de reação indígena.

Dentro da região é possível perceber-se variações na importância atribuída a diferentes temas e na riqueza da documentação disponível, resultantes das especificidades locais. A enumeração desses temas, que às vezes se interpenetram, não esgota evidentemente o amplo leque de possibilidades de pesquisa para as quais aponta a documentação descrita no Guia. Uma leitura atenta do índice de assuntos pode ser bastante instigante. Planejado inicialmente com destaque para 13 categorias (comércio e navegação, demografia, expedições de apresamento e descimentos, expedições científicas, fronteiras, guerras e conflitos, legislação e justiça, mão-de-obra, missões e aldeamentos, organização social e política dos índios, política indigenista, movimentos sociais e terras), terminou com 935 entradas diferentes o que o tornou muito mais abrangente e mais útil aos pesquisadores. A consulta aos resumos sobre o conteúdo dos conjuntos documentais específicos permitirá a cada pesquisador coordenar seus interesses e problemas específicos com as possibilidades de acesso aos documentos.

Como decorrência dos trabalhos e articulações desenvolvidos pelo Guia, em alguns estados procedeu-se à microfilmagem de documentos e foram elaborados instrumentos de pesquisa mais detalhados que foram publicados através do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP, então coordenado por Manuela Carneiro da Cunha. Com referência ao Nordeste foram publicados dois trabalhos: **Repertório de Documentos para a História Indígena e do Indigenismo** (Dantas, 1993) e **Documentos para a História Indígena do Nordeste** (Porto Alegre, Mariz e Dantas, 1994).

O primeiro descreve duas coleções do Arquivo Público Estadual de Sergipe - Clero e Câmaras - que contêm documentos relevantes para a temática em questão. Precedido de uma Introdução que objetiva contextualizar as coleções repertoriadas no acervo do arquivo guardião dos documentos, o corpo do trabalho abriga a descrição de 329 documentos, cujos marcos temporais são 1822-1888. Acompanha índice temático e topográfico.

O segundo trabalho tem maior abrangência espacial, cronológica e de fontes descritas e, às vezes, até transcritas. Resulta de traba-

lhos realizados no Arquivo Público Estadual do Ceará, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e no Arquivo Público Estadual de Sergipe. Elaborados para serem publicados como livros em separado, foram reunidos numa única publicação, razão pela qual julgo mais conveniente apresentar o que foi feito em cada estado. A parte referente ao Ceará contém uma Introdução informando sobre o trabalho, um ensaio sobre o contexto histórico da colonização no sertão, a historiografia o indígena e suas fontes e uma discussão sobre temas e problemas de pesquisa sugeridos pelo levantamento documental e, por fim, o texto do repertório dos documentos acompanhado de índices temáticos e topográficos. O repertório inclui o resumo de 541 peças documentais de interesse para a história dos índios, que se encontram em diversos conjuntos documentais identificados no Arquivo quando da realização do Guia. Abrange, predominantemente, um período de cem anos (1760-1860). No Rio Grande do Norte o Repertório é resultante do trabalho sobre a Coleção do Senado da Câmara de Natal acrescida de alguns documentos avulsos que se encontram no Instituto Histórico local. As datas limites são 1672-1839 e foram repertoriados 257 documentos. Além dos índices temático e geográfico este instrumento de pesquisa inclui índice de grupos indígenas. Em relação a Sergipe há um texto introdutório que situa o trabalho em relação a outros levantamentos já realizados e discute algumas questões relacionadas com arquivos estaduais, fontes escritas e história indígena. No repertório estão resumidos 353 documentos do Fundo Governo do Arquivo Público Estadual, datados de 1823 a 1888, referentes, sobretudo, à correspondência do Presidente da Província. Acompanha índice temático e topográfico.

Na Bahia há também trabalhos já elaborados sobre alguns conjuntos documentais do arquivo Público aguardando publicação.

Dessa forma, parece-me que a publicação do Guia, associado a outros instrumentos de trabalho sobre fontes, entre os quais não podemos esquecer a **Legislação Indigenista no Século XIX** (Cunha, 1992) e o **Inventário da Legislação Indigenista** referente ao período colonial (Perroni-Moisés, 1992) - trabalhos de abrangência nacional com várias referências a documentos sobre o Nordeste - amplia bastante as perspectivas num campo de pesquisa que vem registrando um crescente florescimento: o da história e da etnohistória indígena. Passando ao largo dessa distinção conceitual, que se faz

contudo necessária (Castro, 1993 e Ribeiro, 1990), e independente da rubrica sob a qual se abriguem os estudos que vêm sendo desenvolvidos, cabe registrar que embora a maioria esmagadora da documentação descrita no Guia seja produzida numa “perspectiva externalista” ela também abriga relatos orais indígenas e fontes escritas que registram pontos de vista, reivindicações e ações que mostram os índios como atores cujos papéis e falas vão sendo gradativamente retirados do silêncio dos arquivos.

4 - Novos desafios

Na cantoria nordestina o desafio é um duelo lítero-musical travado entre dois contendores. É uma peleja em que cada um procura mostrar seu talento e suplantar o rival na arte do improvisado, nem sempre, muito improvisado. A palavra está sendo aqui empregada no sentido mais genérico. O desafio que aqui se coloca é de tornar menor a extensão do que não se sabe. É o desafio de diminuir a defasagem entre as fontes disponíveis e a produção sobre a história e a etnohistória indígena da região. Neste sentido parece oportuno incorporar, a título de comparação, alguns dados sobre a produção intelectual relacionada com os índios no Nordeste. Valho-me de uma obra básica de referência sobre os estudos relacionados com índios no Brasil que é a **Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira**. Constituída de três volumes, os dois primeiros foram organizados por Herbert Baldus (1954, 1968) e o último por Thekla Hartmann (1984). Nela estão referenciadas 4600 obras que tratam dos índios numa perspectiva analítica ou descritiva, incluindo não só as contribuições científicas como também obras escritas por viajantes ou especialistas em outros campos do saber, muitos dos quais historiadores que se interessaram pela temática indígena. Procedi a um levantamento quantitativo das obras relativas aos diferentes estados nordestinos incluindo ainda os verbetes Nordeste e São Francisco. O trabalho foi feito a partir de consulta ao índice geográfico e indica os seguintes resultados.⁵

No primeiro volume (Baldus, 1954), estão comentadas 1786 obras das quais 128 (7,2%) dizem respeito ao Nordeste e, dentre estas, mais da metade são referentes ao Maranhão. No segundo volume (Baldus, 1968) num conjunto de 1048 obras comentadas, o Nordeste está refe-

rido em 67, o que equivale a 6,4%. No terceiro volume (Hartmann, 1984), se mantém o mesmo percentual de representatividade pois, num total de 1765 obras apenas 113 fazem referência à região. É importante colocar que dentre estas, 72 obras, portanto mais da metade, são relacionadas com Maranhão e Piauí. Este aparece com um número significativo de 20 entradas destacando-se o tema arqueologia. Quanto ao Maranhão aparece com mais de meia centena de trabalhos de pesquisadores brasileiros (sobretudo do sudeste) e estrangeiros enfocando os vários grupos indígenas que aí habitam. Excluindo-se o Maranhão que, no tocante à história dos índios, vincula-se mais ao Meio Norte do que ao Nordeste, a representatividade deste na **Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira** torna-se ainda mais tênue.

Não pretendo deter-me na análise do que esses dados sugerem se analisados em conexão com as teorias dominantes e a expansão dos cursos de pós-graduação, por exemplo, mas apenas vincar a pouca representatividade do Nordeste nesta obra de referência básica. Estabelecendo uma comparação com o Guia cabe lembrar que a região está representada com 23,9% dos conjuntos documentais cadastrados em todo o país. O desafio que se coloca é, portanto, aumentar a representatividade do Nordeste nas obras de referência de pesquisas sobre índios. É diminuir esta distância entre as obras escassas e a abundância de fontes à disposição dos pesquisadores.

Sabemos das mudanças significativas que vêm se desenvolvendo no campo indígena e nos estudos acadêmicos desde o início da década de oitenta, quando os índios do Nordeste voltam a ter visibilidade e atraem cada vez mais os "olhares" dos pesquisadores. Junto com o número crescente de etnias emergentes na região, cresce o número de estudos acadêmicos. Segundo dados do Instituto Sócioambiental, somente nos últimos cinco anos foram concluídas quinze dissertações e teses sobre os índios do Nordeste (Galvão, 1996). Registre-se que não estão aí contabilizados os trabalhos produzidos na área de História. Se a estes acrescentar-se os estudos publicados ao longo da década de oitenta, já se modifica bastante o quadro acima delineado.

Nesta retomada de interesse pelo tema índios no Nordeste⁶ em cujo estudo as fontes orais têm desempenhado importante papel, um dos desafios é que o trabalho de sistematização de fontes escritas tenha continuidade, articulando-se ao circuito de produção intelectual e de divulgação. Neste sentido, algumas medidas se fazem necessárias.

Dentre as sugestões apresentadas no GT História Indígena e do Indigenismo, no já citado Encontro da ANPOCS (Monteiro, 1992), vou enumerar algumas acrescidas de outras já anteriormente formuladas por Pedro Agostinho (1989), às quais junto também minha contribuição pessoal para discussão.

- 1 - Maior intercâmbio de informações sobre a produção científica regional.
- 2 - Ampliação do Guia no sentido de pesquisar os arquivos situados fora das capitais, priorizando-se os municípios mais antigos situados nas imediações dos antigos aldeamentos.
- 3 - Realização de trabalhos de microfilmagens ou outras formas de reprodução de documentos.
- 4 - Elaboração de instrumentos de pesquisa mais detalhados, tanto das fontes quanto das obras publicadas, e aí se incluem as Revistas dos Institutos.
- 5 - Formação de uma rede de núcleos ou, simplesmente, de projetos de pesquisa que se desenvolvam de forma articulada regionalmente.
- 6 - Alguma forma de articulação que faça circular as informações, trabalho facilitado agora pelos processos digitais que exigem porém, é sempre conveniente lembrar, prévia sistematização dos documentos.
- 7 - Publicação de falas e escritos dos índios registrados através de depoimentos e dos documentos encontrados nos arquivos tais como representações, requerimentos, cartas, testemunhas em processos judiciais etc.
- 8 - Por fim, em homenagem a Alagoas, que teve a audácia de sediar esse Encontro há muito desejado pelos pesquisadores, sugiro mais um desafio: o de localizar e pôr à disposição dos estudiosos a documentação pessoal do padre Alfredo Dâmaso, figura que teve destacada atuação na vida de aldeamentos da região.

Notas

- 1 - Em Sergipe, por exemplo, aos trabalhos do Guia incorporaram-se estudantes que desenvolviam o Projeto Inventário de Documentos sobre Índios e técnicos do arquivo público que participaram do Guia da África.
- 2 - Não foi uniforme o tratamento dispensado a museus e centros de pesquisa arqueológica no Guia. Como a orientação era no sentido de indexar acervos arquivísticos, em que diversos estados os demais acervos ficaram de fora do Guia.
- 3 - As Revistas dos Institutos Históricos estão a merecer um trabalho sistemático de elaboração de índices, a exemplo do que foi feito por José Honório Rodrigues em relação ao Ceará. Em alguns estados os trabalhos já estão prontos necessitando de publicação, como é o caso de Alagoas, onde foi realizado por José Maria Tenório, e de Sergipe por Francisco José Alves.

- 4 - A propósito, ver os estudos sobre demografia histórica em Sergipe realizados por Luiz Mott (1986).
- 5 - Uma metodologia de trabalho a partir da leitura do comentário sobre as obras referenciadas indicará, talvez, um resultado diferente daquele que está registrado no índice geográfico, pois alguns trabalhos embora não façam referência explícita, tratam de fatos que se situam no espaço nordestino. Trabalho deste tipo demandaria muito mais tempo para execução, mas seria muito elucidativo se ampliado com outras preocupações de caráter qualitativo.
- 6 - Convém lembrar que houve no Nordeste uma tradição de estudos sobre índios que foi pródiga em alguns estados. Sobre o Ceará ver Sílvia Porto Alegre (1992).

Bibliografia

- AGOSTINHO, Pedro. "Para a Constituição de um Fundo de Documentação Histórica Manuscrita sobre Índios no Brasil" in *Revista de Antropologia*, 1989 vol. 30/31/32, p. 481-488.
- BALDUS, Herbert. *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*. vol. I São Paulo, 1954.
- . *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*. vol. II. Hannover, 1968.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. Histórias Ameríndias in *Novos Estudos*, 1993 nº 36, p. 22-33.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. "Introdução" in *Revista de Antropologia*, 1989 vol. 30/31/32, p. 1-8.
- . (org.) *Legislação Indigenista no século XIX*. São Paulo. EDUSP / Comissão Pró Índio de São Paulo, 1992a.
- . *História dos Índios no Brasil* (org.) São Paulo, FAPESP/ Companhia da Letras, 1992.b
- DANTAS, Beatriz Góis. História de Grupos Indígenas e Fontes Escritas: o caso de Sergipe. *Revista de Antropologia*, 1989. Vol. 30/31/32, p. 469-480.
- . (org.) *Repertório de Documentos para a História Indígena*. APES. São Paulo. NHII/USP/FAPESP, 1993.
- DANTAS, Beatriz Góis, SAMPAIO, José Augusto e CARVALHO, Maria Rosário. "Os Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro: um esboço histórico" in CUNHA, Manuela Carneiro (org.) *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, FAPESP/ Companhia das Letras, 1992.
- GALVÃO, Ângela. "Lista de Referências" in *Povos Indígenas no Brasil - 1991/1995*. São Paulo, Instituto Sócioambiental, 1996.
- GRUPIONE, Luís Donisete Benzi. Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros (Resenha) in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* n. 29. P. 205-207.

- HARTMANN, Thekla. *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*. vol. III Berlin/Hannover, 1984.
- ISA. *Povos Indígenas no Brasil - 1991/1995*. São Paulo, Instituto Sócioambiental, 1996.
- MONTEIRO, Jonh (org.). *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros* (acervos das capitais) São Paulo NHII/USP/FAPESP, 1994.
- . *Relatório do GT História Indígena e do Indigenismo*, ANPOCS, Caxambu, 1992. 12 págs. (mimeo).
- MOTT, Luís. *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*, Fundação Cultural do Estado do Piauí, 1985.
- . *Sergipe del Rey população, economia e sociedade*. Aracaju. FUNDESC, 1986.
- NEVES, Fernanda Ivo. *Fontes para o Estudo da História do Nordeste*. Recife. FUNDARPE, 1986.
- PERRONI-MOISÉS, Beatriz. "Inventário da Legislação Indigenista," in CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, FAPESP/Companhia das letras, 1992.
- PORTO ALEGRE, Silvia, MARIZ, Marlene da Silva e DANTAS, Beatriz Góis (org.). *Documentos para a História Indígena no Nordeste* (Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe). São Paulo, NHII/USP/FAPESP, 1993.
- . *Fontes inéditas para a História Indígena no Ceará*, Fortaleza, NESPS/UFCE, 1992.
- RIBEIRO, Berta. "Perspectivas Etnológicas pra Arqueólogos (1957-1988 BIB 1990 n. 29, p. 17-77.
- RIBEIRO, Darcy e MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *A fundação do Brasil - 1500/1700*. Petrópolis, Vozes, 1992.
- RODRIGUES, José Honório. *A Pesquisa Histórica no Brasil*. São Paulo. Nacional, 1969.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Aracy Lopes da e GRÚPIONI, Luiz Donizete Benzi (org.). *A Temática Indígena na Escola*. MEC/MARI/UNESCO. Brasília, 1995.
- SILVA, Jaime Antunes et alii. *Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Brasileira Atual: fontes arquivísticas*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1988.

Anexo

Arquivos do Nordeste cadastrados no Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo

Alagoas

Arquivo Público de Alagoas
Arcebispo Metropolitano de Maceió
Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

Bahia

Arquivo Público do Estado da Bahia
Arcebispo da Cúria Metropolitana de Salvador
Arquivo Municipal da Cidade de Salvador
Núcleo Brasil-Colônia do Centro de Estudos Baianos - UFBA
Programa Etnohistória da FFCH - UFBA

Ceará

Arquivo Público do Ceará
Arquivo da Arquidiocese de Fortaleza
Assembléia Legislativa do Estado do Ceará
Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel
Cemitério São João Batista
Instituto do Ceará
Irmandade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia
Museu Artur Ramos
Museu Histórico e Antropológico do Ceará
Núcleo Documentação Cultural - UFC
Núcleo de Microfilmagem da Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto do Ceará

Maranhão

Arquivo Público do Estado do Maranhão
Departamento de Projetos Especiais
João Renôr - Biblioteca Privada

Paraíba

Arquivo Histórico da Paraíba

Centro de Defesa dos Direitos Humanos
Centro de Documentação e Publicações Populares
Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

Pernambuco

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
Centro de Documentação e Estudos de História Brasileira
Conselho Indigenista Missionário - Regional NE
Convento Franciscano de Olinda
Fundação Nacional do Índio Superintendência Regional
Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
Divisão de Pesquisa Histórica - UFPE
Laboratório de Arqueologia - UFPE
Núcleo de Estudos Arqueológicos - UFPE
Núcleo de Estudos Indigenistas - UFPE

Piauí

Padre Cláudio Melo (Biblioteca Particular)

Rio Grande do Norte

Arquivo Público do Estado
Arquivo da Arquidiocese de Natal
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
Biblioteca Pública Câmara Cascudo
Memorial Câmara Cascudo
Museu Câmara Cascudo
Olavo Medeiros Filho (Acervo Particular)

Sergipe

Arquivo Público Estadual de Sergipe
Arquivo do Departamento de Ciências Sociais - UFS
Arquivo do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica - UFS
Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico
Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe
Biblioteca Pública Epifânio Dória

O MUNICÍPIO DE INDIAROBA (subsídios para a sua história)^(*)

Luiz Fernando Ribeiro Soutelo
(do Instituto Histórico e Geográfico
de Sergipe)

O município de Indiaroba, nome pelo qual passou a chamar-se o antigo município de Espírito Santo, estava compreendido no termo da antiga vila real de Santa Luzia, criada no final do século XVII e instalada pelo Ouvidor de Sergipe, Diogo Pacheco de Carvalho, em 1698, por determinação do Governador Geral do Brasil João de Lencastro.

O termo de Santa Luzia “*media de extensão 7 por 14 a 15 léguas limitando-se ao sul pelo rio Real*”.¹

O próprio Ouvidor dá conta do cumprimento das ordens recebidas, escrevendo:

“(...) erigi uma villa nesta Capitania, além das três que dei conta a V.M. na frota passada. Esta última se fez no rio Real, parte desta cidade 14 legoas com o titulo de Vila Real de Santa Luzia, para ser erecta no sitio donde esta a Igreja de Santa Luzia, parochial do mesmo distrito com muitos moradores. Compreende a jurisdição da Villa o mesmo que sua freguezia com sete legoas de largo, quatorze ou quinze de comprido; tem no seu districto que principia oito legoas desta cidade 80 moradores muitas terras para mantimentos com muita largua, um engenho de assucar na mesma villa, outras serventias que para isso tem

(*) Este é um dos capítulos do trabalho “*Informações sobre a propriedade agrícola no município de Indiaroba*” (em preparação).

1 LIMA JÚNIOR, Francisco Antônio de Carvalho. *História dos limites entre Sergipe e Bahia* (Estudo do Litígio Estadual autorizado pelo Exmo. Manuel P. de Oliveira Valadão, Presidente do Estado), Aracaju: Imprensa Oficial, 1918, p. 188.

muitas mattas, pois fica com porto de mar muito proximo donde todos os annos vão muitas embarcaçoens para a cidade da Bahia".²

Contra a criação desta e das outras vilas, levantaram-se várias autoridades, inclusive eclesiásticas - estas porque viam ser reduzida a renda da sacristia de suas igrejas. As autoridades portuguesas, no entanto, mantiveram os atos que criaram as quatro primeiras vilas sergipanas, dentre as quais a de Santa Luzia.³

Cedo começaram os atritos entre as autoridades sergipanas, notadamente as de Santa Luzia, e as da Bahia. São atritos que transcendem aos interesses locais e se ligam a um problema maior: a autonomia e os limites de Sergipe.⁴

Os entrec choques dos interesses sergipanos e baianos, muitas vezes apaziguados, logo recrudesciam dando margem a que mais tarde muito se escrevesse sobre o assunto.

O fato é que, na criação da Ouvidoria de Sergipe, em 1696, a área sob a jurisdição do Ouvidor, ocupante do cargo de natureza judiciária e não administrativa, estendia-se além do rio Real incorporando parcela ponderável ao território baiano.⁵

² In: AMARAL, Braz do. *Limites do Estado da Bahia*, v. 1, Salvador: Imprensa Oficial, 1916, p.269-270.

³ As outras vilas, criadas no final do século XVII, são Santo Antônio e Almas de Itabaiana, Nossa Senhora da Piedade do Lagarto e Santo Amaro das Brotas.

⁴ Sobre o assunto, muitos historiadores sergipanos escreveram. Dentre eles destaco:

- Felisbelo Freire - História de Sergipe e História Territorial de Sergipe
- Ivo do Prado - A Capitania de Sergipe e suas ouvidorias
- Manoel dos Passos de Oliveira Teles - Limites de Sergipe
- Francisco Antônio Carvalho Lima Júnior - História dos limites entre Sergipe e Bahia
- João Pereira Barreto - Limites de Sergipe

⁵ Em 1696, o Rei mandara criar duas ouvidorias. A primeira, com sede na cidade de São Cristóvão, estendia-se por todo o território sergipano e atingia parte do atual Estado da Bahia até Itapuã. A segunda compreendia o sul baiano, iniciando-se a partir de Salvador. Esta situação perdurou até 1742 com a criação de uma terceira, a de Jacobina.

Um outro fator contribuiu para que existisse uma certa confusão sobre a área territorial de Sergipe, fato que nunca foi compreendido pelos camaristas de Santa Luzia e mesmo por grande parte dos historiadores sergipanos. Refiro-me ao fato de que, ao serem instaladas aquelas vilas em território da Bahia, em especial a de Abadia, a autoridade encarregada de as instalar foi o Ouvidor de Sergipe, uma vez que se encontravam dentro de sua área de jurisdição. Ademais, ao fazê-lo, estendeu o termo daquela vila até o rio Saguim.

Esclarece-nos sobre este fato Felisbelo Freire:

*"Quando a Abadia foi ereta vila, em novembro de 1727, o Ouvidor de Sergipe, Antônio Soares Pinto, dilatou os limites da paróquia até o rio Saguim, perdendo assim a paróquia de Santa Luzia a zona de três léguas de território, compreendida entre o Saguim e o rio Real que era limite antigo entre Santa Luzia e Abadia"*⁶

Dom Marcos Antônio de Souza, ao referir-se à população de Santa Luzia no final do século XVIII e início do século seguinte, adverte para o mesmo problema, pois

*"..... são compreendidos nos limites da paróquia, que somente se dilata até o rio Saguim e não conto os que moram nas três léguas contadas desde o sobredito rio até o Rio Real. Estes habitantes pertencem à paróquia de N. S. da Abadia a qual sendo criada em 27 de novembro de 1727 pelo Ouvidor Antônio Soares Pinto se dilata até o rio Saguim acima falado. Este Ouvidor anexou à Vila d' Abahia no ano acima dito, três léguas de terreno, que antes pertenciam a Vila de S. Luzia do Rio Real. Neste espaço de três léguas se acham 1.200 habitantes, os quais pertencendo à Capitania de Sergipe, que se divide pelo Rio Real, não estão circunscritos no termo de Santa Luzia"*⁷

⁶FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*, 2ª. ed., coleção Dimensões do Brasil, Rio de Janeiro: Editora Vozes/Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1977, p. 201.

⁷ SOUZA, Marcos Antônio de (Dom). *Memória da Capitania de Sergipe* (sua fundação, população, produtos e melhoramentos de que é capaz), Aracaju: Departamento Estadual de Estatística, 1943, p. 26-27.

Essa região sempre foi parte do território sergipano e de Santa Luzia, inadvertidamente incorporado ao território baiano. Desde o tempo da conquista de Sergipe, foram as nossas autoridades as que concederam as sesmarias em toda a margem sergipana do rio Real. Ai terminava o limite do domínio holandês conforme consta do acordo provisório entre as autoridades da Companhia das Índias Ocidentais e Nuno Oliferdi, em 28 de fevereiro de 1642, a fim de que tivesse o território de Sergipe.

“como feudo perpétuo e hereditário de todas as terras, matas e águas da capitania de Sergipe d’ El Rey, que começa na terra firme do lado meridional do rio S. Francisco para o Sul, dilatando-se, segundo seus velhos limites, ou pelo menos até onde esses limites foram levados sob domínio e autoridade da Companhia das Índias Ocidentais, e ao longo do referido rio para cima pela terra até a grande queda d’ água e daí através da terra até os ditos limites”⁸

Em 1757, ao descrever o termo de Santa Luzia, a sua Câmara dizia que três léguas distantes da vila ficava o rio Indiaroba com navegação de *“uma légua e este rio divide o termo desta vila com o da vila de Nossa Senhora da Abadia...”*⁹

Foi entre o Indiaroba, cujo formador é o Saguim, e o Real que o capitão Belchior da Fonseca fez doação de terras (6 léguas em quadro) aos Carmelitas. Neste território, mais tarde, surgiria a vila de Espírito Santo, hoje cidade de Indiaroba.

A animosidade dos camaristas de Abadia e Santa Luzia perduraria durante todo o resto do século XVIII e se prolongaria durante os primeiros decênios do século XIX, *“repetindo-se de vez em quando as representações de parte a parte, as tentativas de um e outro lado de absorção com a invasão de jurisdição”*¹⁰

⁸ IN: FREIRE, Felisbela. obra citada; p. 146-147.

⁹ In: AMARAL, Braz do. obra citada, p. 348.

¹⁰ In: LIMA JÚNIOR, Francisco A., Carvalho. obra citada, p. 196

A partir dos últimos anos da década de vinte, no século XIX, os ânimos se reacendem com denúncias de parte a parte. Alegam os baianos que Sergipe deseja ampliar a sua área territorial com o sacrifício das terras da província vizinha, atitude que seria prejudicial às vilas de Itapicuru e Abadia pois os seus habitantes *“ficariam tolhidos de todos os seus recursos, tendo tudo a perder, e nada a ganhar”*.¹¹

Em 1829, a Câmara da Abadia informava o Presidente da Província que o corpo legislativo de Sergipe, por seu presidente, propunha a divisão entre as duas províncias pelo rio Itapicuru, *“incorporando-se convenientemente os terrenos que ficam aquém do Rio Real de cima pertencentes a esta Província”*. Com essa proposta não concordavam os vereadores e os habitantes da Abadia.

Até a década de 40, a questão de limite entre as duas províncias e conseqüentemente entre as vilas de Santa Luzia e Abadia continuaram, com denúncias mútuas, segundo informações prestadas por órgãos do governo e câmaras municipais.

Finalmente, em 1841, o Deputado Martins Fontes apresentou um projeto-de- resolução à Assembléia de Sergipe, criando a freguesia do Espírito Santo, cuja

*“divisão pelo sul será o Rio Real que serve de divisão da Província e pelo Norte o Governo lhe marcará os limites desanexando-os das freguesias de Santa Luzia e Itabaianinha, ficando no nível pertencente ao Município que o Governo designar”*¹²

Ao mesmo tempo o projeto dispunha sobre o provimento do cargo de vigário na pessoa do eclesiástico Serafim da Costa Borges, cuja cômputo, *“além do que houver por cavalgada ou canoa ou guisamentos”*, era de 400\$000, e sobre a criação de uma aula de primeiras letras, cujo professor perceberia um ordenado de 300\$000 por ano.

¹¹ Expediente da Câmara da Vila de Abadia ao Presidente da Província da Bahia, datado de 14 de junho de 1829. In: PRADO, Ivo do. *A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias*, Rio de Janeiro: Papelaria Brasil, 1919.

¹² In: AMARAL. Braz do. obra citada. p. 373.

Sobre o projeto, a Câmara da Abadia formulou seu protesto afirmando que

“He a Abadia parte integrante da Provincia da Bahia e sendo filial della a Capella do Espirito Santo, collocada em terreno da mesma Provincia, he evidente que a Assembleia Provincial de Sergipe carece de autoridades para eleva-la a freguezia. Nesta pretensão não se descobre outra senão hum esforço mais para desanexar da Bahia huma porção de seo territorio e com elle dar incremento a Sergipe; isto porém está fora de toda a possibilidade. Em tempo que estava na Vice Presidencia daquella Provincia o illustre auctor do Projecto suscitou-se a questão de estender o reverendo vigario de Itabaianinha para sua jurisdição sobre o terreno desta Freguezia ao norte do

Rio Real, este mesmo terreno que visa o auctor do Projecto e a isso opoz-se o respectivo Vigario com todo o direito que lhe assistia e elevando a SS. Ilmma. a duvida á respeitavel presença do Exmo. Metropolitano.

Este, depois de ouvir ao Parocho contendor e por ultimo ao desta Freguezia, houve de ordenar por despacho que ficasse o negocio dependente dos poderes centraes. O incremento que procura-se da parte de Sergipe, invadindo o territorio da Bahia, importa uma nova divisão da Provincia e esta não pode ser feita pela Illustre Assembleia Provincial de Sergipe parte interessada e sobretudo por ser opposta ao artigo 2º da Constituição do Imperio. Singular cousa he figurar o Illustre auctor do Projecto que o Rio Real he neste logar a divisão de sua Provincia.

A Capella do Espirito Santo está à margem Norte do Rio e a que Municipio pertence ella? Ao desta Villa, isto he incontestavel; he do mesmo lado da Capella e nas imediações e em fim na parte deste municipio ao norte do rio que estão encravados dezenas de Engenhos de fazer assucar, cujos donos tem tanta sciencia que pertence a Bahia que os matricularem no Tribunal competente della, e milhares de habitantes do mesmo lado nem tradição que tem algum dia tivessem pertencido a outro Municipio e o projec-

to mesmo o da a conhecer quando na 2ª. parte do artigo 1º. estabelece que o Governo designará o municipio a que ficara pertencente a nova Freguezia pretendida, a Freguezia do territorio da Bahia e por isso não tem pertencido athe hoje a Municipio algum de Sergipe; logo he irrita, he nulla, he illegitima qualquer deliberação que tomar essa illustre Assembleia, e como assim seja não reconhecerá esta Camara a divisão a que se encaminha o Projecto. Sendo a questão como he melindrosa, envolvente perda de terreno do Municipio e podendo trazer consequencias funestissimas, dada alguma contumacia ou imprudencia da parte de quem ali exerce e ocupa os primeiros logares, não devia esta Camara hesitar em endereçar a V. Exa. esta representação e beneficio não só de boa parte de seos Municipales, como tambem da Provincia e nas mãos de V. Exa. poz a garantia e socego do Municipio. Quase equal representação em data de 18 de janeiro proximo passado enviou esta Camara a essa Presidencia e não obstante ignorar ainda deliberação que sobre ella tomaria V. Exa. envia esta outra, por apparecerem depois della os motivos expendidos que a obriga".¹³

Novo protesto é dirigido pela Camara em julho do mesmo ano contra o que as autoridades da Abadia consideravam um esbulho do seu território pelos sergipanos.

"Tem sido frequentes da parte de Sergipe - escreviam - para se apossar da maior parte do territorio deste Termo e para levarem ao fim projectos, tem se posto em pratica tudo quanto há sugerido o insano desejo de usurpar hum terreno que, com pertencer a Abbadia, faz parte da Provincia do Bahia, e esta por isto fora da Provincia de Sergipe. Aquella Assembléa Provincial eleva a Freguezia por huma sua Ley de 6 de março deste anno a Capella do Espirito Santo erecta nesta Freguezia. Numa portaria do Vice-Presidente della, datada de 5 do corrente, a annexa ao Municipio da Villa de Santa Luzia. Os corifeos enviam empzarios aos nossos Camponeses para os reduzir ao seu partido, mas não obstante a rusticidade destes, não os podem convencer. Raimundo Baptista da Costa, Tenente Coronel de Guardas Policaes creado

¹³ In: Amaral, Braz do. obra citada, p. 375-376.

por aquelle Governo com a esperança de arranjar seu Batalhão neste Termo, promove n'elle a criação dos officiaes; cuja verdade verá V. Exa. das copias juntas. Envolta d'homens obstinados na Villa de Itabaianinha tem levado do centro do nosso Termo, nossos jovens recrutados, ou para bem dizer rapinados fazendo-os logo conduzir para a Capital de Sergipe. Naquelle Itabaianinha dispõe-se não huma alçada, como a semana atrazada, porem huma força maior. Para consumarem esse designio de usurpação se prepara destacamentos de Permanentes para se estacionarem nas nossa Povoações do Hospicio do Carmo do Rio Real e Feira do Espirito Santo.

Disto se tem seguido choque, e o genio do mal não cessa de preparar hum theatro de atrocidades e crimes que a nossa moderação tem suspendido; taes medidas tem por fim atterar os tímidos, impor os incautos e trazer aos homens, que conscios de seos direitos opposerem-se a essa força agressora empregada por huma facção de Sergipe, que quer chegar a seus fins pela violencia.

Ninguem ignora que Sergipe outr'ora Comarca tinha sua divisão aqui em baixo pelo rio Saguim ao Norte-este do Real, e dentro desta mesma divisão ficou independente da Bahia na qualidade de Provincia; tão bem ninguem ignora que aquelle territorio seja pertencente a este Municipio: não há tradição de que algum dia pertencesse a outro. No Foro, contencioso desta Vila he que se acham todos os feitos civeis e crimes que ali intentados desde a antiguidade thé hoje; os Inventarios a bem da Fazenda Publica, d'Auzentes e d'Orphãos, as devassas acham-se n'este Cartorio. A cura Espiritual foi administrada ali pelo Parocho desta Freguezia desde o mais antigo, ao mais moderno.

Os engenhos ali plantados, desde o mais velho ao mais novo, foram matriculados na Cidade da Bahia pelo Tribunal competente. Os recrutamentos sempre foram feitos ali pela Authoridade legitima desta Villa; ali se acham 2 companhias da Guarda Nacional desta Villa; enfim os homens ali moradores, desde a origem della a thé hoje, aquí tem ocupado toda a casta de Empregos Publicos. Um capitão-mor ali morador em seu Engenho foi que construiu a capella do Espirito Santo.

Quando as autoridades de Sergipe principiaram a invadir e a usurpar o referido territorio, esta Camara fez subir tal procedimento ao conhecimento do Governo desta Provincia: então administrada pelo Ex^{mo}. S^r. Francisco de Souza Paraizo, este lançando mãos de medidas mui acertadas, dera as providencias que constam do officio que por copia se transmite a V. Ex., e porque a invasão continuasse e a obstinação de taes homens esteja conduzindo nossos Municipios ao cume da mais perfeita desesperação e funesto resultado, he esta a quarta ves que esta Camara solicita medidas desse Governo para manter a paz tão ameaçada, e segurar a posse d' hum terreno pertencente à nossa Provincia em que se acham 30 Engenhos de fazer assucar, dos quaes ella percebe hum pingue rendimento, para as caixas Geral e Provincial: mas ou seja por V. Ex. não tenha recebido nossas representações, ou porque pareça ao Governo ser isto cousa de pouca utilidade, tem reinado um profundo silencio que nem huma so resposta temos tido, e no entretanto continua Sergipe a todo passo a offender nossos direitos.

Todos esses movimentos tem grande influencia na ordem publica. V. Ex. sabe avaliar a importancia delles, está em perigo a nossa liberdade, nossa honra, nossa fazenda, e assim esta Camara espera do Patriotismo de V. Ex. o meter com ella hombros á defeza de nossos mais sagrados direitos, sentindo-se V. Ex. desculpar-nos o havermos continuado com taes representações, tão somente nascidos do interesse que tomamos para segurança da boa ordem".¹⁴

Se os baianos protestavam perante as autoridades provinciais, as ordens do Presidente da Província de Sergipe, ignorando protestos, eram expressas e claras: fazer cumprir a decisão legislativa que criara a Freguesia do Espírito Santo.

¹⁴ In: CAMPOS, José de Oliveira e VIANA, Francisco. *Estudo sobre a origem histórica dos limites entre Sergipe e Bahia*, Salvador: Tip. e Encadernação do Diário da Bahia, 1891, p.75-76.

Ao Juiz de Direito da Comarca, em 12 de julho de 1841, o Presidente Joaquim Martins Fontes escrevia:

"..... ordeno a V. S. cumpra o determinado na ordem que p'. esta Presidencia se lhe expedira a 5 de maio do anno corrente, com o zelo q. lhe he proprio, fazendo logo a divisão dos limites da Freguezia do Espirito Santo, sem exceder o Rio Real limite desta provincia com a B^a."¹⁵

Diante da ação contrária das autoridades da Vila de Abadia, voltava a officiar o Presidente da Provincia:

"Nesta data, a vista do Officio q. V. M^{oe}. dirigio-me em data de 28 do mez findo, acompanhando o do Juiz de Paz da Villa da Abadia, tendo officiado ao Exmo. Presidente da Provincia respectiva p^a. dar as providencias q. julgar necessarias p^a. prohibir q. as Authoridades d'aq^{le}. logar se intromettam nos negocios da Freg^a. do Espirito Santo, afim de evitar q. p'. conflito de jurisdicção e amor de cumprim^{to}. de deveres haja acto que o melindre e dignid^e. de uma Provincia o que comunico a V. M^{oe}. p^a. sua intelligencia"¹⁶

A partir de 1841, a discussão deixou de entre a Câmara da Vila de Abadia e as autoridades sergipanas e entre estas e as da Bahia. Passou a uma alçada maior: ao do Governo Imperial, representando as duas províncias ao Imperador Dom Pedro II que decidiu ouvir, como era a praxe, o Conselho de Estado.

O parecer da Seção dos Negócios do Conselho, de julho de 1843, reconhecia

¹⁵ Offício do Presidente da Província ao Juiz de Direito da Comarca da Estância, datado de 12 de julho de 1841-APES: G'72, p. 20.

¹⁶ Offício do Presidente da Província de Sergipe ao Juiz de Direito da Comarca da Estância, datado de 10 de novembro de 1841 - APES: G'72, p. 32.

- *“a necessidade de por termo a estas questões que podem vir a perturbar a paz publica”;*
- *“a decisão deve ser fundada mais nas conveniências que na posse que cada uma dellas possa alegar.*
 - *direito da Provincia da Bahia parece mais bem fundado que o da de Sergipe, mas a circumstancia de ser o Rio Real a divisão daquelas, Provincias em todos os mais pontos e ser aquele rio navegavel e possante é uma razão mui atendivel para que aquela parte da freguezia da Abadia fique pertencendo a Sergipe, servindo aquele rio de divisão geral entre ambas”;*
- *“sendo menos duvidosa a jurisdição da Provincia de Sergipe sobre aquela porção do território não podia a Assembléa Provincial erigir a capela em freguezia, devendo para isto ter recorrido à autoridade superior”*

e concluía propondo:

“que, enquanto por uma lei se não marcarem os limites daquelas Provincias, Ordene V. M. Imperial que interinamente se considere aquela parte da freguezia do Abadia como pertencente à Provincia de Sergipe, servindo o Rio Real de divisa entre as duas Provincias”¹⁷

O parecer, emitido pelo mais importante órgão de assessoramento direto do Imperador (artigos 137 a 142 da Constituição do Império), lastreou o decreto nº 323, de 23 de setembro de 1843, que fixou o

¹⁷ In: AMARAL, Braz do. obra citada, p. 382.

limite provisório entre as províncias de Sergipe e da Bahia no rio Real, das suas nascentes até a foz no oceano Atlântico.

“Tendo subido a Minha Imperial Presença o que representou o Presidente da Província de Sergipe a respeito de conflitos ocorridos entre as Autoridades daquela Província, e as da Província da Bahia, por falta da necessária clareza em parte dos limites, que as separa: bem como o que por outra parte informou o Presidente desta última Província sobre aquele mesmo objeto; e sendo de urgente necessidade ocorrer com o conveniente remédio, para que esses conflitos não continuem em prejuízo do serviço público em dezar das mencionadas Autoridades, e perturbação dos povos. cuja paz e tranqüilidade me merece atenção: Hei por bem, tendo ouvido o Meu Conselho d’ Estado, e Conformando-me com o seu parecer que parte da freguezia da Abadia, na Província da Bahia, que passa além do Rio Real fique servindo de linha divisória entre as duas mencionados Províncias: enquanto pela Assembléia Geral Legislativa, outra cousa não for determinada. José Antônio da Silva Maia, do Meu Conselho d’ Estado, Ministro e Secretário d’ Estado dos Negócios do Império assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessários”.¹⁸

Este decreto é o único instrumento jurídico que restabeleceu, ainda que provisoriamente, a autoridade de Sergipe sobre uma parcela do seu território. Quando se diz que a medida é provisória, deve-se ter em mente que a decisão não podia ter caráter definitivo por dois fatores. O primeiro era de caráter operativo, porquanto os elementos constantes do processo não eram suficientes para definir de forma clara a qual província cabia administrar a região, ainda que o Conselho de Estado afirmasse ser o direito baiano sobre a região mais aceitável. O segundo, de caráter legal, residia no fato de que o Imperador não podia, como não o fez, estabelecer de forma definitiva o limite pelo rio

¹⁸ In: AMARAL, Braz do. obra citada, p. 383-384.

Real. Essa era uma atribuição do Poder Legislativo, aliás nunca cumprida, quer no Império, quer na República.

Qual o sentido de discutir-se aspectos particularizados da questão de limites entre a Bahia e Sergipe, quando se escreve sobre a origem histórica do atual município de Indiaroba?

Várias são as razões para essa discussão:

a) o atual município de Indiaroba, desde a criação da vila de Santa Luzia, foi parte integrante do termo desse município;

b) o território de Santa Luzia foi, na segunda década do século XVIII, diminuído quando, criada a vila de Abadia, o Ouvidor de Sergipe desanexou do seu termo a área compreendida entre o riacho Saguim, hoje Indiaroba, e o rio Real a fim de constituir parte do termo da vila referida;

c) a questão de limites se arrastou por mais de cem anos até que o decreto nº 323, ainda que provisoriamente, restabeleceu o limite sul de Sergipe pelo rio Real, o que implicou na reincorporação da área, indevidamente controlada pela Bahia, ao território sergipano.

Foi nesta área, cuja posse sempre reivindicamos, que surgiu o povoado do Espírito Santo, atual cidade de Indiaroba, titular do município do mesmo nome.

Uma descrição do município, feita pela sua Câmara, em 1854, trata da origem do povoado, afirmando:

“... o que forma esta Villa e teve começo em 1825 sob a influencia de um Proprietario d’Engº visinho, que o planejou e deo-lhe impulso, prosperou por 7 annos, mas por morte de seo fundador fez-se estacionario, e logo em lamentavel regresso, ate q. em 1836 recebeo novo impulso, apparecendo a bem dizer restaurado e com mais vida, crescendo então sucessivamente em população e em commercio.. Collocado a margem do Rio (margem esquerda do Rio Real) com optimo porto, onde surgem

embarcaçoens, recebe os assucares do interior para exportar, occupando seus habitantes em mercadejar, alguns em lavoura e pesca, outros na vida maritima, empregando-se alguns nos officios, de que há de mister huma população".¹⁹

A informação da Câmara coincide com a da Câmara de Abadia, quando afirma que *"um Capitão mór ali morador em seu Engenho foi quem construiu a capela de Espirito Santo"*.

Incorporada a região, o governo da Província determinava a demarcação do território da freguesia²⁰, de cuja incumbência dava conta a Câmara de Santa Luzia dizendo que

"em cumprimento as Ordens de V. Ex^a., pelos seus officios nº 11 e 12, datados de 29 de Setembro ultimo enviando a Portaria da mesma data, em q. V. Ex^a. faz a demarcação do termo da nova Freguezia do Espirito Santo, recentemente desmembrada da vila d' Abbadia, e anexa a este Municipio pelo decreto nº 323 de 23 de Setembro do anno vigente, a Camara em Sessão de hoje mandou laurar e editar para tudo ser publicado n'esta Villa, Freguezia do Espirito Santo Povoado do Hospicio de N. S. do Carmo, e Feira do Priapu tudo deste Municipio".

e que

"Igualmente deferiu o juramento e posse de estilo do Subdelegado da Freguezia do Espirito Santo, o Cidadão Raimundo d' Araujo Jorge, o q. tão bem mandou fazer publico p^r. editais, nos indicados lugares".²¹

¹⁹ Ofício da Câmara da Vila do Espírito Santo ao Presidente da Província, datado de 3 de maio de 1854 - APES: CM¹42.

²⁰ A freguesia é uma divisão eclesiástica, o município administrativa e a comarca judiciária.

²¹ Ofício da Câmara da Vila de Santa Luzia ao Presidente da Província, datado de 5 de dezembro de 1843 - APES: CM¹31

A freguesia, pelo Regulamento de 27 de julho de 1841, dividia-se assim:

*“Os limites entre a freguezia do Espirito Santo, e a de Itabaianinha, são o Rio Real, que separa esta da provincia da Bahia seguindo rumo direito ao Rio Itamerim, onde faz barra o riacho chamado do Índio Caetano, enconstado a Lagoa Preta, e por ela acima até suas cabeceiras; daí irá cruzar o rumo, que botou a finada D. Josefa Maria de Vasconcelos; deste, cruzando o rio Guararema irá também cruzar a estrada da Queimada grande para a praia e desta ao riacho Limoeiro no Campo de Nossa Senhora”, sua divisão da freguezia de Santa Luzia, será da foz do rio Saguim por ele acima, até sua nascente, e daí seguirá rumo de Leste a Oeste até o fim do município de Santa Luzia, a que fica pertencendo”.*²²

Esta freguesia fora criada em 1841, antes mesmo que o território fosse incorporado a Sergipe, como vimos anteriormente. Uma lei de 31 de janeiro de 1845 revigorava a sua criação e estabelecia que seu limite é o seguinte:

- com Santa Luzia

“princípios do rio - Saguim - a sua nascente; e daí do rio Limoeiro no campo de Nossa Senhora”

- com a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Itabaianinha

*“do referido rio Limoeiro no campo de Nossa Senhora, seguindo para o sul ao rio - Guararema - onde mora Lourenço Henriques, ficando a morada deste para Itabaianinha; daí à passagem de Pedras, no rio Tamerim; - daí ao Rio Real onde faz Barra o brejo da Chiquinha, e por aquele abaixo até dar outra vez na foz do rio Saguim - dividindo-se com a Vila de Abadia”.*²³

²² FRANCO, Cândido Augusto Pereira. Compilação das Leis Provinciais de Sergipe (1835/1880), Aracaju: Tipografia de F. das Chagas Lima, s/d., p. 637.

²³ FRANCO, Cândido Augusto Pereira. obra citada, p. 638.

A este tempo, os habitantes da freguezia peticionavam à Assembléa Provincial pedindo a criação da vila.

Diziam eles:

“He inquestionavel que a criação de Municipalidades deriva-se do reconhecimento da conveniencia de dar a cada huma porção do Povo em certas circunstancias a regalia, e prerogativas necessarias para por si tratar de seu bem peculiar, promovendo convenientemente seu adiantamento material, e moral, e como assim he, dadas certas circunstancias a respeito d’ alguma porção de Povo, não deve esta ser privada do goso de prerogativas, a quem tem jús, para exercel-as em proveito seu particular, e geral.

O Espirito Santo, Illustrissimos e Dignissimos Senhores, á muito aspirava cortar as peas, que estorvavão os passos, e quando pelo Decreto Geral nº 323 foi incorporado nesta Provincia entenderão os que sabem avaliar, e prever as cousas, que se chegaria brevemente a muitos adiantamentos, e com effeito os factos tem justificado o progresso esperado. Tudo está animado, isto basta para os mais admiraveis. A população cresce de dia em dia e com ella a edificação das casas, o commercio toma hum encremento gradual, mantido por uma navegação certa, que fez necessaria a existencia de uma Mesa de Rendas, atrahindo concorrentes de todas as paragens, a civilização, que algum dia, que espavorida, fùgia destes logares, vai calando sensivelmente os animos, tudo em fim converge para que o Espirito Santo tenha hum nome, huma existencia formosa, e so falta-lhe para realce do mais a applicação de certas medidas Municipaes. Pertencente ao termo da Villa de Santa Luzia dista desta cinco legoas, e basta tamanha distancia para o fazer victima de tudo quanto pode redundar em seu mal, e atraso, por dependerem os beneficios da sollicitude, e vistas criadoras do Corpo municipal, e este só lembra-se de que o Espirito Santo existe para nele authorizar a cobrança de vendas.

Por estas razões, muito dignas de ser attendidas por huma Assembléa Protectora, esperão os abaixo assignados ver acolhidas suas supplicas, e creada a Villa do Espirito Santo no Rio

Real acto este, Dignai-vos attender, que trazendo immenso bem a este logar, em nada ataca os interesses de Santa Luzia: esta de huma existencia antiquissima, passou sempre sem o Espirito Santo que se lhe encorporou a 2 annos, e se, já na sua decrepitude, não tem florescido, he por que faltão-lhe as devidas proporções ano passo que o Espirito Santo, jovem, e agora sobresaindo, so precisa do vosso favor para chegar a grandeza, de que he susceptivel; sua posição na margem do Rio, com hum ancoradouro franco, e de facil acesso, para Barcos até de 200 ou mais toneladas, he o garante de complemento dar mais lisongear esperanças.

Protegei, Illustrissimos e Dignissimos Senhores, hum logar, que a vós se socorre para seu desenvolvimento naquillo que de vós depende, e os habitantes do Espirito Santo vos bendirão eternamente”.²⁴

A esse pleito, os habitantes juntam um outro no qual pedem

“uma reforma dos limites da Freguezia, pois foi mutilado o anno passado de modo que parecia querer-se de anniquila-la / o que não he de presumir-se sendo justissimo que os designeis pela forma seguinte: dividindo com Santa Luzia, principiára da fós do Rio Saguim / limites antiquissimos / à sua nascença, e della pelas proximidades do Campo de Nossa Senhora ao Engenho Tauá; e dividindo com Itabaianinha, principiára do mesmo Engenho Tauá à Buenos Aires; e d’ahi pela estrada athe Sabiá, onde foi morada de Pedro Barreto, e d’ahi rumo direito ao Engenho Candéal, e d’ahi atravessando o Rio Taimerim, seguir huma linha pela Lagoa d’Anta e Payayá, Campo dos Cagados, athe o Riachão e d’onde delle seguirá o seo curso até sua confluencia no Rio Real”.²⁵

O pedido dos habitantes do Espírito Santo foi deferido em março daquele ano, segundo officio com que, a 16 do mesmo mês, o Presi-

²⁴ Petição dos habitantes do povoado do Espírito Santo à Assembléia Provincial. APES: Sebrão, Sobrinho, caixa 25, doc. 42.

²⁵ Petição citada.

dente da Assembléia Provincial, José Francisco de Menezes Sobral, encaminhou a deliberação legislativa ao Presidente da Província, Antônio Joaquim Álvares do Amaral, a fim de que se dignasse *“prestar sua Sanção se o julgar vantajoso aos interesses da Província”*.²⁶

A lei nº 162, de 20 de março de 1846, elevou o povoado à categoria de vila, com *“a denominação de Vila do Espírito Santo do Rio Real”*, sendo os seus limites o da respectiva freguezia conforme descrição proposta na petição dos habitantes do povoado. Ao mesmo tempo, o artigo 2º da lei afirmava peremptoriamente:

“Art. 2º - Enquanto os habitantes da mesma freguezia do Espírito Santo não derem parte ao Governo de se achar construída uma suficiente casa de câmara, própria para o Tribunal do Júri, e com segurança e comodidade presos de um e outro sexo, não dará ele execução a presente lei, nem ela terá vigor e efeito quanto a nova categoria”.²⁷

As exigências legais não foram cumpridas, sendo necessário a edição da lei nº 224, de 29 de maio de 1848, revogando o artigo 2º já referido e estabelecendo que *“na próxima época das eleições se proceda a eleição da respectiva câmara municipal, para ter lugar então a instalação da mesma vila”*.²⁸

Adquiria, assim, o povoado a sua autonomia administrativa e política. Mas as dúvidas persistiam quanto à aplicação do texto da lei. Assim é que, a 26 de julho, os vereadores de Santa Luzia dirigiam expediente ao Presidente da Província consultando-o

²⁶ Ofício do Presidente da Assembléia Provincial ao Presidente da Província, datado de 16 de março de 1846 - APES: AL16.

²⁷ FRANCCO, Cândido Augusto Pereira. *obra citada*, p. 979.

²⁸ FRANCO, Cândido Augusto Pereira. *obra citada*, p. 98

"que se acha Creada Villa a Freguezia do Espirito Santo por Lei Provincial, e tendo de se dar execução ao art. 94 da Lei regulamentar das eleições de 19 d'Agosto de 1846, pede-se a V. Ex^a. se digne esclarecer-lhe se deve expedir as ordens que se achão especificadas no referido Art.94 ao Juiz Presidente d' aquella Parochia, ou, se está a Camara desonerada pelo facto da criação da Villa pede-se igualmente, esclarecimento a V. Ex^a. se esta Camara deve dar execução as Posturas e cobrança de Direitos pertencentes aquella Villa athe o mez de Dezembro, em q. funda o seu quatrienio".²⁹

Com a eleição da sua primeira Câmara, integrada por Antônio Bento de Menezes, José de Souza e Azevedo, Antônio Joaquim da Silva, Joaquim Francisco de Sales e Antônio Francisco dos Santos, sob a presidência do primeiro, instalava-se solenemente o município de Espírito Santo.

A resolução nº 852, de 9 de abril de 1870, transferiu a sede do município para o povoado de Santo Antônio dos Campinhos³⁰. Por sua vez, a resolução nº. 1.115, de 24 de abril de 1879, fazia retornar a sede para localização primitiva.

Do território do município, por força da lei nº. 1.238, de 24 de abril de 1882, foi retirado o território do município de Vila Cristina, hoje Cristinápolis.

(junho de 1998)

²⁹ Ofício da Câmara de Santa Luzia ao Presidente da Província, datado de 26 de julho de 1848 - APES: CM136.

³⁰ Hoje é parte do território do município de Umbaúba.

A IGREJA EM SERGIPE E OS “DESFAVORECIDOS”: POSSIBILIDADES DE PESQUISA*

Maria da Glória Almeida**

Há muito ou quase tudo a fazer sobre o papel da Igreja em Sergipe. A Universidade Federal de Sergipe há trinta anos deu importante passo, quando o Departamento de História realizou o levantamento do arquivo da Cúria Metropolitana de Aracaju, convencido da estimulante reserva de informações aí existente e da sua indispensável contribuição para incentivo de estudos como o da organização eclesiástica sergipana ou da dinâmica populacional, ambos ausentes na abordagem historiográfica do Estado (1). Entretanto, os inúmeros trabalhos dos pesquisadores sergipanos nessas três décadas não fizeram uso dessa documentação eclesiástica reunida na Cúria. Nenhum deles tratou da administração clerical ou da composição populacional.

Reafirmando o que todos sabemos sobre a existência de importantes documentos eclesiásticos sergipanos na Bahia, principalmente no Arquivo da Cúria, e fazendo divulgação de informações guardadas em arquivos portugueses, Luiz Mott abriu viés interessante para a história da Igreja ao esboçar um panorama social e religioso de Sergipe no tempo da Colônia, em publicação sobre a extensão do braço inquisitorial em Sergipe (2).

Beatriz Dantas vem estudando relações inter-raciais no plano religioso em Sergipe, estudo único pela temática e pela profundidade da abordagem sobre o culto-afro brasileiro em Laranjeiras(3). Somando-se a outras publicações suas sobre festas religiosas, podem-se inferir componentes do relacionamento do catolicismo com as religiões africanas introduzidas pelos escravos. Chamando atenção para como a Autora coloca a questão dos contatos entre o mundo negro e o branco num nível diferente, postura de interesse para os objetivos deste artigo, destacamos observações de Peter Fry:

* Com este título e parte do seu conteúdo, este trabalho foi apresentado como monografia da disciplina Igreja e Estado do curso de mestrado em História Política do Brasil da Universidade de Brasília.

** Professora aposentada da Universidade Federal de Sergipe e Pesquisadora da História de Sergipe.

Para ela [Dantas] os terreiros que conhecemos hoje em dia não são simplesmente manifestações da "contribuição" do negro ao "melting pot" brasileiro. E nem, tampouco resultado de um longo e mecânico processo de "resistência" dos negros contra a dominação dos brancos. A autora descarta essas duas "histórias oficiais" para mostrar que a configuração das religiões afro-brasileiras não se dá apenas através do embate entre brancos dominantes e negros dominados, nem tampouco através de uma simples mistura de culturas; mas sim através de uma série de alianças e conflitos que entrecruzam as fronteiras entre senhores, escravos, políticos, psiquiatras, policiais, homens poderosos de negócios, pais e mães-de-santo, padres e antropólogos. É na justaposição das posições ideológicas e teóricas destes e de outros atores sociais que se constitui a cada momento o panorama das formas religiosas denominadas "afro-brasileiras". (4)

São conhecidas também pesquisas de Beatriz Dantas no terreno das ordens religiosas, com resultados esparsamente divulgados, grande parte ainda em poder da pesquisadora. Incluem-se em estudos mais amplos sobre índios no Brasil e em Sergipe, certamente valiosos em suas relações com a Igreja. Há, de sua autoria, indicação das fontes conhecidas para a história indígena e do indigenismo em arquivos de Aracaju(5).

Em 1984, o Encontro Cultural de Laranjeiras ofereceu oportunidade de discutir a *Religiosidade Popular* e colocar relações de fé e vivência religiosa e ritual no conjunto dos elementos integrantes das manifestações culturais sergipanas, estivessem em suas formas originais ou amalgamadas em harmoniosas combinações das três culturas. Ainda que a maior parte das comunicações aludisse a outras regiões, posturas teóricas e destaque do tema como objeto de pesquisa servirão de estímulo para novos estudos.

Nas obras de Ariosvaldo Figueiredo recolhem-se indicações de fontes jornalísticas e arquivísticas bastante diversas e valiosas para estudo do assunto(6). Principalmente em se tratando dos índios, nelas se encontra um histórico das aldeias sergipanas, com sua seqüência administrativa. Mas o autor não abre perspectivas de interpretação novas em meio a tantas informações recolhidas. Colocando-se numa dentre as duas posições "oficiais" realçadas por Fry,

Figueiredo vê em todas as expressões de submissão ou de violência de índios e negros formas de resistência em meio a relações raciais conflituosas, em ambos os casos carregadas de tensões e com permanente vitória da força dos dominantes sobre os dominados.

Francisco Santos dá notícia, atualmente, de “ampla pesquisa em andamento sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância”, na fase colonial, certamente tendo que abordar comportamentos dos seus diferentes segmentos, católicos todos, brancos uns, negros escravos outros.(7)

O mais abrangente conjunto de informações sobre a Igreja na vida colonial sergipana, por enquanto, consiste em capítulo que compõe recente trabalho sobre Sergipe, escrito por Maria Thetis Nunes, com descrição cronológica e de peculiaridades históricas sobre cada um dos segmentos do corpo clerical que, então, atuava na Capitania.(8)

Atualmente a Universidade Federal de Sergipe, de novo, se volta para o levantamento de fontes documentais sobre a Igreja em Sergipe (anteriormente, o levantamento foi de fontes existentes na Igreja), dentro dos objetivos de recém-criado grupo de estudo - Igreja, Religiosidade e Cultura de Massa em Sergipe, sob a coordenação dos Professores Verônica Maria Nunes e Antônio Lindvaldo Souza(9). Desse grupo, pela definição de seu tema geral e das suas propostas, é justo esperar a revelação de novas fontes, o lançamento de projetos de pesquisas, as revisões factuais e ideológicas e, por que não, a abordagem de um tema como o que ora propomos.

Desejamos lembrar ainda o quanto é importante para o pesquisador sergipano o fato de hoje se dispor no Estado de acervo de documentos coloniais referentes a Sergipe em arquivos portugueses, catalogados conforme o arquivo de origem, fotocopiados ou microfilmados. Sob o patrocínio de órgãos culturais nacionais e sergipanos as informações vêm sendo transferidas para Sergipe em momentos diferentes e se encontram no Departamento de História alguns, a maioria na secretaria de Cultura.

1 - Clérigos e leigos marginais

Clérigos, índios e escravos, ainda que em raros casos monográficos sergipanos, vimos, já se incluem em estudos cuja fase de interesse se

situa antes da República. Bem poucos em suas inter-relações. Com este artigo, pretendemos chamar a atenção de pesquisadores para a relevância do estudo dos procedimentos da Igreja Católica na imposição dos seus dogmas em terras sergipanas e suas relações com a organização social em vigor da Colônia ao Império. Especialmente, pretendemos como valiosa a contribuição que pode representar para a historiografia sergipana o estudo dos aspectos sociais da religião naquilo que diz respeito ao papel do clero em geral e das ordens religiosas em particular, em suas relações com os grupos subordinados, com as populações socialmente marginalizadas durante a fase de avanço dos novos valores do capitalismo, do chamado capitalismo comercial. Em torno da ação evangelizadora da Igreja sobre índios e negros desejamos, aqui, tecer alguns comentários.

Mauro chama "desfavorecidos" aos segmentos da população marginalizada que se formou nas colônias decorrentes da divisão da sociedade da época do capitalismo comercial. População desprotegida, injustiçada, carente da proteção do Estado e das pessoas com poder e dinheiro, quotidianamente enfrenta situações desfavoráveis (10). Ele lembra que somente com a Revolução Industrial e a presença das suas influências nas áreas periféricas nasce a hoje conhecida "questão social", a maneira moderna de ver grupos sociais à margem do crescimento econômico de uma determinada sociedade, passíveis de uma ação pública ou privada, planejada para redução de suas disparidades. No Brasil, os grupos "desfavorecidos" - com o tempo, alguns deles mudaram sua composição, outros adquiriram estatuto jurídico; reduziram-se alguns, cresceram muitos - continuaram presentes na formação desigual da sociedade brasileira e oferecem alternativas de abordagem em si mesmos e em relação às formas de convivência com as lideranças sociais. Num universo amplo em que se incluem os "pobres brancos", Mauro introduz índios e negros (escravos), considerados aqui como universo de abordagem. Hoonaert prefere chamá-los "injustiçados", ao reforçar as mesmas posições dominadas, presentes numa sociedade de classes.

Índios e negros, ainda que numerosos, foram esmagados pelo poder das minorias elitistas, pequenos grupos brancos que conseguiram valer-se da sua posição de conquistadores e da força do Estado por eles mesmos criado para se beneficiar. Associaram o poder e a riqueza, assentados na posse da terra. Riqueza que privou a grande

maioria de uma vida segura e respeitável; poder, que se manifestou, diária e brutalmente, na repressão dos mínimos direitos à liberdade e à ação. Nesse confronto entre poderosos e fracos, fundamenta-se a concepção de Weber, acordando com Marx, de que “a religião cumpre com uma função de conservação da ordem social contribuindo, nos termos de sua própria linguagem, para a “legitimação” do poder dos “dominantes” e para a “domesticação dos dominados”. Qual seria o discurso da Igreja em terras sergipanas para conter a massa humana que se concentrou a serviço dos poderosos?

A Igreja estratificada que veio ao Brasil já diferenciava seu corpo sacerdotal em “clero regular”- sacerdotes que vivem em claustros ou mosteiros, em vida cenobita sob uma regra - e “clero secular”- sacerdotes que vivem identificados com a comunidade, com o modo de vida das suas ovelhas, um e outro envolvidos na mesma realidade. O que de fato os distinguiu era o acesso à riqueza: os que pertenciam ao clero rico, proprietário de bens valiosos, e os que pertenciam ao clero humilde, sem posses, vivendo com sacrifício em povoados e municípios e partilhando das mesmas dificuldades do seu rebanho. Mosteiros e bispados possuíam fazendas e escravos. Grande parte dos seus membros pertenciam às mais ricas famílias proprietárias de engenhos; famílias que firmaram seu prestígio social encaminhando seus secundogênitos para a carreira sacerdotal. De qualquer forma, clero rico ou clero pobre, todos foram agentes especializados que trabalharam por manter o mesmo discurso acumulado, coerente, objetivando passar o mesmo conjunto de preceitos para as pessoas que partilhavam do seu universo religioso.

No tratamento que as sociedades modernas deram à questão indígena e à escravidão negra é evidente o processo de acumulação e de competência ideológica que tornaram implicitamente legais e justificáveis as ações perpetradas contra o índio e o negro. Por essa razão, tornou-se preocupação dos teóricos do processo de colonização nas Américas descobrir, no contexto global, de que forma a Igreja contribuiu se não para estruturar o conjunto de enunciados justificantes da marginalização e da segregação de grupos humanos, ao menos para legitimar e manter viva a injustiça social devidamente ajustada às normas éticas e à visão do mundo cristão. Fica então a pergunta: que métodos, nos séculos passados, a Igreja utilizou na tarefa de se fazer líder de uma comunidade moral de clérigos e leigos irmanados na

mesma fé, mas enfrentando clamorosa desigualdade social?

A sobrevivência da Igreja - a católica e também a protestante - e a sua permanência na liderança da civilização ocidental por quase dois milênios deveram-se à sua capacidade de modificação, a um quase mimetismo das suas práticas conforme o poder de absorção de sua mensagem pelos grupos sociais, particularmente pelas classes dominantes em busca de justificação que legitime seu poder. Importa, portanto, descobrir sua significação de mundo para cada época e para cada formação social, a fim de encontrar atenuações e adaptações das "verdades" cristãs às exigências sociais e políticas.

Abordando a função social e religiosa, Bourdieu fala desse mimetismo das doutrinas:

... A religião está predisposta a assumir uma "função ideológica", função "prática e política de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário" que só poderá cumprir na medida em que possa suprir uma função "lógica e gnosiológica" consistente em reforçar a força material ou simbólica passível de ser mobilizada por um grupo ou uma classe, assegurando a legitimação de tudo que define socialmente este grupo ou esta classe. (11)

A Igreja portuguesa nasceu sob a proteção do Estado. A religião logo serviu de instrumento para reunir energia dispersas com a cessação da guerra contra os mouros e para justificar a ambição de riqueza e a falta de escrúpulo no comércio das especiarias.

Dependente, essa Igreja Católica que veio ao Brasil acompanhará sucessos e vicissitudes do poder civil, ambos reciprocamente se amparando e se beneficiando em permanente troca de interesses, até que a célebre "questão religiosa" do final do século XIX torne-se o maior exemplo de confronto com o Estado. Individualmente, porém, testemunhos históricos mostram que nem sempre os clérigos se submeteram ao controle do Estado. Para impor-se como autoridade moral preocuparam-se em ocultar a dominação que o poder político juridicamente exercia sobre o clero: não raro encontram-se exemplos de insubordinação dos clérigos às ordens reais. Nem são casos isolados; principalmente entre padres missionários voltados a uma ação mais arrojada defrontando-se com uma realidade incontornável frente a grupos insubmissos aos quais precisavam se afirmar como agentes espirituais. Sentiram-se responsáveis por conferir à sua mensagem um grau de força espiritual, de "revelação" divina, de santa autoridade.

Para isso, precisaram assumir uma postura carismática(12), confiantes na sua capacidade de se fazerem acreditados e de acreditarem no conteúdo do seu próprio discurso. Enfim, sentiram-se responsáveis por deter o monopólio do poder religioso, a capacidade de gerir os instrumentos da salvação.

A Igreja tomou caminhos diferentes no trato com os oprimidos. Enquanto referente ao índio formou defensores famosos da sua liberdade jurídica, fossem jesuítas, carmelitas ou franciscanos, em relação ao negro, valorizado comercialmente, deixou-se levar ao sabor dos interesses de lucros, sua escravização legalmente justificada por civis e religiosos. Contraditoriamente, as vozes clericais que mais alto se levantaram em favor do nativo não se confundiram ao justificar a escravização do negro. Ao tempo em que tentavam firmar sua posição ideológica e religiosamente assentada como protetores do inocente selvagem americano, dono da terra conquistada, os missionários e o clero em geral, movidos por seus próprios interesses econômicos, buscaram justificativas como “de uso universal”, “inevitável”, “moeda corrente no país” para escamotear a inadequação da sua prática com um discurso cristão que falava de “igualdade” dos homens perante Deus, em “justiça” entre os homens e em “amor” ao ‘próximo”. Para os contemporâneos e para as gerações sucessivas deixaram inúmeros testemunhos de complacência no trato com a espoliação da força de trabalho e com a redução de multidões não europeias a condição sub-humana.

Defendendo índios contra colonos, apesar de os ter a seu serviço, justificando a entrada de “peças de Guiné” ao tempo em que procurava ajustar uma prática e uma teologia para senhores e uma prática e uma teologia para escravos, a Igreja cedo se viu envolvida em contradições doutrinárias e em conflitos sociais. Como, de fato os resolveu? Seria possível a análise de uma situação sem a abordagem da outra, abandonando determinismos aceites? Teria força realmente, a intervenção protecionista dos jesuítas para a substituição dos indígenas pela mão-de-obra negra, como se costuma repetir?

Uma relação dialética une fortemente o destino de índios e negros em nosso continente: a escassez de uns provoca a abundância de outros; rareando o índio, traz-se o negro para seu lugar. Um é alternativa do outro. As alternativas de um estão, num sentido inverso, às condições de vida do outro: não se pode dar

liberdade ao índio sem que se escravize o negro. Apenas num único ponto seus destinos se assemelham: uma vez conscritos para o trabalho do branco, o regime que os espera é a escravidão.

Expressão concreta do sistema colonial, a escravidão negra ou índia cedo se colocou como questão central nas atividades religiosas no Novo Mundo. Convivendo com formas de exploração do trabalho, como anunciar o evangelho? Que posições assumir ante fatos reais de interesse econômico e político? Justificá-los? Contestá-los? Em meio a tantas dubiedades, a tantos interesses divergentes, o solo brasileiro tornou-se palco de renhidas lutas entre colonos e jesuítas, índios e colonos, índios e negros, escravos e senhores, também testemunhadas em documentos sobre a realidade sergipana.

Nesses e em muitos outros aspectos, a partir do que os padres vieram a oferecer e do que as populações deles esperaram, pode-se constatar uma ruptura que se abre em dois caminhos, ambos inglórios: um, que põe em risco os objetivos que se pretende alcançar: outro, que leva a intencionalidade da mensagem religiosa ao descrédito. Acreditamos que a ação da Igreja no Brasil, fosse colônia ou império, tomou a primeira direção quando se atenta para a quase dizimação do indígena a ela confiado e nela confiante e tomou a segunda direção frente ao quadro de completo alheamento diante da sorte do negro escravizado.

Seja qual for a posição assumida, a Igreja deixou dúvidas sobre o sucesso de materialização de uma ética que a doutrina cristã, com veemência, verbalizava. Para analistas modernos, seu envolvimento com a escravidão representou uma frustração do conteúdo ideológico religioso e um fracasso como agente de transformação no Novo Mundo. Joaquim Nabuco lamentou:

o contágio da escravidão deu à religião entre nós, o caráter materialista que ela tem, destruiu-lhe a face ideal e tirou-lhe toda a possibilidade de desempenhar na vida social do país o papel de uma força consciente. Entre nós o movimento abolicionista nada deve, infelizmente, à Igreja... Nenhum padre jamais tentou impedir um leilão de escravos nem condenou o regime religioso das senzalas.(13)

2 - Dizimação de uma raça. Frustração missionária?

Sob qualquer ângulo que se enfoque a Igreja em Sergipe, sua ação começa com a chegada dos padres jesuítas, chegada que precedeu a colonização civil e militar. Significa dizer, como alguém já o fez, que a “civilização” chegou em Sergipe com a cruz, a água benta e a capela ou ermida. À medida que a civilização vai se implantando, como em todo o Brasil, o contingente indígena vai se esgotando, finalmente dizimado, mestiçado ou emigrado das terras que lhe pertenceram. Os que ficaram, em vão derramaram suor e sangue na defesa da sua terra e da sua cultura, ambas sob constante ameaça.

O processo de assimilação do índio sobrevivente, sob a disfarçada capa de humanitarismo e protecionismo, levou ao seu gradual desaparecimento. Antecipando aqui uma das clássicas posições de julgamento dos responsáveis por esse resultado, Clovis Moura lembra que as aldeias sob a direção dos religiosos *interromperiam o processo da evolução tribal dos indígenas, desmantelando as estruturas econômicas sobre as quais se assentaram as instituições e a cultura.*(14)

Na abordagem de assunto tão polêmico e apaixonante, polêmico porque envolve as concepções ideológicas de quem o trata, apaixonante porque promete revelar situações singulares entre forças poderosas, cíveis ou não, as posições são divergentes. Ou se consideram apenas exemplos que testemunham violências contra as classes desfavorecidas para fundamentar o poder e a força da opressão usada, como temos em Sergipe a obra de Figueiredo(15), ou se reúnem informações fornecidas pelos próprios padres missionários para enaltecer suas atividades e glorificar sua comunidade religiosa(16). Com fontes excludentes, corre-se o risco de se compor visões unilaterais do processo histórico de catequese do índio sergipano. Sobre ele, há um sem-número de documentos inéditos a ser pesquisado, tal o pequeno uso que se fez até agora dos documentos existentes nos arquivos. Mesmo alguns conhecidos, clássicos em sua repetência, podem ainda merecer estudo exegético, à luz do avanço das diversas áreas do conhecimento. Inédito ou conhecidos, uns e outros são capazes de lançar luzes, de provocar revisões enriquecedoras para a historiografia brasileira.

É o caso da extensa carta do Padre Inácio Tolosa ao Padre Geral da Companhia sobre as missões do Padre Gaspar Lourenço em Sergipe, abertura obrigatória para a História de Sergipe(17). Dela muito

se pode obter em cuidadosa exegese, a começar por levantar assertivas que confirmem o valor do seu testemunho para estudo dos métodos de controle utilizados pelos padres desde suas primeiras relações com os silvícolas brasileiros:

- *os padres mistificam a criação das "missões"*. A intromissão religiosa que fazem no mundo livre dos nativos deve parecer iniciativa dos indígenas em súplica aos jesuítas para iniciá-los no Evangelho e na fé de Deus e ensinar-lhes as "cousas" da salvação. Mesmo assim os padres não dispensam a presença dos soldados para garantir-lhes a vida e os próprios interesses;
- o atendimento dos jesuítas à solicitação indígena deve parecer cauteloso, nada ter de precipitado, para garantia de sucesso e de preservação da vida dos envolvidos na tarefa de evangelização. Deixando evidente que acreditam ser "a traição" um dos componentes da índole do americano selvagem e revelando permanente desconfiança das suas intenções, os padres dão-se certo tempo de observação e informação sobre a sinceridade do pedido de cristianização dos índios;
- a evangelização é como uma cruzada, tal a constante espreita do perigo que ronda os que a ela se dedicam. Os riscos a que se submetem vivendo entre tribos ainda pagãs devem-se à existência de líderes rebeldes, desconfiados e descontentes que não fazem "bom rosto". Dificultam a tarefa dos padres, pedindo a outros índios que não os recebam porque trazem a escravidão e costumam "ajuntar os índios, fazer-lhes alegria e depois cativá-los e entregá-los aos brancos";
- O indispensável uso de imagens sobre o "inferno" e o "demônios", pairando como constante ameaça sobre os que morrem sem batismo, serve de instrumento e pressão para a cristianização. Em passagens interessantes sobre ameaças de inferno, vigilância do demo e medos do índio encontram-se testemunhos sobre métodos de pressão dos padres para a conversão;
- a interpretação das tradições dos contos e das histórias indígenas tenta aproximá-los das verdades e das narrações bíblicas (o dilúvio, por exemplo). É usada como meio de integração dos nativos na unidade do mundo cristão mais antigo e desembocará nos inúmeros casos de sincretismo;

- o método de ensinamento religioso - por quê não aproximá-lo do moderno processo de “lavagem cerebral”? - passa pela ocupação diuturna do catecúmeno, pelo exercício constante dos iniciados, manhã, tarde e noite. O regime disciplinar imposto a certos aldeamentos fez “os índios [preferirem] vagar, sem rumo, a suportar a prisão espontânea da aldeia militarizada”.(18)

Estas e outras asserções aligeiradas, tópicos apenas de um documento que está longe de ser considerado suficientemente analisado, faz do caso sergipano testemunho do princípio do pensamento inaciano: a missão dos padres entre os índios fez-se para atender à vontade de Deus e dos homens pagãos.

O trabalho catequético correu paralelo ao enraizamento dos interesses econômicos das ordens religiosas nas áreas onde se estabeleceram. Chegados em segunda missão a Sergipe, dessa vez atrás da soldadesca violenta que conquistou o território sergipano em 1590, os padres da Companhia de Jesus(1597) foram seguidos pelos monges da Ordem do Carmo(1600), dos Beneditinos(1603), presença contestada por Nunes), dos Franciscanos e dos Capuchinhos. A partir dos primeiros vinte anos de expansão colonizadora, monges e padres seculares fizeram-se proprietários de grandes faixas de terras, enraizaram seus interesses econômicos e firmaram seus poderes políticos em Sergipe.

É justamente a falta de estudos sobre a especificidade da ação de cada uma dessas ordens religiosas em solo sergipano um dos aspectos do que estamos a considerar. O fato de a ocupação portuguesa em Sergipe, como em outras regiões marginais aos centros da Bahia, Pernambuco etc, ter-se dado com um século de atraso, quando experiências nas antigas aldeias indígenas já indicavam fatores de sucessos e de fracassos, teria levado as ordens religiosas a uma atuação diferenciada em aldeias sergipanas? Não teria ocorrido aqui forma distinta de atuação dos missionários, pondo em risco sínteses e generalizações costumeiras, criando limites insuspeitados a opiniões que Hoornaert expressa como sendo a forma clássica pela qual “a estrutura eclesiástica reage dentro de um sistema colonial”?

... ele se estabelece com relativa facilidade, funda conventos ou mosteiros que se tornam ao longo da história sempre mais opulentos e sempre menos solidários com os destinos do povo, normalmente não admite gente nascida no Brasil, vive do trabalho

escravo, funciona como "banco" para proprietários pela sua segurança e estabilidade, identifica-se com os anseios, interesses e projetos dos colonizadores, dá-lhes boa consciência pela instituição de ordens terceiras - São Francisco e do Carmo, notadamente - reservadas à classe privilegiada, levanta finalmente barreiras ao espírito verdadeiramente missionário, de sorte que os missionários religiosos freqüentemente são marginalizados ou pelo menos pouco compreendidos na ordem à qual pertencem.(19)

As evidências aceites são:

em Sergipe, as comunidades indígenas que os missionários reuniram em aldeamentos fizeram-se afastadas das vilas. Retirados das terras próximas às vilas, onde as terras são mais valorizadas, os índios deixaram de ser os contendores dos colonos, proprietários de terras. Jesuítas e outros religiosos isolaram, segregaram os indígenas para o trabalho que eles, grandes proprietários, necessitavam. Sem respeitar costumes e crenças do silvícola, as aldeias transformaram-se em reservas de mão-de-obra gratuita para os missionários;

o afastamento dos índios em Aldeias ou em fuga para o interior e a constante guerra que os colonizadores armaram contra eles determinaram sua quase eliminação em pouco mais de um século de contato com a civilização. Ao tempo da conquista, a população indígena sergipana, segundo relato dos cronistas da época, era numerosa, de mais de 20.000 pessoas. A dizimação que houve nos dois primeiros séculos reduziu esse número para 1.440 índios, representando cerca de 2% em relação à população geral, branca, negra, mestiça;

o controle dos nativos pelos religiosos foi o motivo da hostilidade dos colonos, carentes de mão-de-obra, especificamente contra sua ação. Parecendo defender os interesses dos índios, em 1708, os habitantes de Sergipe protestam contra os que consideravam "abusos do clero", especialmente dos jesuítas, que preponderavam e oprimiam os povos, particularmente os índios reduzidos por eles ao estado que a quase escravidão. (20). Casos como esses não são novidade para o historiador brasileiro. O paroxismo dessa reação manifestar-se-á na expulsão definitiva dos jesuítas do reino português e na permanente fiscalização do Estado sobre a ação dos padres;

os confrontos entre as ordens religiosas e as lideranças sergipanas manifestaram-se de várias formas, embora particularmente se ponham em evidência os freqüentes ataques às aldeias. Freire torna representativo um desses casos, da Vila de Geru, tomada de assalto por Isidoro Gomes, chefe de um bando armado que, sob pressão da resistência da população, recorre à arma de fogo, saciando assim suas paixões. Deram-se mortos e ferimentos.(21)

Estudo de caso sobre o processo de remoção dos índios da Aldeia de Água Azeda, em São Cristóvão, para a do Geru, no interior, parece confirmar as claras intenções dos senhores de terras de se apoderarem de área bastante valorizada em mãos dos índios.(22) A violência das acusações revela uma sociedade dividida entre fortes e gananciosos e fracos e despossuídos. O processo de transplante é desumano mas não único no Brasil.

Retoma-se o método de isolamento das populações indígenas em aldeamentos. Aparentemente, os métodos de todas elas foram os mesmos e os resultados conducentes à degradação e ao empobrecimento do índio. Os testemunhos do estado deplorável a que foram reduzidos os índios sergipanos são vários, carecendo da mesma exegese cuidadosa.

A vontade de reorganizar a posse da terra nos meados do século XIX iria mexer na organização e sobrevivência das Aldeias. Sob a alegação de não existirem na província índios, verdadeiramente tais, há uma casta mestiça, domesticada vivendo em sociedade, em aldeia e vila, civilizados e instruídos em princípios religiosos como é a maior parte da população (23), justificou-se a extinção da Diretoria dos Índios, criada pelo Estado para assegurar o que poderiam ser definidos como direitos dos índios.

3 - Escravidão negra. Aceitação cúmplice?

Enquanto em relação ao indígena a Igreja colocou a questão da justiça e da injustiça no processo de escravização e tratou a evangelização a nível de introdução no estágio de civilização, a sua interferência na cristianização dos negros africanos foi muito mais complexa e contraditória.

Pesquisas referentes à Igreja e sua ação sobre as populações indígenas em Sergipe são facilitadas pelo fato de se ter desenvolvido, em maioria, em espaços sob controle de ordens religiosas bastante estudadas e por existirem pequenas monografias publicadas e documentação em bom nível de catalogação; já pesquisadas sobre as relações da Igreja com os escravos parecem envolver questões instigantes, é verdade, mas de muito maior dificuldade de abordagem, levando-se em conta que em maioria as informações estão disseminadas em fontes de natureza diversa e que há uma larga tradição de abordagens tendenciosas em torno de cultos afros, de resistências e sincretismos etc.

Posições clássicas, apegando-se apenas a reflexões teóricas sobre o já dito, predispõem o pesquisador a avaliações que até certo ponto conduzem a resultados conhecidos, sem novas formulações ou mesmo revisões estimuladoras. Hoje em dia os revisionismos vêm muito a propósito seja qual for o tema porque contam não apenas com melhor preparo teórico do pesquisador e possibilidades de composição de grupos interdisciplinares etc, mas principalmente com a utilização de recursos tecnológicos de impacto como microfimes e, principalmente, a Internet pondo em contato pesquisadores a quilômetros de distância ou informando sobre obras publicadas etc.

Certas proposições assentadas no tratamento da Igreja na América Latina, claro que sob bases comprovadas, contêm, porém, elementos passíveis de serem analisados em estudos regionais ou temáticos, com possibilidades de alterar concepções e rever posturas. Vejamos algumas delas:

1) a Igreja não se opôs à sociedade escravocrata. Nascida num dos mais rigorosos e difundidos sistemas escravistas, o do antigo Império Romano, a Igreja satisfez-se sempre em buscar argumentos racionalistas que justificassem o enriquecimento da sociedade estabelecida pela força do trabalho de grupos humanos explorados. Para São Paulo, a escravidão era lamentável instituição derivada do pecado dos homens e mais tarde Santo Tomás, a partir das doutrinas aristotélicas, admitiu a escravidão como derivada da suposta inferioridade moral ou espiritual dos escravizados. Pela força da influência de ambos no seio do pensamento católico, e em razão do predomínio do pensamento medieval quando se deu a conquista das terras americanas, idéias justificadoras do sistema escravagista serão recolocadas e

ampliadas no discurso do clero na América. Participando ativamente do sistema, com inúmeras propriedades e escravos, esse clero incluiu-se entre os poderosos e se colocou a seu serviço, buscando suporte teórico que não o levasse a contradições da doutrina de igualdade e fraternidade diante do corpo leigo da Igreja. Vozes isoladas em clara oposição à escravização dos negros não alteraram a prática aceita de uma instituição oficial.

A necessidade de a maioria dos padres possuir escravos era patente a viajantes e a proprietários de terras. Até mesmo Padre Vieira, máximo defensor dos índios, diria que “sem negros não há Pernambuco”. Antonil deixa a célebre sentença:

Os escravos são as mãos e os pés dos senhores de engenho porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente.

Conhecendo estes e muitos outros testemunhos de igual autoridade na historiografia brasileira, seria possível encontrar exemplos de sua afirmação ou negação em análises de fatos reais da sociedade sergipana? Como existem casos de reação clerical à escravidão no Brasil, é possível encontrar testemunhos de variadas posições locais, sejam favoráveis ou desfavoráveis, em discursos, testamentos, etc.

2) a Igreja deu muito poucos testemunhos de preocupação evangelizadora imediata com o contingente negro, chegado pagão ao Brasil. Distribuídos em fazendas diversas e falando uma língua estranha parecia não haver condições de submeter grupos de escravos à aprendizagem religiosa. Em conseqüência, se desenvolveria nos engenhos uma religião doméstica, vivida ao mesmo tempo pelo senhor e sua família e pelos escravos, religião até certo ponto menos eclesial e doutrinária.

Os missionários das ordens religiosas, movidos por interesses econômicos que incluíam a posse de escravos negros, mais voltados para a evangelização e defesa dos índios e para a fundação de colégios para a burguesia, somente deram atenção aos negros enquanto sua propriedade, mão-de-obra em suas fazendas. Talvez em razão disso, parece que a instituição eclesial não foi a maior responsável pela propagação da fé entre os negros. Na busca de agentes dentro da família patriarcal, dá-se hoje papel de destaque à mulher como guardiã e transmissora da religião. Quantos exemplos poderemos

encontrar em documentos sergipanos... em testamentos de mulheres solteiras, mulheres sem filhos... Hoornaert refere-se ao formalismo religioso, repetitivo e maquinal das orações dirigidas pelas brancas aristocráticas, bem recebidas e entendidas pela mulher escrava(24). Criando vínculos com a doutrina cristã à margem da influência direta do clero constituído, os escravos não procuraram fora do catolicismo oficial alternativas religiosas capazes de responder aos seus não poucos anseios de salvação, após sofrida vida na terra?

3) A Igreja preocupou-se por estabelecer regras de "convivência" cristã entre senhores e escravos, reproduzindo os conceitos paulicianos de obediência e sobrevivência por parte dos escravos e de benevolência por parte dos senhores. O amortecimento das consciências religiosas faz-se-á por constante vigilância e pregação da benevolência do senhor para seus escravos. Famoso discurso do Padre Benci (1700) marcará o contorno da posição que se pode e deve exigir do senhor para controle e proteção do seu escravo: garantia mínima de vida material (comer, vestir, ter saúde), asseguramento do alimento espiritual nos sacramentos, disciplina através do castigo merecido e suportável, trabalho comedido(25). Aliás, esse texto é rico manancial de análise sociológica da moral da sociedade escravocrata brasileira na fase colonial, inserindo-se no conjunto de admoestações e ensinamento dirigidos para orientação do senhor em suas relações com o escravo. Aceitando a escravidão e dela fazendo uso como instituição legal, a Igreja vai procurando atenuações com um discurso em que aparece como vigilante das relações senhores/escravos e crítica ao tratamento injusto e cruel de uns sobre os outros.

4) a Igreja não eliminou conflitos de crenças e de ritos religiosos entre brancos e negros. Esse antagonismo parece dar origem a uma religião católica dos negros correndo paralelamente a uma religião católica de brancos. Essa separação seria estimulada pela própria Igreja? Com tanto poder, por quê a Igreja permitiu irmandades como a de Nossa Senhora de Rosário organizando-se independente, cada uma com seus cultos, seus ofícios? Por quê fez que não via a persistência dos cultos africanos travestidos de aparência católica, mas com rituais negros?

5) o desinteresse da Igreja pela formação escolar dos escravos gerou o baixo nível de educação de numeroso segmento social da Colônia, com conseqüências nos períodos seguintes. Enquanto a população reunida em aldeias missionárias recebeu formação escolar desde seus primeiros momentos de organização, a ponto de a grande maioria dos índios aldeados saberem ler e escrever, o negro, jogado no eito ou nos trabalhos domésticos não mereceu essa atenção dos clérigos, educadores por excelência da Colônia. Mesmo durante o Império, as restrições ao negro textualizaram-se no Decreto nº 15 de 1888, regulamentando a Instrução Pública de Sergipe: por um dos seus itens estavam impedidos de freqüentar as escolas públicas além das pessoas que padecem de moléstias contagiosas, os africanos quer livres, quer libertos. Como a Igreja monopolizou o ensino, particularmente até antes da reforma de Pombal, haveria, portanto, de ser ela grande responsável pela manutenção do escravo negro na mais completa ignorância.

O negro africano chegou a Sergipe com os primeiros recebedores de terras. Doações de sesmarias o atestam. Em meados do século XVIII, com a intensificação da lavoura canavieira, a população escrava cresceu a ponto de ultrapassar o número de brancos existentes na Capitania. Em 1802, existiam 19.893 pretos, 20.849 pardos, 13.217 brancos e 1614 índios. Entre 1750 e 1850 o negro substituiu definitivamente o índio como fator de produção.

Documentos de conteúdo já revelado e muitos ainda não interpretados nos arquivos fazem referências ao negro sergipano. São informações dispersas, geradas pela classe dominante, senhores proprietários, clérigos etc, em testamentos, inventários, ocorrências policiais, pronunciamentos políticos, casamentos e batizados, relações estatísticas ainda não devidamente reunidos numa análise refletida sobre a participação do negro escravo no processo histórico local. Há, porém, direções que esclarecem alguns aspectos do estudo sobre a Igreja e a escravidão em Sergipe.

No caso específico de Sergipe, do que se tem visto e divulgado, dois caracteres tornaram-se tão persistentes nas relações Igreja/escravo que os pesquisadores têm-nos como princípios embutidos no comportamento cristalizado da igreja sergipana.

1) O clero sergipano, salvo exceções, aceitou a marginalização do negro na Igreja dos brancos. Por omissão ou conscientemente, sua identificação com os valores e os interesses da sociedade da época conduziu-o a discriminações que se podem chamar racistas. São gritantes, impositivos, casos como o da existência de irmandades excluindo, estatutariamente, os homens de cor. Causam espanto à sociedade igualitária de hoje as discriminações no seio dos movimentos religiosos do século passado contra não brancos, testemunhados nos estatutos de irmandades sergipanas como a de Nossa Senhora de Guadalupe, de Estância, do Senhor Bom Jesus dos Passos também de Estância, do Santíssimo Sacramento de Propriá ou das Santas Almas de Itabaiana. Assinalando exceções, configura-se em todas elas formas de discriminação não apenas raciais mas também sexuais ou etárias, passíveis em qualquer caso de análise mais profunda. (26)

Não específico do caso sergipano, mas confirmado em testemunhos locais, outra violenta forma de racismo manifesta-se na proibição de ingresso dos negros e mestiços no sacerdócio católico. As "Inquirições de Genere" exigiam que para ser padre o candidato fosse

... legítimo e interino cristão velho sem raça alguma de judeu, mouro, mourisco, mulato, cristão herege ou de qualquer outra infesta nação das reprovadas em direito contra Nossa Santa Fé Católica, ou discende de pessoas a ela novamente convertidas, e se por inteiro é legítimo cristão velho e de limpo sangue e geração está tido, havido e reputando sem haver fama, rumor ou suspeita em contrário(27).

A utilização dos sacramentos e da religião permanece como estratégia para manter a tranqüilidade pública e para manter a massa escrava submissa. Um representante do clero muito bem resume a função conservadora da prática religiosa quando diz, "a Santa Religião é a única segurança do nexu social".

2) o sincretismo religioso bastante presente em festas e em cultos, como de resto em todas as partes do Brasil, apresenta-se como contestação do sistema social e econômico pela via religiosa. Não assimilando os cânones e rituais da religião oficial, a religião católica praticada pelos negros assumiu características populares, exóticas

mesmo. Há que se acreditar na cumplicidade do clero e das classes dominantes para essa fusão do negro e liberdade na exteriorização das suas crenças religiosas. É interessante observar que, conquanto os cultos negros do Brasil manifestassem tolerância, respeito e acatamento às formas culturais impostas pela Igreja Católica, não admitiam conviver com cultos africanos que não pertencessem à sua nação. Dantas registra esse espírito na frase de mãe-de-santo nagô em Laranjeiras: "Nós não mistura. Não mistura com Toré, Umbanda, essas coisas não. Nagô é só ali. Nós só mistura com Igreja Católica". Nagô e catolicismo não se excluem. "Ao contrário, diz Dantas, ser Nagô é condição que se acrescenta ao ser católico".

4 - Por uma nova interpretação

O que ora tratamos integra-se ao movimento historiográfico de deslocamento das análises a partir do desempenho das "elites do poder, da fortuna e da cultura". O interesse pela história da Igreja, por exemplo, não ultrapassava as relações internas do clero e do seu papel na evangelização dos povos, sempre escrita por ele mesmo e a partir de uma ótica subjetiva. Em conseqüência, dispomos hoje de um discurso unanimista sobre suas relações com os desfavorecidos. O avanço da história social há mais de meio século vem exigindo das posições ocupadas pelos até então tradicionalmente considerados únicos fazedores da história.

Do que foi abordado anteriormente, teremos razão em propor estudos de caso em Sergipe como capazes de contribuir e modificar posições quase estratificadas em relação à Igreja no Brasil e suas relações com os diversos segmentos sociais? Existem documentos específicos capazes de responder à problemática colocada? A ambas as perguntas, respondemos com um sim, tal a importância das tribos indígenas, dos negros escravos e do clero leigo ou regular dentro das fronteiras sergipanas e tal o volume de documentos inéditos existente nos diversos arquivos do Estado. Conhecemos bastante bem os arquivos sergipanos. São de uma riqueza incomparável para o pesquisador, seja pela qualidade do seu conteúdo, seja pela quantidade das informações neles reunidas.

Em qualquer das questões aqui sugeridas, coloca-se precipuamente o papel da interpretação dos dados conhecidos. Há que se buscar as muitas fontes de informação sobre a posição dos padres em seus contatos com negros e índios. Há que se rever certos discursos de dominação publicados em jornais ou já incorporados à literatura sociológica ou histórica religiosa como o do Padre Tolosa. Há que se interpretar dados embutidos em histórias de crenças populares ou em cultos especiais a santos, com visão dos seus atributos conforme interpretação dos missionários. Por se tratarem de documentos gerados no "centro", o pesquisador terá de "ouvir" a voz dos desfavorecidos nas suas denúncias, nos seus protestos de inocência, nos seus silêncios denunciadores. Por tudo isso, na hora de rever posições de interpretar dados inéditos, a cautela do pesquisador tem quer ser maior, porque maiores são as possibilidades de envolver-se na tarefa de legitimar um ou outro lado.

Ao longo do processo de cristianização, as comunidades dos desfavorecidos vão desenvolvendo culturas diferentes cujo futuro, ao chegar o século atual, é conhecido e para alguns analistas não se alterou o quanto seria desejável. De qualquer forma, continuam a chamar a atenção por sua permanência em espaços ainda marginais. Isso acarreta a dificuldade em vencer a tentação de tratar o passado pelo presente ou o presente pelo passado ou de resistir à possibilidade de integrá-las ou excluí-las do efetivo desempenho no conjunto social.

BIBLIOGRAFIA

- 01) GONÇALVES, Maria de Andrade. *Arquivo da Cúria Metropolitana*. PDPH/UFS, s/d datilo.
- 02) MOTT, Luiz R. B.. *A Inquisição em Sergipe: do século XVI ao XIX*. Aracaju: Sercore/Artes Gráficas, 1989.
- 03) DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó Nagô e papai branco: usos e abusos da África, no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- 04) FRY, Peter, "Prefácio". In: DANTAS, op. Cit., p. 13 a 17.
- 05) DANTAS, Beatriz G.. "Fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos de Aracaju". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 31. Aracaju, 1992.
- 06) FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *Enforcados - índio em Sergipe*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981; *O Negro e a violência do Branco: o negro em Sergipe*. Rio de Janeiro: J. Álvaro, 1977.
- 07) SANTOS, Francisco. "Calendário religioso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância - 1772-1827". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, nº 31. Aracaju, 1992.
- 08) NUNES, Maria Thétis, *Sergipe colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- 09) Notícia dada sobre a criação do Grupo e suas primeiras atividades está em *I Guia de fontes bibliográficas. História da Igreja no Brasil*. Org.: Antônio Lindvaldo Sousa e Verônica Maria Nunes. UFS/DH, 1997.
- 10) MAURO, Frédéric. *Nova história, novo mundo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974. P. 226.
- 11) BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974, p. 46.
- 12) Vale a pena conhecer a análise que Bourdieu faz sobre "carisma". Op. cit., p.55.
- 13) NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Petrópolis/Brasília: Vozes/INL, 1977, p.167.
- 14) MOURA, Clóvis. *Rebeliões na senzala*. São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, p.23.
- 15) Vide obras de Figueiredo citadas na nota 6.

- 16) São algumas dessas obras: José de Anchieta. *Primeiros aldeamentos na Bahia*. Sergipe: SESC, 1975; *Carta do Padre Tolosa ao Padre Geral da Companhia de Jesus*. Biblioteca Nacional de Lisboa, cod. 41532, fls 161-167; Padre José Caeiros. *De Exílio Provinciorum Transmorinorum Assistentiae Societatis Jesu*. Bahia. Tipografia Salesiana, 1936; Francisco Sachino: *Historiae Societatis Jesu*. Sergipe: SEEC, 1975; Serafim Leite, *op cit*; João Antonio Andreoni. *Opulência e cultura do Brasil por suas drogas e minas*. Salvador: Livraria Progresso, 1950; Jorge Benci. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. Roma, 1905; Frei Antonio de Santa Maria Jaboatam. *Novo Orbe Seráfico Brasílico*. Pernambuco, 1980; Simão de Vasconcelos. *O paraíso na América*.
- 17) "Carta do padre Tolosa..." In: Felisbelo Freire. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes, 1977, p.74.
- 18) SIQUEIRA, B.. *Os cariris no Nordeste*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1978, p.39.
- 19) HOONAERT, E., (coord.). *História Geral da Igreja na América Latina - História da Igreja no Brasil*. Tomo II/2. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 57. Para o assunto aqui abordado, esta obra é de fundamental importância, pois estabelece como "critério de interpretação a categoria evangélica do pobre e [...] a questão do serviço e do poder, fundamental na história da Igreja".
- 20) LIMA JÚNIOR, Francisco de Carvalho. *Capitães-mores de Sergipe*. Arquivo Público do Estado de Sergipe: cx. 1, s/d.
- 21) FREIRE, F.. *op. cit.*, p. 216.
- 22) DANTAS, Beatriz G. *Índios e brancos em conflito pela posse da terra*. Separata dos Anais do VIII Simpósio da ANPUH. São Paulo, 1971, p. 334.
- 23) "Relatório do presidente da Província José Antônio de Oliveira e Silva apresentado à Assembléia Provincial em 1852". Arquivo Nacional, cx. 761.
- 24) HOONAERT, E. *op. cit.*, p. 370-371.
- 25) BENCI, J.. *op. cit.*
- 26) FIGUEIREDO, A. . *O negro...* *op. cit.*, p. 71-72.

27) DE GENEARE. Cúria Arquidiocesana de Salvador, maço14. In; MOTT, Luiz. *Sergipe del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986, p.56-57.

MOREIRA GUIMARÃES, UM NOME DA INTELIGÊNCIA BRAZILEIRA

Pedrinho dos Santos
Historiador

Laranjeiras é uma cidade miúda, situada entre morros, de ruas tortuosas e acanhadas. O conjunto de prédios públicos, sobrados e templos seculares, revela ter ali vivido uma população de status econômico e social desenvolvido. Ladeando essa mesma população vivia uma outra de maioria negra, trabalhadora da lavoura e dos engenhos de açúcar, profundamente mística, supersticiosa, habitando casas rústicas, em verdadeiros casebres.

A soma dessas duas populações, cada uma com atitudes diferentes, produziu uma sociedade cultivadora das tradições, remanescente e cançãoeira.

José Maria Moreira Guimarães nasceu nessa lendária cidade do Vale do Cotinguiba a 4 de novembro de 1864, poucos anos depois da visita do Imperador Pedro II. Seus pais Inácia Maria Moreira Guimarães e Rufino Alves da Cruz Guimarães era um casal de prestígio na sociedade local e de formação católica a mais requintada.

Os primeiros estudos foram feitos na própria Laranjeiras no período de 1869-1877. De 1878 a 1881 cursou humanidade nos bancos do *Parthenon Sergipense*, famosa casa de ensino da Capital da Província.

Terminada essa fase viajou para a então Capital do Império e, ali, optou pela carreira militar matriculando-se a 18 de fevereiro de 1882 na Escola da Praia Vermelha. No decorrer de quase quarenta anos de serviços ao Exército Nacional, Moreira Guimarães atingiu os mais elevados postos da vida militar, reformando-se a 24 de dezembro de 1919, na condição de General-de-Brigada.

Engenheiro Militar, Jornalista, Professor, Bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais estudou até o 5º ano do curso de Ciências Médicas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Além do idioma pátrio falava japonês, alemão, inglês, francês e o esperanto. Foi o 5º presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, fundador de Sociedade Brasileira de Filosofia, membro de várias instituições literárias do Brasil e do exterior. Publicou incontáveis artigos em

jornais e revistas de várias partes do Brasil. Suas principais obras são de caráter filosófico, histórico, geográfico, bélico-militar, político e de crítica literária.

No jornalismo preocupou-se em adicionar ao espírito enciclopédico que possuía os mais diferentes conceitos morais e, assim, analisar as manifestações do viver e do fazer humanos. Por isso, os seus artigos apareciam na imprensa com um conteúdo largo e, às vezes, merecedores de críticas pela aversão que deixava transparecer contra as mudanças que violassem os princípios tradicionais das sociedades. Consentiu, desse modo, com uma liberdade de avanço consciente com o espírito das instituições historicamente formadas.

No lançamento da revista "Kosmos", em janeiro de 1904, num artigo sob o título "*Filosofando*", explicou que as causas que vedavam os olhos ao entendimento das leis estavam na matéria, substância própria às transformações, mas inalterável e homogênea quando conceituada isoladamente. Essa homogeneidade atribuída à matéria foi a porta encontrada por Moreira Guimarães para esconder a explicação do materialismo dialético, que ensina ser a matéria incriada e indestrutível, eterna no tempo e ilimitada no espaço.

Usando o pseudônimo do "Morgui", inaugurou na "Revista do Clube Militar" a seção intitulada de **Livros Novos**. Nela, mensalmente, passou a informar sobre a produção intelectual do país, sobre as grandes obras da literatura nacional e sobre os seus autores. Não se tratava de uma simples resenha ou de um registro superficial, mas de uma criteriosa análise das diferentes obras que lhe chegavam às mãos.

Foram objeto desse meticuloso estudo as obras "A Superinteligência" de Mário Guedes, "Tratado de Sociologia" do sergipano Florentino Menezes, "Humilde Oblata" de Elze Mazza Machado, "Educação Nacional" de Liberato Bittencourt, "Crenças e Opiniões" de Lauro Sodré e tantos outros.

Neste mesmo espaço literário, ao destacar o trabalho "Pax", de Barros Fournier, o criticou de forma severa, levantando dúvidas sobre boa parte do que o autor escrevera sobre o princípio da Relatividade, reduzindo, assim, a tese de Fournier a um monismo tipo espiritualista. "O espiritualismo do provector professor Barros Fournier faz de Deus uma luz ultra-quintessentista, o Agni do hino védico; o Sol dos Sóis, dos egípcios; a Essência Divina, a Energia Vivificadora, o que tudo quer dizer a substância, ou a matéria."¹

Em sua defesa, Barros Fournier revelou, de início, sua admiração pelo filósofo sergipano. Julgou, porém, que sua crítica não passava de um pífio sofisma, desatrelada do pensar dos grandes nomes da ciência moderna e, sobretudo, sem o critério da imparcialidade que se exige nas análises científicas. Parafraseando a filosofia estoicista, o professor Fournier dirá, que caso o seu trabalho fosse analisado sem a duplicidade de pesos e medidas e a astúcia de que fora alvo, certamente que o parecer alcançaria uma outra direção, justa e sem alguma sombra de sofisma. “Pax, lido imparcialmente, responde-o suficientemente, porque as coisas não são como as pretendemos, mas como são, de fato; e negar fatos comprovados experimentalmente, é tudo, menos filosofia, menos justiça.”²

Homem de espírito formado no saber de tantas ciências derrapou do jornalismo literário para um outro que exigia especialização de estudo. Convenceu-se disso, pois a Teoria da Relatividade não se restringia a um exclusivo princípio crítico-metafísico, condicionador do conhecimento humano. Sua crítica tinha um objetivo: mostrar o que em Fournier não estava claro para um tipo de leitor pouco habituado a assuntos de caráter científico, envolvendo o espaço, o tempo, o movimento, a velocidade, o universo, etc.

No último ano do século XIX, em um dos seus ensaios, depois incluso ao seu “Estudos e Reflexões”, tomou a defesa das mulheres contra o então chamado **Instituto dos Advogados Brasileiros** - que ao lado de boa parte da população dizia ser a mulher incompetente para o exercício da advocacia nos tribunais. Disse entender a mulher como um ser dotado das mesmas e excepcionais qualidades intelectuais atribuídas ao homem, ao observar na espanhola Eva Canel, a oradora fluente, talentosa, empolgante e de voz sonora.³

Sua luta em favor do elemento feminino tornou-se declarada quando as advogadas Mirtes Campos e Maria Coêlho, em memorável sessão do Tribunal do Júri, provaram a inocência de dois clientes acusados de crime de morte.

Ainda nessa coletânea de ensaios, alguns publicados em jornais e revistas, revelou sua preocupação em analisar os mais diferentes motivos da cultura, da vida militar, da história, da religião, da sociologia, do direito, da política e até sobre a música como um método terapêutico e de enlevo da alma. Neste particular, não lhe soava bem a letra do Hino Nacional, qualificando-a de desprovida de forma e subs-

tância. E, sempre que interrogado sobre o motivo de sua aversão à letra de Joaquim Osório Duque de Estrada, dizia, publicamente, que a causa fundamental para que o povo brasileiro ignorasse o seu hino, era a inexistência de bons versos, espontâneos e fáceis de decorar. Desejava um hino que aos primeiros acordes despertasse a vontade de cantar com a voz tomada de emoção. Infelizmente “a gente se sente mal em meio da sociedade, desde que, no convívio dos indivíduos de outras nacionalidades, se oferece o momento de cada qual cantar o hino de sua Pátria. E quantos são os patrícios que não ignoram a letra do nosso hino?”⁴

Apesar de não ter terminado o curso de Medicina, abandonando-o às vésperas de sua formatura, não se descuidou dos temas que diziam respeito à ciência médica. No caso da Homeopatia, considerada naquele tempo como um dos ramos do curanderismo, lutou pela sua profissionalização e equiparação às demais áreas da Medicina. A 5 de novembro de 1912, na condição de Deputado Federal pelo Estado de Sergipe, subiu à tribuna da Câmara e, ali, apresentou o projeto credenciando o Instituto Hanemaniano do Brasil⁵ a conceder certificados aos farmacêuticos que até aquela data faziam uso dos recursos da Homeopatia, independente das faculdades de medicina que continuariam a formar médicos nas diferentes modalidades da alopatia.

No campo da poesia não teve o sucesso desejado. Legou-nos, porém, alguns sonetos nos quais se notam vestígios de um romantismo tardio e os reflexos do condoreirismo de Tobias Barreto e Castro Alves.

No Exército e na Armada do último quarto do século passado, a maioria dos jovens militares do Brasil vivia a idéia do romantismo esquartejado de sua característica principal. A poesia lírica, o romance, a dramaturgia, a eloquência, o ensaio e o jornalismo eram as formas de expressão da própria sociedade brasileira. “DEUS”, título de um dos seus sonetos, é uma tentativa de ajuste ao aspecto literário desse mesmo romantismo de final de linha.

Sonhou engajar-se ao grupo de Pedro Américo, Franklin Távora, Alfredo d’Escragnole Taunay, Muniz Barreto, Júlio Ribeiro, Pedro Calazans e de tantos outros. Como filósofo, alma esclarecida, soube entender que os sonhos são sombras esparsas, distantes, que voam no espaço e logo se desfazem nas paredes do amanhecer.

Os últimos anos do século foram marcados pela contestação. O novo recusava-se aceitar o velho. “Para esse fim todos os autores e

idéias eram válidas desde que criticassem o alvo da campanha. Littré primeiro, depois A. Comte, Taine, Stuart Mill, Darwin, Haeckel, Straus, os materialistas Voght, Buchnet, Jules Soury, Vacherot e até Marx. Era uma invasão naturalista e materialista contra a tradição católica e monárquica identificadas na cabeça dos jovens contestadores.”⁶

Moreira Guimarães era um dentre os milhares de jovens a contestar o regime político e escravista em vigor. “De sorte que ao entrar na Escola Militar em 1882, era eu, sem a menor dúvida, abolicionista e republicano. Entretanto, aqui o confesso, uma e outra coisa menos por motivos da inteligência que do coração. Ensaiaava-se meu espírito em busca de luz. E não iam, ainda hoje o creio, por outro rumo os grandes apóstolos da organização moral e política do país. Ao menos, os que pregavam a boa causa, quer na imprensa, quer na tribuna popular, tudo ignoravam, tudo o que não fosse a exterioridade das coisas.”⁷

Solidificou sua crença republicana às vésperas do golpe militar de 1889. Na imprensa passou a alardear as vantagens do novo regime; e, no Exército, a induzir os jovens camaradas a pensarem numa nova ordem política, onde os poderes, mutuamente, concorressem para o progresso da sociedade.

Viveu toda a sua vida ligado às teses evolucionistas de Haeckel e H. Spencer, mas visceralmente apaixonado pelo positivismo de Comte. A partir de sua extensa cultura filosófica esboçou uma ontologia da história firmada em três ingredientes da Psicologia: o apego, a veneração e a bondade. O primeiro valor corresponderia ao sentimento social que explica a formação da célula mater da sociedade, a família; o segundo, ao sentimento social de que depende a estrutura da Pátria; o terceiro, ao sentimento que permite a existência da humanidade. Sobre estes pilares, todos eles matizados pelo espírito humano, toda a história se processaria, sendo impossível entendê-la sem a presença de um daqueles sentimentos. Este esquema triático, que se desenvolve no tempo e no espaço, permite que cada um dos seres coletivos se distinga da forma mais evidente a ponto de mostrar-se para a família, para a Pátria e para a humanidade.

A distinção desses valores - apego, veneração e bondade -, todos eles mais ou menos aprimorados, permitiria a observação das variações em diferentes momentos. Surgiria, assim, a compreensão de uma seqüência lógica dividida em instantes, em lugar da coexistência. Nota-

se, aí, o escorço de uma filosofia da história; um princípio dialético de fases sucessivas e não excludentes, necessárias por sua própria natureza de explicação, mas despossuído do elemento conflituoso, das contradições geradoras dos estágios novos das sociedades.

Compreende-se que em Moreira Guimarães o progresso das sociedades surgiria sem os contratempos da luta de classes, mas da solidariedade de todas elas, da harmonia que elas mesmas teriam de alcançar na história. Por enquanto, "Esforcemo-nos porque se encerre quanto antes a fase inicial da bondade, fase tempestuosa e de tanta incerteza pelo empirismo com o qual se fizeram as maiores revoluções na Europa, na Ásia e na América. Esforcemo-nos porque se erga, diante de todos os olhares, a finalidade grandiosa da humanidade. Esforcemo-nos porque entrem todas as pátrias na fase final da bondade, fase em que tomará relevo, muito mais do que nos momentos que vamos vivendo".⁸

Infelizmente não soube ele explicar a lógica desse movimento. Preferiu encontrá-la na trama das leis naturais. É esse o equívoco do positivismo. A explicação dos factos históricos fazia-se atrelada aos métodos das ciências da natureza.

Tentou, numa outra oportunidade, modificar a classificação dos três grupos humanos de H. Klenke - **povos solares, planetários e crepusculares** - com a tese de que a espécie humana dividia-se em povos que despertaram muito cedo, que quase não se recordavam dos seus antepassados, mas criaram a ciência, a filosofia, etc.; povos que apareceram no momento oportuno, que são os bárbaros, os alemães, que recordam os **Niebelung**; povos que despertaram muito tarde, que são naturais da América do Sul; e, finalmente, os povos que se encontram mergulhados num sono quase que perpétuo.

Considerou a Geografia e a História como estudos inseparáveis e dependentes um do outro. Neste, o registro variável da própria humanidade; naquele, o alcance da exploração do planeta terra. Apesar do relevante significado atribuído a esses estudos, preferiu não os considerar do ponto de vista científico. Tanto os estudos históricos como os estudos geográficos, por mais profundos que se apresentassem não iam além da espontaneidade do espírito, tornando-se, deste modo, um produto subjetivo, empírico, sem nexos, distanciado da generalização: característica fundamental da ciência.

Não se interessou premiar a história com o status de ciência ou pelo menos concordar com Bury: "A História é uma ciência; nem mais, nem menos", porque não quis retirar do positivismo a regra que diz: quando os factos são determinados pela percepção sensorial estes podem oferecer a História o carácter da generalização pela indução. Determinar os factos e neles encontrar suas conexões causais era o princípio para que a História passasse à condição de ciência.

Conhecedor da metodologia da pesquisa soube, porém, valorizar o trabalho do historiador. "Colher documentos e examinar os que têm valor para a inquirição dos factos; agrupar esses factos; estudá-los todos com imparcialidade, com critério, com arte e ciência - não constituem propósitos que se consigam sem dificuldades. Também, por isso, tanto que observo um livro de história, sou naturalmente arrastado a render homenagem ao autor deste livro.

Que trabalho não realizou o espírito que compôs as páginas de semelhante livro! Que esforço não se despendeu para separar o joio do trigo, na colheita daqueles documentos! Quanto cuidado, na observação dos fenômenos! Quanta perspicácia, para se surpreender o mecanismo dos acontecimentos!

Porque não é superficial a obra do historiador. Ao menos não deve sê-lo. E os dois escolhos do gênero - a obscuridade e a banalidade, mencionados por Seignobos na sua *Introduction aux Études Historiques*, precisam de ser evitados no mar imenso das cogitações de que aqui me ocupo.

Isso quando se procuram as leis da história - arrancando-se todo o segredo do passado da humanidade".⁹

Muito embora a teoria de Marx já desse provas do seu elevado valor, revelando a possibilidade de investigar as leis sociológicas gerais do conhecimento histórico e as formas de sua realização na atividade dos homens, Moreira Guimarães não se deixou motivar pela dialética da luta de classes e nem pela promessa do proletariado no poder. Insistiu na explicação de que o proletariado brasileiro, por sua própria formação, era destituído da marca do desespero e da angústia, sinais necessários para o rompimento das revoluções. Não via, também, a ausência de confiança como em tantos povos que conheceu. Pelo contrário. Com os olhos e os conceitos da classe social a que pertencia, observava na face de cada operário urbano e no camponês, um traço de contentamento e de esperança no futuro do Brasil.

Poderíamos mesmo dizer, se bem que com alguma cautela, que neste particular se deixou superar pela pregação social de Euclides da Cunha, Lima Barreto, Deodato Maia, Hermes Lima e Manoel Bomfim. Ignorou nas suas análises o fenômeno da fuga de milhares de brasileiros para os grandes centros de São Paulo e Rio de Janeiro. Preferiu, por isso, desprezar a tese da associação entre o operário e o homem do campo para a destruição das relações burguesas. O veremos, mais tarde, na imprensa, na tribuna das instituições literárias, nos quartéis e no reservado das lojas maçônicas a proferir palestras contra o progresso das ideologias que promettessem uma nova ordem econômica. Essas ideologias lhe pareciam encomendas de terror e destruição. "Até na América do Sul - ora na Argentina, ora no Brasil, ora no Chile, ora no Uruguai - é de ver o marxismo, o comunismo, o bolchevismo (que tudo isso é a mesma coisa, na paixão igualitária, perturbadora) erguendo-se de armas nas mãos para a desgraça universal".¹⁰

O seu pensamento é de que a ordem moral e intelectual organizada tudo ofereceria para o desenvolvimento das condições de vida material das sociedades. Revelou-se, assim, num intransigente defensor da paz, da solidariedade e da aproximação dos povos de todas as nacionalidades. Decepcionava-se, contudo, ao constatar a realidade do próprio século XX, chamado o **Século da Paz**, marcado pelas guerras, pela decadência dos valores morais e pelo esmorecimento do espírito de confiança. Sua tristeza era produto da reflexão que constantemente fazia sobre as mais variadas questões da vida nacional e da comparação entre o passado de tantas oportunidades e o presente manchado pela degradação dos valores.

Confiava na República que ajudou a construir, mas lhe entristecia o fingimento e a mentira versegada na boca de ex-colegas de farda, que prometeram ao Brasil uma nova era de justiça e prosperidade. Amargurado, dirá: "E chego a este novo quarto de século XX com a alma torturada pelas mais alarmantes decepções. Venho do século XIX e lá quando se aproximava a nova era eu fui um crente entusiasmado desses cem anos do calendário que hoje trilhamos, dentro do qual julguei possível o soar da grande hora da confraternização da família humana. Entretanto bem cedo as esperanças foram-se desbotando ao sol das mais trágicas realidades".¹¹

Em 1928 conheceu o filósofo alemão Hans Driesch, precursor do Neovitalismo, quando este pronunciou palestra na Sociedade Brasileira de Filosofia. O Neovitalismo de Driesch, exposto na sua *Philosophie des Organischen*, destacava-se pelo seu afastamento com a proposta materialista de refletir sobre o mundo e subordinar a reflexão aos temas da Metafísica.

Moreira Guimarães além da felicidade de ter vivido uma época onde os grandes escritores estavam em franca atividade, privou da amizade da maioria deles. Com alguns, na redação das revistas e dos jornais; com outros, o dia-a-dia das instituições. São os casos de Euclides da Cunha, Pontes Miranda, Adelino Figueiredo, Liberato Bittencourt, Vicente Licínio Cardoso, Clóvis Beviláqua, Leonel Franca, Manoel Bomfim, Evaristo de Moraes, Samuel de Oliveira, Sílvio Romero, João Ribeiro e dezenas de outros nomes da vida intelectual brasileira.

Classificou os vários tipos de escritores com o toque da genialidade que lhe era peculiar. Destacavam-se na sua classificação o “Escritor-Inteligência”, o “Escritor-Sentimento” e o “Escritor-Caráter”. O primeiro salientava-se pela clareza; o segundo pelo modo de saber impressionar; e o terceiro pela elegância do seu estilo.

Seus estudos filosóficos foram além da simples exposição de teses e de crítica comum. Em “Variações Filosóficas” viu o homem, desde sua origem, como um ser coletivo, diferente da explicação cristã; um homem não acabado, mas em permanente transformação em decorrência dos diferentes fatores do meio ambiente físico, moral, social e intelectual. “No espaço e no tempo, nada é fixo; o mineral, o vegetal, o animal, o homem, as idéias, os sentimentos, tudo sofre esta ou aquela influência; tudo varia, nada é imutável”.¹²

Noutra parte, estudou o desenvolvimento da humanidade do mesmo modo como Santo Agostinho demonstrara em “A Cidade de Deus”. A tese de Moreira Guimarães, sustentada no tripé **Infância, Adolescência e Maturidade**, se distinguiu da concepção do bispo de Hipona, porque neste todos os homens descendem de Adão. No mais, Moreira Guimarães tentou mostrar que o tempo presente, sombrio e de tormentas, era semelhante ao que antecederia o colapso do Império Romano do Ocidente.

Esboçou, no mesmo trabalho, um conceito de felicidade muito parecido com o que até hoje ouvimos nas discussões filosóficas. Uma felicidade dividida em pedaços de alegria e de emoções. “O infeliz já foi

feliz. Precisar porém a origem da emoção de alegria, ou de emoção de tristeza, é correr em busca do que varia a cada passo; não é precisar coisa nenhuma. Porque a alegria de hoje pode ser a tristeza de amanhã. Quero dizer: aqui, como em tudo mais, não existem senão transformações. Não é que o feliz de hoje, careça de ser infeliz amanhã".¹³

O conceito é defeituoso, pois vincula a felicidade ao ato consciente da vontade, de subordinação ao destino, assim como pretendiam alguns filósofos da Escola de Zenão de Cítio: viver de acordo com as manifestações da natureza.

Não foi uma simples vocação filosófica. Homem de cultura extraordinária sua contribuição ao pensamento brasileiro o consagrou como um filósofo do seu tempo. Infelizmente não fez escola para que um grupo de discípulos pudesse mostrá-lo como um pensador de idéias distintas e profundas. Poucos foram os contemporâneos que se dispuseram a cavar trincheiras para defender as idéias do mestre no campo da inteligência nacional. Ele próprio, envolvido permanentemente com suas reflexões, jamais procurou uma faixa de larga extensão para divulgar os seus estudos pelas várias partes do Brasil. Parecia não confiar na riqueza intelectual que era possuidor. "O grande Mestre, apesar da invejável cultura, não tentou novas estradas para lhe esclarecerem as dúvidas e as dúvidas que envolviam o entendimento dos que lhe ouviam as magistrais lições".¹⁴

Sua morte a 10 de fevereiro de 1940 fez desaparecer do cenário brasileiro um talento enciclopédico, um filósofo, cuja fonte de meditação nascia de um espírito preocupado com a preservação dos valores da humanidade.

NOTAS

- 01 . *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 25, outubro de 1932, p. 40.
- 02 . *Idem*. nº 26, dezembro de 1932, p. 52.
- 03 . Eva Canel fez palestra no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro a 13 de janeiro de 1900.
- 04 . Moreira Guimarães. *Estudos e Reflexões*. Rio de Janeiro: 1910, p. 194.
- 05 . Transferindo-se para o Brasil em 1840, o socialista e ex-comerciante francês Benoit Mure, discípulo de Samuel Hahnemann, fundou em Sahy, no Rio Grande do Sul, o primeiro Instituto Homeopático do Brasil. O do Rio

- 06 . Ubiratan Borges de Macêdo. *A Liberdade no Império*. São Paulo: Editora Convívio, 1977, p. 162.
- 07 . *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, Número dedicado ao 1º Centenário de Benjamin Constant. Outubro de 1936, p. 53.
- 08 . *Idem.* nº 19, outubro de 1931, p. 44.
- 09 . Moreira Guimarães. *Fragmentos*. Rio de Janeiro: Papelaria União, 1915, pp. 51/52.
- 10 . *Boletim Oficial do Grande Oriente do Brasil*. Rio de Janeiro: nº 2, fevereiro de 1936, p. 85.
- 11 . *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: edição de 24 de fevereiro de 1935.
- 12 . Moreira Guimarães. *Variações Filosóficas*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas Editores - E. Coêlho & C., 1920, pp. 37/38.
- 13 . *Idem.*, p. 230.
- 14 . *Anais da Sociedade Brasileira de Filosofia*. Rio de Janeiro: nº 1, 1939/1940, p. 228.



CANUDOS - ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DE UM ARRAIAL MESSIÂNICO *

José Calazans
Historiador

Por volta de 1870, nos sertões da então Província da Bahia, existiam duas pequenas localidades denominadas Canudos - o lugar Canudos, também mencionado como o "deserto dos Canudos", em terras da freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu¹ e a "fazenda de Canudos", referida nos limites entre as freguesias do Santíssimo Coração de Jesus de Monte Santo e Santíssima Trindade de Massacará².

O primeiro lugar continuou sendo, até os dias presentes, um pequeno povoado, sem história, com uma população de 90 habitantes, segundo os dados oficiais de 1957³. O outro, porém, obscura fazenda em suas origens, ganhou projeção nacional entre 1893 e 1897, quando foi destruído pela guerra e pelo fogo após uma sangrenta luta de alguns meses, tornando-se ponto da história do Brasil.

A fama da localidade começou a surgir quando, em junho de 1893, ali chegou e se estabeleceu, acompanhado de milhares de seguidores, o "*messias brasileiro mais conhecido e estudado*"⁴, Antônio Vicente Mendes Maciel, Antônio Conselheiro de alcunha, também cognominado Bom Jesus Conselheiro e Santo Conselheiro.

Segundo a tradição recolhida no meio de velhos moradores da área, as terras da fazenda pertenceram à gente da casa da Torre, que as obtivera de sesmaria. Em 1856, possuíam quinhões de terra no

*Publicado nos Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, (Belo Horizonte, 2 a 8 de Setembro de 1973), São Paulo, 1974, p. 461/81; republicado in *Revista da Academia de Letras da Bahia*, n. 34, Salvador, Janeiro de 1987, p. 47/63.

¹ FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil* (Bahia, Sergipe, Espírito Santo). Rio de Janeiro: Tip. Do Jornal do Comércio, 1906. v.1, p. 235/8.

² Idem, p.238.

³ *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958. 4, XXI, p.50.

⁴ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*, São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1965. p.203.

lugar denominado Canudos, segundo o registro efetuado perante o vigário da freguesia de São João Batista de Jeremoabo, padre Joaquim Inácio de Vasconcelos, os senhores Lázaro Pereira Leal, Sebastião José Quadrado e Vitorino José de Santana. Canudos, então, limitava-se ao nascente com a fazenda Cocorobó, ao norte com a Canabrava, para o poente com a Barra e para o sul com o Rosário⁵. Ao tempo dos históricos acontecimentos que celebrizaram o arraial, as fazendas próximas, Cocorobó e Velha, eram propriedades da família do Dr. Fiel de Carvalho, que também parece haver possuído um quinhão em Canudos⁶.

Localizado à margem do Vasa-Barris, numa região onde correm alguns afluentes do citado rio os riachos Mamuquem, Umburanas, do Mota, da Providência e o rio Sargento o pequeno povoado desfrutava de posição privilegiada. É que por ali passavam as estradas do Cambaio, do Calumbi, do Rosário, de Massacará, de Jeremoabo, caminhos abertos à penetração do rio São Francisco. De Canudos, na direção do oeste, partiam as estradas de Uauá e da Canabrava, através das quais se completavam as caminhadas dos sertões banhados pelo "rio da unidade nacional".

Ponto de encontro de várias estradas, Canudos tornou-se pouso obrigatório de viajantes que ali pernoitavam e tratavam de suas montarias, dando ensejo à atividade de ferreiros, consertadores de ferraduras de animais. O criatório de bode, muito difundido nas redondezas, era o principal esteio da pequena economia, por causa de couro vendido para Cumbe (Euclides da Cunha atual) e Monte Santo. Plantava-se cana nas margens do rio e seus afluentes, para a rapadura destinada ao consumo local. Nas grandes fazendas, criava-se também o gado vacum.

Surgido em pleno sertão, distanciado dos núcleos maiores de povoamento, a fazenda de criar cedo passou a ser um centro de reunião de gente "suspeita e ociosa", conforme informou a Euclides da

⁵ Livro de registro dos exemplares das terras da Freguesia da Vila de Jeremoabo, conforme determina o Decreto 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Livro 52, fls.34, reg.80 e fls 36, regs.84 e 85. Encontrado no Arquivo Público da Bahia.

⁶ BENÍCIO, Manuel, *O Rei dos Jagunços. Crônica histórica e costumes sertanejos sobre acontecimentos de Canudos*. Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Comércio, 1899. p. 166.

Cunha o padre Vicente Ferreira dos Passos, antigo vigário da freguesia de Jeremoabo que, em 1876 andara em desobriga na zona. Registrando notas manuscritas em seu poder, escreveu o autor de *Os Sertões*.

“Já em 1876, segundo o testemunho de um sacerdote, que ali fora, como tantos outros e nomeadamente o vigário do Cumbe, em visita espiritual à gentes de todo despeadas da terra, lá se aglomerava, agregada à fazenda, população suspeita e ociosa, armada até os dentes” e “cuja ocupação, quase exclusiva, consistia em beber aguardente e pitar uns esquisitos cachimbos de barro em canudos de metro de extensão” cujos tubos eram fornecidos pelas solanáceas (canudos de pito) vicejantes, em grande cópia, à beirada do rio”⁷.

Vimos confirmadas as informações do padre Vicente Ferreira dos Passos num documento assinado pelo delegado de polícia de Monte Santo no qual constava que certo criminoso possivelmente estava homiziado em Canudos, onde não era fácil chegar a ação dos representantes da lei.

Do exposto, podemos concluir que a fazenda Canudos, depois arraial de Canudos, chamado povoado do Belo Monte pelo Conselheiro, após sua chegada ao lugarejo, era um local dos sertões baianos, como inúmeros outros, aliás, que apresentava condições favoráveis ao desenvolvimento de um ponto de reação ao poder constituído.

O arraial, em 1890, três anos antes de sua ocupação pelo Santo Conselheiro, teria *“cerca de cinquenta capuabas arruinadas”*, admitiu Euclides da Cunha⁸. Cerca, portanto, de 250 habitantes, conjeturamos, admitindo uma média de cinco pessoas para cada casebre. As casinholas ficariam, na sua maioria, numa espécie de praça ali existente, onde havia um barracão, conforme nos declarou Manuel Ciriaco⁹, homem dos tempos do Conselheiro. Os casebres de Euclides da Cunha não devem ser entendidos no rigor da expressão. Havia alguma coisa além das *“capuabas arruinadas”*. Uma pequena capela e umas duas ou três casas de melhores condições. A casa de Antônio

⁷CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1902. p. 187.

⁸ *Ibidem*.

⁹ Ouvimos, mais uma vez, a declaração de Manuel Ciriaco a respeito do barracão onde ficava Antônio Conselheiro, em sua primeira passagem por Canudos.

da Mota uma delas, sem dúvida alguma. Negociante de couro, chefe de numerosa família, Antônio da Mota possuía uma casa regular, segundo ouvimos de diversos sobreviventes da guerra. Ficava situada na praça, perto da capelinha levantada em anos mais recuados. Antônio Conselheiro, quando esteve no arraial pela primeira vez, prometeu a Antônio da Mota, de quem era compadre, que edificaria uma igreja maior, promessa cumprida em 1893. O velho Macambira, antigo morador, negociante e pequeno criador, também devia possuir uma moradia melhor do que as palhoças referidas por Euclides da Cunha.

O centro do arraial, evidentemente, estava situado na praça que alguns denominam das "igrejas" e outros chamam das "casas vermelhas" ou ainda "do comércio". A primeira denominação vem de fato de ali estarem, uma diante da outra, a igreja de Santo Antônio, cuja edificação parece haver sido concluída em 1893 e a do Bom Jesus, de maiores proporções, ainda em construção na época da guerra. A outra designação é originada de um "correr" de casas de telhas, no lado oposto às igrejas, pertencentes ao comerciante Antônio Vila Nova, a João Abade, o "chefe do Povo". Eram as mais confortáveis de toda a localidade, levantadas depois da chegada do Bom Jesus Conselheiro. "Do comércio", por causa da loja de Vila Nova.

Partindo da praça, um número elevado de casebres, levantados apressadamente à proporção que iam aparecendo os fanáticos, tomava o nome de "ruas": Campo das Abóboras, da Caridade. A única perfeitamente alinhada era a do Monte Alegre, que ia terminar na estrada de Uauá. As demais eram *"pura ênfase dos seus moradores"*, observou Sílvio Rabelo¹⁰. Olhando a "Troia de taipa" do alto da trincheira "Sete de Setembro", Euclides da Cunha nos legou a descrição que se segue.

"Do alto da trincheira "Sete de Setembro", erguida num contraforte avançado do morro da Favela, quem observa tem a impressão inesperada de achar-se ante uma cidade extensa, dividida em cinco bairros distintos e grandes, revestindo inteiramente o dorso das colinas.

¹⁰ RABELO, Sílvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Coleção Estudos Brasileiros da Casa do Estudante do Brasil, 1948. p.169. O verdadeiro nome da rua parece que era Campo e não Monte Alegre.

É um quadro surpreendente, o deste acervo incoerente de casas - todas com a mesma feição e a mesma cor, compactas e unidas no centro de cada um dos bairros distantes, esparsas e militarmente dispostas em xadrez nos intervalos entre eles.

Não há propriamente ruas, que tal nome não se pode dar às vielas tortuosas, cruzando-se num labirinto inextrincável - e as duas únicas praças que existem, excetuada a das igrejas, são o avesso das que conhecemos: - dão para elas os fundos de todas as casas, são um quintal em comum”¹¹.

Frei João Evangelista do Monte Marciano, que visitou o Belo Monte no ano de 1895, em pleno desenvolvimento do arraial messiânico, encontrou *“casinholas toscas, construídas de barro e cobertas de palha, de porta sem janela e não arrumadas. O interior é imundo, e os moradores que, quase nus, saíam fora a olhar-nos, atestavam no aspecto esquálido e quase cadavérico as privações de toda espécie que curtiam”¹².*

O frade viu, ainda em cerca de duas horas, a passagem de oito enterros, o que lhe disseram depois ser fato comum na localidade¹³. Como indagara, numa das suas práticas, quem era o responsável por aquela mortandade, ouviu uma voz lamuriosa, partida do seio dos assistentes: *“é o Bom Jesus que os manda para o Céu”¹⁴.*

Superior ao número dos mortos, eram os grupos de adeptos que surgiam todos os dias, procedentes de diversos pontos da Bahia e de Sergipe. Vinham, sobretudo, daqueles lugares por onde peregrinara, durante mais de 20 anos, o Santo Conselheiro. Gente do Tucano do Itapicuru, de Entre Rios, de Inhambupe, do Conde, de Pombal, de Monte Santo, de Alagoinhas, de Massacará, de Jeremoabo, de Cuaraçá, de Campos, de Itabaianinha, de Vila Cristina, do Geru. Pessoas de recursos, que vendiam sua terra e seu gado. Homens e mulheres paupérrimos. Índios do aldeamento de Mirandela e Rodelas, certamente localizados na rua dos Caboclos; pretos libertados pela lei áurea, conheci-

¹¹ CUNHA, Euclides da. *Canudos. Diário de uma expedição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 86.

¹² MARCIANO, João Evangelista do Monte. *Relatório...ao arcebispo da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no arraial dos Canudos*. Bahia: Tip. Do Correio das Notícias, 1895, p. 4.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ *Idem*, p. 6.

dos por “13 de maio”, que deviam predominar na “rua dos negros”. Doentes mentais, aleijados, incapacitados que viviam das esmolas do Bom Jesus e esperavam seus milagres. Todos atraídos pelo poder de Antônio Conselheiro, pelos seus conselhos, pelo lenitivo que ele lhes podia proporcionar.

*“Quem quiser remédio santo
Lenitivo para tudo
Procure o Conselheiro
Que ele esta lá nos Canudos”¹⁵.*

Da “Meca” do “conselheirismo”, os fiéis convocaram novos adeptos, chamando os parentes e amigos para a ‘nova barca de Noé’ que outra não era senão o Belo Monte¹⁶. Euclides da Cunha anotou, numa das páginas de sua *Caderneta de campo*, frase de um jagunço definidora do proselitismo praticado em Canudos: “*tocaram a me mandar cartas*”¹⁷.

Favila Nunes obteve e divulgou missivas de jagunços, bem significativas dos apelos, endereçados a parentes, aos compadres, aos amigos. José Mendis (sic) dos Reis mandou perguntar a Benedito Pereira de Souza:

“Agora aparece por cá uma notícia que o concelero diz que quem não for daqui até agosto que não hentra mais hentão eu lhe mando pedir a Vem, que ci for serto eu saber diretamente disto”¹⁸.

Do Belo Monte, José Felix, apelidado o Taramela, que gozava da confiança do Santo Conselheiro, respondeu a Romão Soares dos Santos: “*Recebi sua estimada carta, e sobre ela respondo-lhe que Vm tendo vontade e gosto de vir faça por vir o mais breve que lhe seja possível, com sua família pois a marca do Senhor já esta dada para os Christãos que quizerem gozar de sua Santa Companhia*”¹⁹.

¹⁵ CALASANS, José. *No tempo de Antônio Conselheiro*. Salvador: Liv. Progresso Editora, s.d. p.62

¹⁶ DANTAS, Barreto. *Últimas Expedição a Canudos*. Porto Alegre: Francisco Irmão Ed., 1898. p. 16.

¹⁷ CUNHA, Euclides da. *Caderneta de Campo*. Manuscrito guardado no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 023, lata 383.

¹⁸ NUNES, J. P. Favila. *Guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Tip. Moraes, 1898. v.I. fasc.3, p. 31.

¹⁹ *Ibidem*

Muitos outros exemplos poderiam ser indicados. Os trechos referidos, porém, são suficientes para dar uma idéia dos chamamentos partidos do arraial “sagrado” do Belo Monte, onde os republicanos, os protestantes e os maçons eram renegados. Estes não podiam pisar o chão abençoado, porque Antônio Conselheiro não os queria. Daí as advertências contidas em algumas cartas; “*Lá na Freguezia já tem muita gente com o carimbo do anticristo e o meu Compadre Conselheiro não quer que esta gente entri acui*”²⁰. Ou então: “*Não traga gente que Vma ver que é fora do gosto do Sr. Conselheiro*”²¹.

A história do crescimento populacional de Canudos comporta algumas etapas, que julgamos hajam sido as seguintes:

- 1 - os primitivos moradores do arraial;
- 2 - os seguidores de Antônio Conselheiro com ele chegados;
- 3 - as levas de sertanejos, procedentes de vários municípios, que se transportaram para o Belo Monte entre 1893 e 1896;
- 4 - homens e mulheres que, iniciada a guerra, quiseram ir para o lado do Conselheiro no intuito de defendê-lo e com ele sofrer as terríveis agruras daqueles momentos difíceis.

A população autóctone seria pequena, como já constatamos nou- tro ponto desta comunicação. Às vésperas do início da campanha, o capitão Jesuíno Lima, negociante expulso do arraial pelos jagunços, falou numas “seis ou oito famílias” da terras, minoria inexpressiva²². Relacionando menores abrigados pelo Comitê Patriótico da Bahia, no fim da luta fratricida, o jornalista Lélis Piedade menciona pouquíssimos nomes de crianças nascidas no povoado²³. A grande massa humana provinha de pontos próximos ou distanciados dos sertões nordestinos.

Em maio de 1893, pouco antes do combate do Masseté, no município baiano de Tucano, onde os conselheristas enfrentaram e venceram uma tropa da polícia baiana, o Dr. Salomão de Souza Dantas, promotor público em Itapicuru, encontrou o Bom Jesus na fazenda Olhos d’Água. A propósito do inesperado encontro, disse o Dr. Salomão:

²⁰ Idem, p. 34.

²¹ Idem, p. 31.

²² “Antônio Conselheiro” *Diário de Notícias*, Bahia, 16 set. 1896.

²³ PIEDADE, Lélis. *Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia*. Bahia: Lito - Tip. Enc. Reis & Cia., 1901. p. 182.

“O mulhierio constituía, então, a parte mais numerosa do pessoal fanático, podendo ser calculado em dois terços do bando que acompanhava o Conselheiro. Em Olhos d’Água, este disporia, aproximadamente, de cem a duzentos homens de combate, com os quais fez a proeza de Masseté, ganhando, daí em diante, prestígio e poderio incalculáveis em todo o sertão da Bahia e Estados limítrofes”²⁴.

O bom êxito das hostes de Antônio Vicente animou os partidários, que ocorreram de vários pontos, dispostos a todos os sacrifícios. Em pouco tempo, a imprensa noticiava que cerca de duas mil pessoas haviam tomado a direção de Canudos acompanhando o messias²⁵. Os seiscentos acompanhantes aumentaram para dois mil, dos quais somente quinhentos seriam válidos, adiantava, em setembro, o correspondente do *Diário de Notícias*, gazeta de Salvador, noticiando a presença do Conselheiro em Canudos, que ele determinara passasse a ser Belo Monte, como desde então os jagunços obedientemente o fizeram²⁶. Aboletados de qualquer forma, os recém-chegados trataram de construir suas palhoças, preparar suas plantações e roças, ficando o grupo da “Guarda católica” encarregado das medidas de defesa do arraial ameaçado pela tropa de linha colocada à disposição do governador Rodrigues Lima, para vingar o malogro do riacho Masseté. A força federal que se deslocava até o município de Serrinha terminou sendo recolhida aos seus quartéis, em Salvador, sem que se soubesse exatamente a razão do recuo.

Afastado o perigo da intervenção armada, o Belo Monte começou a viver uma existência própria sem nenhuma obediência ao poder público estadual, unicamente mantendo suas relações com a Igreja através do vigário do Cumbe, que aparecia para celebrar missas, fazer batizados e casamentos, até que afinal entrou em divergência com a jagunçada que lhe não respeitava a autoridade espiritual.

A população de Canudos continuou com a chegada de homens e mulheres de várias procedências. Em 1895, quando lá esteve a missão dos capuchinhos da Piedade, frei João Evangelista calculou que

²⁴ DANTAS, Salomão de Souza. *Aspectos e contrastes: Ligeiro estudo sobre o Estado da Bahia*. Rio de Janeiro: Tip. Revista dos Tribunais, 1922. p.146.

²⁵ “Monte Santo”. *Diário de Notícias da Bahia*. 1 jul. 1893, p.1.c.7.

²⁶ BENÍCIO, Manuel. Op. cit., p.166.

mais de seis mil pessoas haviam assistido sua pregação, admitindo, porém, que *"a maior parte era gente de fora"*²⁷.

Talvez, na mesma época, tivesse Antônio Conselheiro feito o comentário recolhido por Honório Vila Nova, que o transmitiu a Nertan Macedo: *"Quando Jesus Cristo andou pela terra foi acompanhado de cinco mil pessoas. No meio delas havia mais gente detestada do que boa. Ao lado do Bom Jesus já tem o mesmo número de pessoas"*²⁸.

A fase da guerra iniciada em novembro de 1896, deu um impulso novo ao movimento migratório. A notícia de que Santo Conselheiro estava ameaçado mobilizou milhares de sertanejos. Os jornais falam seguidamente nos numerosos grupos encontrados nas estradas de Canudos, armados como podiam, anunciando que iam "cortar soldados", liquidar com a "fraqueza do governo", como era chamada a força estadual. Tudo indica que, em poucos meses, os habitantes do Belo Monte tornaram-se muitos milhares. "Uma povoação de mais de vinte mil almas", escreveu César Zama, terminado o conflito²⁹. A estimativa do tenente Macedo Soares é mais elevada.

Participante da derradeira expedição, observando a "Tróia de Taipá", o jovem oficial de infantaria declarou: *"seis mil e quinhentas habitações viam-se e trinta mil seres nelas se agitavam promiscuamente"*³⁰.

Havia exagero no cálculo das casas, conseqüentemente no cômputo dos moradores. Ao final da refrega, as casas foram "cuidadosamente contadas" por missão oficial nomeada para tal fim. Eram cinco mil e duzentas³¹. Aceitando-se uma média de cinco pessoas por morada, o que julgamos razoável para famílias sertanejas, teríamos vinte e seis mil habitantes. Tal população, vale observar, era superior a qualquer outra do Estado, exceção da Cidade de Salvador. O cálculo é evidentemente irreal.

A segurança do povoado ficava entregue à "Guarda católica" também denominada "Santa Companhia", "Companhia do Bom Jesus",

²⁷ MARCIANO, João Evangelista do Monte. Op. cit., p.6.

²⁸ MACEDO, Nertan. *Memorial de Vila Nova*. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1964. p.70.

²⁹ WOLSEY. *Libelo republicano acompanhado de comentários sobre a Campanha de Canudos*. Salvador: Tip. Do Diário da Bahia, 1899. p.29.

³⁰ SOARES, Henrique Duque Estrada Macedo. *A Guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Tip. Altina, 1902. p.35.

³¹ BARRETO, Dantas. *Destruição de Canudos*. Pernambuco: Jornal do Recife Ed., 1912. p.295.

com a incumbência de defender o arraial e o líder dos sertões. Permanentemente, revezando-se de quatro em quatro horas, os homens da Companhia mantinham guarda do "Santuário", residência de Antônio Conselheiro, localizado ao lado de uma das igrejas. Os membros da organização eram mantidos pelo Bom Jesus e possuíam fardamento próprio. Frei João Evangelista nos legou uma informação interessante a respeito do grupo garantidor do Bom Jesus Conselheiro: "*Os homens então sempre armados dia e noite montam guarda a Antônio Conselheiro; parecem idolatrá-lo e cada vez que ele transpõe o limiar da casa em que mora é logo recebido com ruidosas aclamações e vivas à Santíssima Trindade, ao Bom Jesus e ao Divino Espírito Santo*"³².

O "povo da Companhia", no modo de dizer dos primitivos moradores do arraial, constituía uma espécie de elite da comunidade. Sustentada pelo Conselheiro, sempre pronta para entrar em ação, vestindo-se de modo característico, a gente da "Guarda católica" desfrutava de indiscutível prestígio. Havia, entre os seus integrantes, um pequeno grupo mais importante. Chamavam-no os "12 apóstolos". O juiz preparador de Bom Conselho (Bahia), Pedro Batista do Espírito Santo, que descreveu a entrada solene do Conselheiro em sua cidade, fixou para a imprensa de Salvador os "12 apóstolos": "*... densa nuvem de poeira, a primeira ala composta de 12 homens vestidos de camisola azul, no centro da qual destacava-se um vulto magro de cor macilenta, barba longa e grisalha, cabelos compridos e esparsos em desalinho pelos ombros, vestido de uma túnica branca e segurando um bastão, que lhe servia de arrimo aos vacilantes passos. Os 12 homens de camisola azul, atada à cinta por um grosso e comprido cordão arrematado por duas bolas, tendo sobre a cabeça um gorro da mesma cor, são os de sua maior confiança e por isto tem a denominação de Apóstolos e como tais são tidos e havidos*"³³.

Macedo Soares fez um levantamento nominal de alguns membros da "Guarda católica", que não nos parecem ser exatamente os tais "apóstolos". João Abade, Pajeú, Joaquim Macambira são os nomes citados³⁴. São também mencionados: Antônio Vila Nova, Antô-

³² MARCIANO, João Evangelista do Monte. Op. cit., p.5.

³³ ESPIRITO SANTO, Pedro Batista do. "A Vila do Bom Conselho assaltada por Antônio Conselheiro". *Diário da Bahia*. Salvador, 12 dez. p.2.c.5/6.

³⁴ SOARES, Henrique Duque Estrada Macedo. Op. cit., p.38.

nio Beatinho, Joaquim Macambira, José Félix, o Taramela. Não apuramos, realmente, quais teriam sido os “apóstolos”, nem também o papel exato que desempenhavam no arraial missionário. Com segurança, sabemos apenas da posição de João Abade, o “comandante da rua”, o “chefe do povo”. Era o homem forte da comunidade, tendo somente de prestar obediência ao Santo Conselheiro. Cabia-lhe a chefia da “Guarda”, a direção da guerra. Organizava os piquetes, escolhendo jagunços de sua confiança para as incumbências de ordem militar, punia os criminosos aplicando-lhes “bolos” com palmatória, prendendo-os na “poeira”, como se denominava a cadeia local. Ao seu lado, contudo, havia outra figura importante, seu vizinho de casa, pelo que sabemos seu amigo pessoal. Era o cearense Antônio Vila Nova, negociante de balcão, proprietário da loja mais acreditada de Canudos, onde trabalhava seu irmão Honório. Abade e Vila Nova, em face de tudo quanto lemos e, sobretudo, ouvimos, formavam a dupla de poder decisório na sociedade do Belo Monte, sobretudo a partir do começo da guerra. O Conselheiro, porém, jamais abdicou do direito de dizer a palavra final.

Os outros “apóstolos” teriam influência menor. Talvez não passassem de fiéis cumpridores de ordens, de elementos encarregados de missões de pequena significação. O caso de Joaquim Macambira ilustra a nossa hipótese. Antigo morador do lugarejo, vivendo da vaquerice e do comércio, Macambira, chefe de prole numerosa, mantinha contatos com proprietários e autoridades dos lugares próximos, entre os quais desfrutava de bom conceito.

A “Santa companhia”, pensa Maria Isaura Pereira de Queiroz, formada por homens e mulheres, seria antes uma confraria do que uma guarda³⁵. A observação da socióloga paulista levou-nos a indagações entre sobreviventes do episódio Canudos. Embora não chegassemos à resposta conclusiva, estamos inclinados a acreditar que havia diferença entre a “Companhia do Bom Jesus” e a “Guarda católica”, podendo a primeira, bem mais ampla, congregando homens e mulheres, ser apontada como uma confraria, enquanto a segunda, constituída de representantes do sexo masculino, armados, prestando serviços específicos, pagos pelo Conselheiro, era uma guarda. Na

³⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Op. cit., p.214.

“Companhia” estavam os beatos, na “Guarda”, os clavinoteiros, os jagunços propriamente ditos. José Beatinho, Antônio Beatinho, José Félix, o velhinho Paulo José da Rosa, primeiro beato a acompanhar Antônio Conselheiro, constituíam o grupo dos rezadores, cantores de ladainha, “tiradores” de terço. Muitos tinham “coração mole” e não se envolviam nas refregas, trabalhando em íntima ligação com as beatas, que não eram poucas. Teriam vindo das sacristias das igrejas, enquanto os famanazes do clavinote haviam sido recrutados em setores bem diferentes. No cangaço desenfreado dos sertões, nos quartéis de polícia, entre perseguidores, egressos das prisões, envolvidos nas malhas da justiça. A história de Canudos, Canaã dos sertões baianos, onde as terras dos barrancos se converteriam em cuscuz e as águas do Vasa-Barris em leite, reflete muito bem a presença e a ação dos seus beatos e clavinoteiros, em meio à massa enorme de sertanejos fanatizados, que ouviram os conselhos do peregrino cearense e o seguiam cegamente.

Os recursos do Conselheiro, empregados nas obras das igrejas, na manutenção da “Guarda”, na assistência aos doentes e necessitados, provinham das “doações” e das “esmolas”. Distingamos. As “doações” eram feitas por pessoas do lugarejo e das redondezas, muitas vezes ricas, que vinham espontaneamente trazer suas ajudas. As esmolas eram obtidas pelos beatos do Conselheiro que saíam, devidamente autorizados, para pedirem, levando, não raro, cartas neste sentido. Antônio Conselheiro era um missivista humilde, que escrevera muitas epístolas solicitando dinheiro, bois, coisas outras de que “tinha precisão”. Conhecemos algumas cartas suas e temos conhecimento da existência de outras. Pedrão contou-nos suas viagens para angariar recursos. Numa delas, naturalmente rendosa, o compadre Antônio Conselheiro deu-lhe 20\$000, importância de valor, numa época em que um “boiote” custava 40\$000. José Venâncio, ora referido como beato, ora como clavinoteiro, também andou recolhendo dinheiro. Joaquim Macambira igualmente o fez, segundo colhemos na tradição oral, que aponta o vaqueiro como homem de posses e conceito.

Frei João Evangelista disse que os adeptos do Conselheiro deviam dispor dos seus bens, entregando o produto ao “Messias de Quixeramobim”, não reservando para si mais de um vintém em cada

cem mil réis³⁶. O informe carece de fundamento. Tal não sucedia, de forma alguma. Os moradores de Canudos conservavam seus bens, dando simplesmente aquilo que queriam ou podiam. Em verdade, ficavam pobres porque vendiam, por qualquer preço, o que lhes pertencia onde moravam e levavam o apurado para seus gastos pessoais no arraial do Vasa-Barris, onde dificilmente encontrariam como aplicar o dinheiro que possuíam. Muitos, aliás, homens remediados. Lélis Piedade observou, baseado em informações de oficiais, que a maioria dos papéis encontrados em Canudos eram escrituras de compra e venda de casa e terras, revelando a situação da economia de famílias jagunças³⁷. Nos levantamentos a respeito dos menores encontrados após o conflito, há referências bem elucidativas da posição de negociantes e lavradores que haviam sido atraídos pela pregação messiânica. Em mais de uma oportunidade, lemos que os pais dos menores eram “abastados negociantes ou agricultores”. Enganam-se redondamente aqueles que afirmam ter ido para Canudos apenas a *ralé dos sertões*. Antônio Marciano dos Santos, apelidado Marciano de Sergipe, que combateu até os derradeiros instantes morrendo heroicamente, era parente do coronel Siqueira Menezes³⁸. Perante o general Artur Oscar, Bernabé José de Carvalho, “um chefe de segunda linha”, declamou que “*não era um matuto largado. Era casado com uma sobrinha do capitão Pedro Celeste, do Bom Conselho...*”³⁹.

Outros exemplos poderiam ser invocados no sentido de demonstrar a participação de gente de recursos, de pessoas pertencentes a “famílias de bem” nos sertões nordestinos, entre o povo de Antônio Conselheiro.

Aos recém-chegados, facilitava-se o terreno para a construção dos seus casebres. O chão, pelo que apuramos, era dado de graça. Manuel Ciriaco asseverou-nos que as terras de Canudos, numa área de uma légua em quadra, pertenciam à capela de Santo Antônio desde tempos remotos. Não esclareceu, porém, a origem deste encapelado. Garantiu-nos, todavia, que o Conselheiro permitia aos novos habitantes a edificação de suas moradias, desde que não houvessem dúvidas

³⁶ MARCIANO, João Evangelista do Monte. Op. cit., p.5.

³⁷ PIEDADE, Lélis. Op. cit., p. XI.

³⁸ Ibidem, p. XXV.

³⁹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões.....*, p.624, nota 6.

quanto às suas convicções monarquistas e católicas. Não havia guarda para os "abomináveis" republicanos, maçons e protestantes, enxotados do arraial quando suspeitadas suas tendências. Tais constrangimentos sofriam, por igual, os viajantes que por ali passavam e eram pessoas ligadas à máquina político-administrativa do Estado. Bastava ser eleitor do governo, haver exercido um cargo qualquer, juiz de paz, delegado de polícia, membro de mesa eleitoral, para ser o cidadão imediatamente expulso do povoado e de seus arredores. A imprensa registrou muitos desses casos.

Como já dissemos, o direito de propriedade estava assegurado. Os donos das casas podiam vendê-las. Parece-nos mesmo que alguns as construíram para tal fim. O sargento Jacinto Ferreira da Silva mandou dizer a Rumão Suaris (sic) dos Santos: "*i venha para comprar 3 casas minhas que estou a sua espera para sermos vizinhos*"⁴⁰.

Antes do Belo Monte, quando Antônio Conselheiro fez seu primeiro povoado, o de Bom Jesus, no município de Itapicuru, uma senhora da confiança do Santo, a velha Benta, edificou algumas casinhas, que foram negociadas na ocasião em que o peregrino e seu séquito abandonaram a localidade, segundo informações do ancião Marcos Dantas de Menezes, residente na cidade de Crisópolis.

Pelo que averiguamos, o Conselheiro construiu em Canudos duas igrejas e um cemitério. Seriam estes os traços de sua ação construtiva. A primeira igreja, sob a invocação de Santo Antônio, teria sido concluída em 1893, com muita solenidade. Presença do padre Sabino, vigário do Cumbe, grande número de batizados e casamentos, música e foguetório. Às festas do Conselheiro, conforme nos relatou Marcos Dantas de Menezes, que o conheceu no arraial de Bom Jesus, hoje cidade de Crisópolis, não faltavam música e foguete. No período de Crisópolis, contratava-se filarmônica em Sergipe, para abrilhantar as festividades. O foguetório era freqüente nas manifestações da gente do Belo Monte, mencionando as crônicas da época um certo Antônio Fogueteiro, que morava à margem direita do Vasa-Barris. Por ocasião da entrega da chave da igreja de Santo Antônio, peça guardada no museu do Instituto Geográfico Histórico da Bahia, o Conselheiro deitou pregação, tendo chegado até nós o texto do discurso, incluído

⁴⁰ NUNES, J. P. Favila. Op. cit., p.34.

no livro manuscrito do famoso chefe carismático, publicado pelo professor Ataliba Nogueira. Um segundo templo, de maiores proporções do que o primeiro, erguido na mesma praça das Igrejas, ainda não estava terminado quando do início da guerra.

Experimentado construtor e restaurador de capelas e muros de cemitérios, que espalhou pelo sertões de Sergipe e da Bahia, Antônio Vicente Mendes Maciel dirigia pessoalmente as obras em Canudos. Madrugador contumaz, logo cedo deixava o “santuário” onde vivia, para ver, fiscalizar e orientar os trabalhos de construção.

Dando o bom exemplo de madrugar na tarefa edificadora, o Conselheiro como que obrigava os de sua grei ao mesmo comportamento. Os operários entravam em ação às primeiras horas do dia. Mestre de obras e entalhador de altares, Manuel Faustino, que acompanhava o Conselheiro desde o arraial de Bom Jesus, era seu principal auxiliar. O povo admirava as rosas douradas por ele esculpidas no altar da igreja, recordou Honório Vila Nova⁴¹.

Além das obras das igrejas, o Conselheiro pregava aos seus fiéis, o que fazia com freqüência. Eram os “dias de conselho”. Conhecedor da *Bíblia*, ledor da *Missão Abreviada*, livro de larga divulgação no interior do Brasil, o Conselheiro falava sobre os mandamentos, condenava os pecados, aconselhava para o bem, citando, não raro, frases latinas. Depois da proclamação da República, porém, as questões políticas foram entrando no desenvolvimento de suas falações. Em Canudos, como já tivemos ensejo de dizer, Antônio Vicente estava inteiramente voltado para o combate ao regime implantando a 15 de novembro de 1889, numa hostilidade ao governo constituído. As declarações neste sentido são sobejamente conhecidas. O Barão de Jeremoabo⁴² e frei João Evangelista⁴³ dele ouviram afirmações contundentes a respeito da República. Os escritos do Santo não deixavam a mais leve sombra de dúvida quanto à sua orientação e aos rumos que traçava para seus fanatizados acompanhantes. O próprio nome da forma de governo era significativo: re-pública, dizia ele, separando as sílabas. Não reconhecia o governo, impedia o pagamento dos im-

⁴¹ MACEDO, Nertan. Op. cit., p.69.

⁴² JEREMOABO, Barão de, “Antônio Conselheiro”. *Jornal de Notícias*, Salvador, 4abr, 1897. p.2,c.6.

⁴³ MARCIANO, João Evangelista do Monte. Op. cit., p.4.

postos. Verberava contra o casamento civil, a separação da Igreja do Estado, a secularização dos cemitérios. Dificultava, senão mesmo proibia, que o dinheiro emitido depois de 1889 tivesse curso entre os jagunços. Nem o fisco e nem a polícia podiam chegar ao Belo Monte. A ausência dos representantes do erário estadual era bem aceita pelos negociantes do povoado, enquanto seus colegas das vizinhanças viam no fato um grave prejuízo aos seus próprios interesses, protestando contra a concorrência dos comerciantes estabelecidos no centro messiânico do Belo Monte, onde a volta de dom Sebastião era confusamente anunciada, sem que possamos afirmar o envolvimento pessoal do Bom Jesus na difusão de tal crença.

Canudos ou Belo Monte teria sido, em curto prazo, o maior movimento messiânico da História do Brasil. O fenômeno padre Cícero, reunindo uma grande população em Juazeiro, criando na alma do povo maiores raízes, desenvolveu-se durante mais dilatado espaço de tempo. No arraial do Vasa-Barris, porém, os fatos se sucederam apressadamente e a migração de caráter messiânico para ali encaminhada criou problemas muito sérios de segurança, de higiene, de nucleamento humano, de abastecimento. Acreditando nos milagres do Bom Jesus, mais anunciados pelos seus partidários do que por ele próprio, muito preocupado em assegurar que não era Deus, mas sim um peregrino, um miserável pecador, milhares de brasileiros, pobres e remediados, homens e mulheres, velhos e meninos, brancos, índios, negros, mestiços deixaram suas terras, abandonaram seus bens, afastaram-se dos seus parentes, dos seus compadres e afilhados e foram viver, matar e morrer num longínquo chão sertanejo, numa fazenda de criar em decadência, rapidamente transformada num verdadeiro centro humano, num autêntico formigueiro de gente. Os casebres desalinhadados, surgidos da noite para o dia, diariamente numa média de doze, em certa fase, formavam um intrincado de ruelas, numa mistura de quintais e portas de frente, onde se foram localizar milhares de seres humanos na esperança de melhores dias, que chegariam, certamente, com a volta do *Príncipe*, anunciada nas profecias de frei Vital, confirmada pela palavra oracular do Conselheiro.

SERGIPANOS NO MAGISTÉRIO CARIOCA

Arivaldo Fontes

Sergipe é pela sua exígua dimensão territorial o menor estado do Brasil. Devido a essa escassez de terras é o sergipano obrigado a emigrar para os estados, bem maiores, e com vazios a preencher.

A Bahia, ao longo dos anos, recebeu levas de sergipanos, que se dedicaram à cultura do cacau ou a atividades do comércio.

Basta que se leia os romances de Jorge Amado, filho de sergipano, para certificar-se do imenso trabalho desenvolvido por esses desbravadores no sul daquele estado.

Também o Amazonas, no início deste século, e depois o Rio de Janeiro e São Paulo receberam a mão-de-obra que chegava do pequeno estado nordestino.

Mesmo os que desejavam estudar eram obrigados a deixar o estado natal. Só neste século foram fundadas a Universidade Federal e outras escolas superiores.

Houve no Governo de Maurício Graco Cardoso a tentativa de criar uma primeira Faculdade de Direito, outra de Farmácia e mais uma de Odontologia. Mas o seu desejo não pôde vingar.

Os sergipanos durante o Império e mesmo nos primeiros tempos da República iam estudar nos estados vizinhos.

A Faculdade de Direito do Recife abrigou-os e eles aí projetaram os seus nomes. A começar por Tobias Barreto, seguido por Sílvio Romero, Gumersindo Bessa, Prado Sampaio, Manoel dos Passos, Fausto Cardoso, Pedro de Calazans e Gilberto Amado.

Alguns se dirigiram à Faculdade de Direito de São Paulo e também deixaram nome no meio acadêmico. Um deles, Bittencourt Sampaio, poeta romântico e republicano histórico, foi o autor do Hino Acadêmico, musicado por Carlos Gomes.

Muitos seguiram para a Bahia e na Faculdade de Medicina tornaram conhecidos os seus nomes. Vale recordar - Felisbelo Freire, Manuel Bonfim, Tilemon Fontes, Garcia Rosa e Ranulfo Prata.

Para o Rio vieram os que desejavam cursar engenharia ou pretendiam seguir a carreira militar.

Cursavam a Escola Central, a Escola Militar ou a Escola Naval nomes que elevaram bem alto as duas profissões citadas. Basta lembrar os nomes de Olímpio José Chavantes, Visconde de Maracaju, Moreira Guimarães, Ivo do Prado, Samuel de Oliveira, Oliveira Valadão e Siqueira Menezes, este o "jagunço alourado" de quem trata Euclides da Cunha na sua obra memorável. Muitos voltaram à terra natal, prestaram relevantes serviços, dedicaram-se às lides políticas, ao magistério ou aos trabalhos profissionais.

É interessante transcrever o que nos disse João Ribeiro, (em 1933), ao referir-se à província natal: "ó que saudade que tenho da terra em que nasci. Não que ela me fosse madrasta e infiel aos meus primeiros amores" e concluía: "fui obrigado a sair por esse instinto de nomadismo ingênuo às terras pobres".

Começemos a relação de professores sergipanos por uma das mais velhas de nossas escolas superiores: a atual Escola Naval.

Surge o nome de *Eugênio Guimarães Rebelo* (1848; 1922). Médico e professor. Serviu na guerra contra o Paraguai. Fez vários concursos, com defesas de tese, para o exercício do magistério na Escola Militar, na Escola Naval e na Escola Normal. Foi catedrático de francês das duas últimas. Publicou em francês um estudo sobre a Escola Militar do Rio de Janeiro.

Segue-se o nome de *Olímpio José Chavantes* (1838; 1897). Também nas operações do Paraguai, tendo feito o reconhecimento das baterias de Curupaiti. Foi professor por concurso, da cadeira de aparelhos e manobras da Escola Naval. Jubilou-se em 1890.

Publicou um compêndio de aparelhos dos navios para uso dos alunos da Escola de Marinha (1ª edição de 1881).

Ainda no ensino naval aparece o nome de *Vitor Cândido Barreto* (1848; 1900). Foi oficial da marinha, atingindo o posto de contra-almirante em 1900. Fez a campanha do Paraguai. Foi professor de eletricidade e torpedos na Escola Prática de Artilharia e Torpedos.

Segundo Liberato Bittencourt, fizera estudos na Inglaterra e nos EE. UU e era "sabedor afamado" na sua especialidade.

Passemos agora à área de formação dos nossos engenheiros militares e civis. A Academia Real Militar, fundada em 1810, e que, através dos anos, teve outras denominações, culminou com a separação das escolas: a Politécnica e a Militar.

O primeiro da lista a ser lembrado é *Alcino José Chavantes* (1850; 1912), irmão de Olímpio José Chavantes, já citado há pouco. Fez o curso da antiga Escola Central. Professor de desenho, aguadas e sua aplicação às sombras e trabalhos gráficos. Foi membro do Conselho Diretor do Club de Engenharia. Foi secretário da Comissão Executiva do Congresso das Vias de Transportes no Brasil (1909).

Vem em seguida o nome bastante conhecido de *José Maria Moreira Guimarães* (1864, 1940). Fez parte da juventude militar que ajudou a proclamar a República. Discípulo de Benjamim Constant, foi positivista, elaborou o Estatuto da criação do Clube Militar (1887), defendeu o Governo de Floriano em 1893. Amigo de Euclides da Cunha e de Lauro Müller, dirigiu a "Revista da Família Acadêmica" em 1888.

Professor, por concurso, da Escola de Tiro de Realengo. Exerceu o magistério também na Faculdade de Filosofia de Letras.

Sócio efetivo do IHGB e do Instituto Histórico de Sergipe e fundador do IGHMB.

Segue-se *João d'Avila Franca* (1860, 1932). Engenheiro militar, fez parte do grupo de republicanos históricos. Foi secretário da Escola Militar e professor de física.

Aparece agora o nome de *Permínio Carneiro Leão*. Foi adjunto de Roberto Trompowsky na Praia Vermelha. Sergipano de ascendência pernambucana. Nasceu em 1873. Engenheiro militar, foi lente de eletricidade na Escola Militar e um dos construtores da Vila Militar em Deodoro.

Ivo do Prado (1875, 1924) um dos propagandistas da República, foi Deputado Federal à Constituinte de 1891. O livro "A capitania de Sergipe e suas Ouvidorias" é trabalho profundo de historiógrafo e cientista. Foi apresentado ao Congresso de Geografia de Belo Horizonte (1919), quando era delegado pelo Estado de Sergipe. Foi professor de artilharia no Realengo. Grande coração, na sua casa no Rio, residiam conterrâneos pobres que vinham tentar a vida na Capital Federal.

Espírita militante, fora antes positivista (discípulo de Benjamin Constant). Foi sócio efetivo do IHGS.

Samuel Augusto de Oliveira (1867, 1932). Professor de mecânica e balística, na Escola da Praia Vermelha. Escreveu "Concepção da filosofia", "A verdadeira revisão constitucional", "Geometria-Algébica (1892)" e "Tratado de Aritmética (1897)" (os dois últimos em co-autoria com Liberato Bittencourt). Deixou inéditos: "Lições de Mecânica" e "Coordenação da Filosofia" (2 vol.).

Na opinião de Leitão de Carvalho, seu aluno Militar, "era uma das mais belas inteligências do Exército. Matemático, filósofo, escritor elegante, gozava da fama de estudioso das questões de ensino".

Na área da saúde. Começamos pelo Dr. *Antônio Dias Barros* (1871, 1925). Formado em medicina em 1895, desde os tempos de acadêmico se distinguiu no magistério como preparador da cadeira de botânica e histologia. Foi professor, e depois de anatomia microscópica e de anatomia e fisiologia do sistema nervoso.

Regeu o curso de sintaxe portuguesa no Pedagogium. Representou o seu Estado na Câmara Federal (1912, 1914).

Foi diretor do Hospício Nacional (1902). Lecionou Sociologia na Faculdade de Direito do Rio. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Segue-se o Dr. *José Antônio Abreu Fialho* (1874, 1940). Concluiu o curso, com defesa de tese em 1897. Estagiou na Clínica Fuchs (2 anos). Professor e catedrático de oftalmologia na Faculdade de Medicina do Rio. Membro titular e, depois, presidente da Academia Nacional de Medicina. Foi poeta inspirado. Fazia parte do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e do Instituto do Ceará.

Edilberto de Souza Campos (1883, 1917). Concluiu o curso de medicina em 1905. Foi membro titular e emérito da Academia Nacional de Medicina. Lecionou na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto. Além de trabalhos especializados, escreveu "Crônicas da passagem do século", em (7 volumes).

Manoel de Marsillac Mota (n. 1873) fez o curso de medicina no Rio, concluindo em 1891. Ingressou no Corpo de Saúde do Exército, foi diretor do Sanatório Militar e Lavrinhas e professor de filosofia na Escola de Veterinária do Exército.

Milton Fontes Magarão (1903, 1986). Colou grau em medicina na Universidade do Brasil em 1929. Trabalhou no Sanatório de Corrêas, como estudioso da tuberculose. Foi assistente do prof. Abelardo Saenz, no Instituto Pasteur (Paris). Em 1936, convidado pelo Prof. Clementino Fraga, passou a lecionar na Faculdade Nacional de Medicina.

É designado diretor do Laboratório Central de Tuberculose, onde permanece por 33 anos.

Com a organização da Campanha Nacional contra a Tuberculose passou a lecionar nos cursos da referida Campanha.

Publicou vários livros e cerca de 100 artigos médicos originais. Em 1966 foi eleito para a Academia Nacional de Medicina.

Nesse mesmo ano foi o seu Laboratório, escolhido pela OMS, como laboratório de referência para estudos sobre micro-bactérias.

Após a aposentadoria, aos 70 anos, trabalhou na Fundação Ataufo de Paiva, como Diretor Técnico; em 1980 assumiu o cargo de Presidente da referida Fundação, permanecendo na função até o seu falecimento em 15 de novembro de 1986.

Das gerações mais novas, ligadas a área das ciências da saúde, lembremos os nomes de *Iraci dos Santos*, professora titular da Faculdade de Enfermagem da UERJ, *Nalva Pereira Caldas*, também professora da Escola de Enfermeiras Rachel Haddock Lobo, onde tem exercido cargos de direção, *Enedina Soares*, professora da Escola de Enfermagem Luiza de Marillac, *Maria Auxiliadora Rezende Feitosa*, professora na Escola Ana Neri, da UFRJ, *Gertrudes Teixeira Lopes*, professora na Faculdade de Enfermagem da UERJ e tantos outros.

Ainda no ensino superior temos *Alberto Azevedo*, arquiteto, professor da Pontifícia Universidade Católica, como também na mesma Universidade o engenheiro e professor *José de Mendonça Freire*.

Na Escola Nacional de Belas Artes figurou o nome do pintor *Jordão de Oliveira*, autor de vários murais no Palácio Fausto Cardoso, em Aracaju e ex-presidente do Centro Sergipano do Rio.

No magistério do Mosteiro de São Bento, sobressaiu *Fr. João das Mercês Ramos*, que foi eleito abade em junho de 1893. Ainda no ensino religioso, vem o nome do *Pe. João de Deus Góes*. Já lecionou Religião no Colégio Zaccaria e no Colégio São José. Lecionou Latim no Seminário Arquidiocesano de São José e Liturgia na Escola Mater Ecclesiae.

Passemos aos professores da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio, e comecemos por *Sílvio Romero* que abordaremos, dentro em pouco, como um dos grandes catedráticos do Colégio Pedro II. Foi um dos fundadores e lente de Filosofia do Direito na referida Faculdade. No Governo de Campos Sales foi deputado federal por Sergipe. Já havia sido deputado provincial. Foi relator da Comissão dos 21, do Código Civil. Membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Sócio efetivo do IHGB, desde 1901.

Gilberto Amado (1887, 1969). Filósofo, poeta, memorialista, político, jornalista, Bacharel em direito pela Faculdade de Recife (1909).

Já era farmacêutico pela Faculdade de Medicina da Bahia. Lente de ciências físicas e naturais na Escola Normal de Aracaju.

Em 1911 foi nomeado professor de direito criminal na Faculdade de Direito de Recife. A política o seduziu. Representou o seu Estado na Câmara Federal nas legislaturas de 1915 a 23 e 1924 a 26.

No ano seguinte é eleito Senador por Sergipe. Com a revolução de 1930 cessou o seu mandato.

Por decisão de Francisco Campos, um dos pró-homens da Revolução de 30, é transferido para a Faculdade de Direito do Distrito Federal recentemente federalizada.

Com a aposentadoria de Clovis Bevilacqua, é nomeado Consultor Jurídico do Min. Das Relações Exteriores (1934). Dois anos depois, já como Ministro de 1ª classe, seguia para o Chile como Embaixador e, logo em seguida, para a Finlândia. Como perito de assuntos de política internacional foi delegado brasileiro às Assembléias Gerais da ONU (a última a que compareceu foi a de 1968) e membro da Comissão de Direito Internacional do novo órgão.

Era membro da Academia Brasileira de Letras e do nosso Instituto.

Fausto Cardoso (1864, 1906). "Poeta, filósofo, político, jornalista.

Discípulo queridíssimo de Tobias Barreto, que lhe dispensava a mais carinhosa estima" é o que nos diz o historiador Tavares de Lira.

Dizia mais: "foi feliz no magistério, na advocacia e nas letras". Concluiu o curso de direito no Recife em 1884.

Foi convidado a reger a cadeira de Filosofia e História do Direito na Faculdade Livre do Rio. Lecionou no Pedagogium. Era redator dos debates no Congresso Nacional. Foi Deputado Federal pelo seu Estado na 4ª legislatura (1900 a 1902) e mais tarde no triênio 1906-1908.

A 28 de agosto de 1906, em praça pública, quando deixava o Palácio do Governo, foi assassinado. Aliás esse foi um ano de tristeza e de luto em Sergipe. Como consequência do crime acima referido, tombou também, sem vida, na capital da República, o Senador Monsenhor Olímpio Campos.

Serenados os ânimos, o nosso Estado se penitenciou dos excessos partidários daquela época e que tanto maculam a nossa história, inaugurando as suas estátuas em praças públicas de Aracaju.

Fausto Cardoso publicou em 1892 o livro "Cosmogonia política e americana".

Em 1895 publicou “Ensaio de filosofia do direito”. Publicou “Taxinomia Social” em 1898..

Em 1902 (sessão de 9 de junho) fez um discurso, que tumultuou aquela Casa Legislativa ao fazer a apologia da ditadura.

Martinho Cesar da Silveira Garcez (1850, 1925). Jurista, político, professor e jornalista.

Ao concluir o curso de Direito em Recife em 1872 foi animado pelo seu lente, Dr. Tavares Belfort, a habilitar-se a uma cadeira na Faculdade. Preferiu exercer a judicatura não só em seu Estado, como mais tarde em Minas Gerais.

Foi Deputado provincial em Sergipe na legislatura 1874-75, presidente do Estado em 1896-99 e Senador Federal de 1900-1908.

Fez parte da Comissão de Legislação e da 1ª comissão especial do Senado para rever o projeto do Código Civil votado pela Câmara dos Deputados.

Foi lente catedrático de Direito Civil e diretor da Faculdade de Direito Teixeira de Freitas (1914, 1915).

Publicou “Nulidades dos atos jurídicos”(2 vols. Rio, 1910-12), obra premiada pelo Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, além de várias outras obras de natureza jurídica.

Como Senador apresentou o projeto de lei instituindo o divórcio no Brasil (aprovado em 1ª discussão no dia 1º de agosto de 1900, apesar da oposição de Rui Barbosa). Os seus discursos para sustentação e defesa do projeto foram publicadas no livro “pelo Divórcio”, (Rio, 1901). Dizia Nelson Carneiro que o projeto em questão foi a “verdadeira semente do divórcio no Brasil”. E Martinho Garcez dizia em 1900: “não me iludo sobre a sorte do meu projeto este ano. Mas nada mais frágil do que a gota d’água que, não cessando de cair, afunda rochas e perfura montanhas”.

Também *Antônio Batista Bittencourt* (n. em 1893). Fez o curso na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio (1918). Foi intendente de Aracaju, deputado estadual em Sergipe nos triênios de 1917 a 1925, deputado federal na legislatura 1924-26. Sócio do Instituto do Ceará e do IHGS.

Lecionou na Faculdade, onde se graduou, e escreveu “Política de Sergipe: um caso de impeachment, a nova criação do Sr. Laudelino Freire”.

Ainda na área do direito aparece *Fernando Mendonça*. Bacharel em direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas (Rio, 1962).

Mestrado e doutorado. Secção de Direito Penal, pela UFRJ. Professor de Direito Comercial dos Transportes, de Sociedades Comerciais e direito agrário na Universidade Gama Filho e de Direito Comercial nas Faculdades Bennett.

Passemos agora ao Colégio Pedro II. Naquele vetusto estabelecimento, vários sergipanos pontificaram nas salas de aula. Um deles foi Sílvio Romero (1851; 1914); em 1880 obteve por concurso, a cátedra de filosofia, com a tese "Interpretação filosófica dos fatos históricos".

Também regeu a cadeira de lógica. Foi um dos fundadores e lente de Filosofia do Direito na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio.

A exemplo de seu amigo de todas as horas e a cuja memória dedicou grande parte da sua vida, desde os tempos da Faculdade de Direito do Recife, combatia e fustigava os seus adversários. Tão ligado estava aos ideais de Tobias Barreto (1839, 1889), que foi duramente criticado pelos seus detratores, que ao trabalho dos dois chamava de "escola teuto-sergipana", na frase irônica de Carlos de Laet. Ele, por seu turno, chamava-os de pertencentes à "escola galo-fluminense". Na Faculdade de Direito do Rio lê o seu último trabalho na oração de paraninfo dos bacharéis, na noite de 20 de dezembro de 1913.

Não completa o seu discurso. A assistência, fútil, só se interessava em dançar no amplo salão. Interrompeu a leitura de sua oração e concitou os jovens a lê-lo, na íntegra, na manhã seguinte, nas páginas do "Jornal do Comércio".

Filósofo, poeta, crítico, historiador, etnógrafo, literato, polemista, sua inteligência polimorfa abrangeu quase todos os campos da cultura humana.

Seus livros, que vão a algumas dezenas, dizem de seu valor.

Medeiros de Albuquerque, que fora seu discípulo no velho educandário, dizia: "Sílvio era grande e forte. Era principalmente ruidoso. Gostava das altas gargalhadas. Fazia um barulho imenso a propósito de tudo.

Quando me acontecia dar um bom argumento, ele batia palmas, ria-se contente". (Quando eu era vivo, 1934). Quando lhe imputavam linguagem incorreta, sem apreço pela colocação dos pronomes, respondia o abalizado professor "Eles colocam bem os pronomes; mas o que não sabem colocar são as idéias".

Deixou uma imensa obra. Citaremos apenas livros que hoje se tornaram clássicos: Cantos populares do Brasil (1883), Contos populares do Brasil (1885); Etnografia Brasileira (1888) além da História da literatura brasileira (1888), que tem tido várias reedições.

Era membro da Academia Brasileira de Letras, do IHGB, das Academias Baiana e Pernambucana de Letras, dos Inst. Geográficos de Sergipe, de São Paulo e de Minas, da Academia de Ciências de Lisboa (correspondente).

Outro nome que orgulha Sergipe, naquela Casa, é o mestre *João Ribeiro* (1860, 1934). Foi filósofo, historiador, poeta, folclorista, jornalista e crítico literário. Segundo Manoel Bandeira, citado por Acrísio Torres em "História da Literatura Sergipana": "foi uma das figuras mais completas de homem de letras que já tivemos no país".

Escreveu muito. Suas obras mais conhecidas são Estudos Filológicos (1885), Páginas de Estética (1905), Fabordão (1910), O Folclore (1919) e a sempre lembrada História do Brasil (1900), que foi por muitos anos atualizada pelo seu filho, Joaquim Ribeiro.

Em 1887 submeteu-se a concurso para a cadeira de português e em 1890 foi nomeado para a de história.

Bacharelou-se em direito em 1884, pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.

Sua bondade era reconhecida por todos. Seus ex-alunos do Colégio Pedro II, por ocasião das festas do centenário da instituição, prestaram depoimentos sobre o velho professor.

Ao completar 73 anos, Humberto de Campos, seu colega na Academia Brasileira de Letras, chama-o de "São João, o Sábio". E continua: "o meu santo de 24 de junho é São João Ribeiro, o gramático, São João Ribeiro, o escritor, São João Ribeiro, o sábio, das letras brasileiras (...) que tem adquirido no estudo e na vida o saber e a experiência de 73 séculos"(Reminiscências, 1934).

Mais tarde em "Sepultando os meus mortos" diz que com João Ribeiro "caiu o Jequitibá do sertão" e continua: Encarregada de recolher à Casa do Silêncio um acadêmico de 47 anos, a Ceifeira Sinistra, que é vesga, leu às avessas, e levou um de 74". Só que ela voltou em dezembro do mesmo ano (1974) e levou o outro acadêmico, já com 48 anos.

Além da ABL pertenceu ao nosso Instituto e ao Instituto Geográfico de São Paulo.

Muitos anos depois assume a cátedra de química, *Gildásio Amado* (n. em 1906).

Mais um dos filhos do velho Melquisedeck Amado, que vinha também honrar o nome da família. Foi professor do Instituto de Educação Pedro II. Escreveu várias obras didáticas.

Também o seu irmão *Genisson Amado* (n. em 1913), foi médico e professor do colégio-padrão.

Ainda lecionaram no Colégio, *Maria Rita de Andrade*, jornalista, advogada, juíza federal e, para a alegria nossa, ainda firme nos seus mais que 90 anos.

Incentivadora da Feira da Providência (dirigia a barraca do nosso Estado).

Também *Antônio Joaquim de Figueiredo*, (1918, 1984) professor, advogado e escritor, lecionou na velha Casa. Foi professor do Colégio Militar e da FAHUPE. Escreveu, dentre outros, os livros, "Conceição minha namorada", contos, (1960), "Na rampa do São Francisco", romance (1946), "Aspecto da vida e do estilo de Clovis Bevilaqua" (1957) e "Breve Introdução à História dos Colégios Militares" (em colaboração conosco em 1958).

Das novas gerações de professores lembrar o nome de *Raimundo Barbadinho Neto*, também ensaísta, editor e pesquisador.

Professor do Colégio Estadual de Sergipe, com apresentação da tese "Sob a rubrica do modernismo". Livre docente do colégio padrão com a tese "Tradição lingüística do modernismo brasileiro". Regente de cursos na ISEC, da Fundação Getúlio Vargas.

Publicou com o Prof. Rocha Lima, de quem foi discípulo, o "Manual de Redação", já em 5ª edição.

Editou os livros "Estudo em homenagem a Cândido Jucá Filho" (1969) e "Miscelânea em honra de Rocha Lima" (Colégio Pedro II), além de outros trabalhos.

Membro da Academia Brasileira de Filologia.

Ainda podemos referir a *Acácia Maria Fernandes da Costa*, professora, por concurso, do velho educandário e também de Língua Portuguesa em cursos da UFRJ e *Alexandre Cardoso da Silva* que lecionou geografia no mesmo Colégio e Filosofia na Escola Normal Júlia Kubtschek.

Passemos ao velho Colégio Militar do Rio, fundado em 1889 graças à visão e grande descortino do Ministro da Guerra, Tomás Coelho de Almeida.

Começamos por *Maximino Maciel* (1866, 1923). Médico, filósofo, poeta e professor. Como cientista, escreveu “Noções Gerais de Botânica”, “Elementos de Zoologia Geral e Descritiva” e inúmeros trabalhos sobre o tratamento da tuberculose.

Mas é sobretudo como professor “que ele melhor preencheu a sua missão”.

Como filósofo escreveu a “Gramática Descritiva”(1894) e as Lições Elementares da Língua Portuguesa”(1906). Sobre a validade desses trabalhos pioneiros convém transcrever a opinião do também professor e sócio benemérito desta Casa, que foi seu aluno na Casa de Tomás Coelho, Jonas de Moraes Corrêa Filho: “o mais insigne professor de português do seu tempo, autor conceituado e consagrado de duas gramáticas, havidas por insuperáveis em mérito”.

Foi professor também na Escola Normal e no Colégio Pedro II. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Passemos a outro sergipano ilustre, *Alípio Calazans* (1852, 1913). Seu pai, Dr. João José de Bittencourt Calazans, hospedara no seu sobrado na Estância, em janeiro de 1860, Dom Pedro II e a Imperatriz Teresa Cristina e fora diretor do Imperial Instituto Sergipano de Agricultura, criado a 20 de janeiro daquele ano.

Afastou-se do engenho Castelo, onde residia, e veio para o Rio. Nomeado em 1894 para a 2ª seção (Geografia e História) do Colégio Militar.

Publicou em 1903 as “Lições de Geografia Física”, aprovadas pela Congregação do Colégio e pelo Conselho de Instrução de Sergipe. E a revista “Aspiração” em 1913, ao traçar o seu necrológio, diz que “o cidadão, o professor e o chefe de família” são representados pelo papel de hombridade e máscula meiguice que só os temperamentos nobres podem realizar”.

Outro nome dos primeiros tempos era *Laudelino Freire* (1873, 1937). Irmão de Felisbelo Freire, sócio deste Instituto. Foi excelente professor, abalizado advogado, filólogo, escritor. Aluno da Escola Militar, abandonou a carreira por razões de saúde. Deputado estadual em três legislaturas. Criou, com outros docentes dos institutos oficiais de ensino, a “Revista Didática”, “que se manteve viva de 1902 a 1906. Publicou Linhas de Polêmica”, “Notas e Perfis”(11 vol.), “Os próceres da Crítica” “Estudos de Filosofia e Moral”.

Ingressa no IHGS e no IHGB, Em 1919 funda a "Revista da Língua Portuguesa". Surge logo depois a "Estante Clássica", com obras escolhidas de Machado de Assis, Rui Barbosa, Mário Barreto, Carneiro Ribeiro e tantos outros.

Publica "Galicismos" e a edição facsimilada do Dicionário de Moraes.

Sucede a Rui Barbosa na ABL em 1924. Fez parte do Conselho Deliberativo da Fundação Osório.

Em 1907 ingressa no magistério militar, *Antônio Batista de Mendonça Filho* (1879, 1953). Cursa a Escola Militar do Ceará, desde 1894, mas teve que deixá-la com o fechamento da Escola em 1895. Integrou, como sargento, as forças expedicionárias que se deslocaram para Canudos. Voltou à Escola Militar em 1898, já na Praia Vermelha. Promovido a alferes-aluno em 1904, ano de fechamento desta última escola.

Foi nomeado adjunto da 4ª seção do Colégio Militar. Convocado pelo Presidente de Sergipe, Oliveira Valadão, como engenheiro militar, prestou serviços à sua terra. Construiu grupos escolares, abriu estradas e executou vários outros trabalhos. É eleito deputado à Assembléia Estadual, sendo reeleito em 2 legislaturas.

Retornou ao magistério em 1928. E em 1935 deixa o serviço ativo após ter exercido o comando do 28º BC em Aracaju. Deixou fama de professor competente e de homem profundamente bom.

Segue-se *Francisco d'Ávila Garcez* (1875, 1951). Cursava a Escola Militar, quando foi convocado a combater ao lado do Governo, na revolta de 1893.

Promovido a Alferes por serviços prestados à causa da República.

É eleito Deputado estadual. Concluído o seu mandato vem para o Colégio Militar do Rio. É escolhido para servir no Colégio Militar de Barbacena.

Assiste à inauguração dos trabalhos (1913) e lá permanece, como professor de Ciências Físicas e Naturais e de Topografia, até a abrupta extinção do Colégio em 1925. Retorna ao Colégio do Rio e leciona até 1939, quando vem a sua reforma como professor. A Sociedade Brasileira de Filosofia prestou homenagem póstuma ao grande educador, através da palavra de Arnaldo São Tiago.

Surge a figura de *Augusto de Araújo Dorea* (1876, 1953). Em 1892 estava na Escola da Praia Vermelha. Positivista, ajudou a combater os revoltosos em 1894. Era sócio do IHGS. Fundador da Sociedade Brasileira de Cultura Positivista e do Club Positivista, que lhe sucedeu em 1947.

Em 1935 mais outro sergipano chega à Casa de Tomás Coelho. É *Nelson de Oliveira Sampaio*, ainda vivo e forte nos seus quase 100 anos de vida (n. em fevereiro de 1898). Chega à Escola Militar de Realengo e sai aspirante de infantaria em 1922. Em 1926, quando servia na capital sergipana, opõe-se à revolução encabeçada pelo Tenente Augusto Maynard e defende o seu quartel (28º BC) e o Palácio do Governo, sustentando a ordem e a legalidade.

Por sua atenção é promovido por bravura ao posto de Capitão.

Católico fervoroso, desde cedo se engajou nas fileiras do centro Dom Vital. Por sugestão de Alceu de Amoroso Lima foi designado Presidente da Liga Eleitoral Católica em Sergipe. Escrevia no jornal *A CRUZADA*, de Aracaju.

Mas em 1935 é nomeado professor do Colégio Militar (história e geografia). Lecionou também na Fundação Osório. Com Sobral Pinto, Augusto Frederico Schmidt, Afrânio Peixoto, Barreto Filho e tantos outros manteve-se firme nos trabalhos do movimento encabeçado pelo seu conterrâneo Jackson de Figueiredo.

Lecionaram também no Colégio Militar os professores *Antônio Joaquim de Figueiredo*, já aqui mencionado, e o redator destas linhas que exerceu o magistério naquele estabelecimento, no Colégio Pedro II e na Fundação Osório. Também professor na FAHUPE.

Na antiga Escola Normal, além de Maximino Maciel, deve-se ressaltar a figura de *José Barreto Filho*. Ao sair de Aracaju publicou, aos 14 anos, um livro de poesias, "Catedral de Ouro" (Rio, 1922), obra de "uma beleza e simplicidade altamente reveladoras" no parecer de Armindo Guaraná.

Foi catedrático do Instituto de Educação e da Pontifícia Universidade Católica, do Rio. Reuniu em livro a "Correspondência" de Jackson de Figueiredo, dirigida aos seus amigos, em especial a Alceu de Amoroso Lima.

No Imperial Instituto de Surdos-Mudos, aparece a figura de *Tobias Rebelo Leite* (1827, 1896). Médico, foi interno do Hospital da Misericórdia na antiga Corte. Observou em 1848 o 1º caso de febre amarela, na enfermaria dos estrangeiros.

Comissionado para socorrer enfermos de febre amarela, foi depois tratar das vítimas de cólera-morbus em Sergipe. Ao retornar em 1859 foi nomeado chefe da nova seção de Saúde Pública e logo depois, diretor do Instituto de surdos-mudos, estabelecimento que fundou e engrandeceu. Segundo Liberato Bittencourt era "homem de talento, grande saber e probidade exemplar".

Escreveu: *Noções da língua portuguesa* (para surdos-mudos), *Regimento Interno* (do Instituto), *Compêndio para o ensino de surdos mudos*, *Contos morais*, *Lições de Metrologia e Salva Guarda do surdo-mudo*.

Afeiçoado ao Imperador, fez inaugurar naquele educandário o retrato de D. Pedro II em pleno regime republicano. Não obstante esse fato, a República conservou-o à frente daquela organização até a sua morte.

Foi deputado geral na 10ª legislatura. Com aversão à política, não pleiteou a reeleição. A exemplo do que foi feito com o Imperial Instituto dos Cegos, que passou a chamar-se Instituto Benjamin Constant, sugeriu ao Governo dar o seu nome ao INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), pois foi seu fundador e diretor por mais de 20 anos.

Passemos à Escola Superior de Agricultura onde lecionou Maurício Graco Cardoso (1874, 1950). Foi Senador, Governador de Sergipe. Faleceu como Deputado Federal.

Vamos agora ao *Pedagogium*: *Manuel Curvelo de Mendonça* (1870, 1914), formado em direito pela Escola de Recife (1892). Foi lente de direito mercantil e economia política do Instituto Comercial, do qual foi diretor.

Com a extinção deste, foi professor no *Pedagogium* e na Escola Normal. Publicou o romance social "A Regeneração" (1904) e "Sergipe Republicano" (estudo crítico e histórico), (1896). Foi sócio do IHGS e do Instituto do Ceará.

Foi um dos fundadores da malograda Universidade Popular.

Também *Manoel Bonfim* (1868, 1932). Médico, psicólogo, antropólogo e professor.

Darci Ribeiro o considerava "um pensador original, e mais do que isso o maior que geramos, nós latino-americanos". Era anti-racista e inconformado com a miséria nacional.

Publicou: *A América Latina-males de origem* (1903), *O Brasil na América* (1926), *O Brasil na história* (1928), *O Brasil nação I e II* (1929-30).

Só agora começaram a ser republicados os seus livros (exceção feita do livro "A América Latina", reeditado em 1938, por iniciativa de Azevedo Amaral e uma seleção de trabalhos organizados por Carlos Maul em 1935).

O importante é que Manoel Bonfim foi redescoberto e o seu livro "América Latina" aparece agora em versão espanhola na Venezuela.

Ainda no ensino médio podemos citar *Antônio Moutinho Dórea* bacharel em direito, professor de economia política em escolas do antigo Distrito Federal. *Antônio Moreira Guimarães*, bacharel em direito e professor no Instituto Didático e no Colégio Abílio. *Hermes Fontes* (1888, 1930), bacharel em direito, jornalista, professor e poeta inspirado, autor da "Fonte da Mata", foi catedrático do Instituto Lafayette. Foi sócio do IHGS e da ASL. *Deodato Maia* (1896, 1978), bacharel, político, professor universitário, foi lente de geografia do Instituto Didático Comercial. *Abelardo Romero* (1907, 1979), poeta, jornalista e professor do ensino médio estadual da A.S.L.

Ainda como professor aparece a figura ilustre de *Genolino Amado* (1902, 1989), bacharel, jornalista, teatrólogo, memorialista. Lecionava em escolas da antiga Prefeitura do Distrito Federal e na Faculdade Nacional de Filosofia.

Escreveu livros de ensaios, de crônicas, de memórias e de teatro.

Lembrando a terra natal, escreveu: "Um menino sergipano", aparecido em 1977. Foi, como seu irmão, Gilberto Amado, membro da ABL.

Finalmente lembramos o nome de *Jackson de Figueiredo* (1891, 1928).

Foi professor de humanidades em vários colégios desta capital, professor de pedagogia na Escola "Venceslau Braz" e superintendente dos Institutos de Ensino subvencionados pelo Min. da Agricultura. Publicou vários livros de poesia: *Bater de asas* (1908), *Zíngaros* (1910), *Crepúsculo Interior* (1918). Mas é como filósofo e propagandista, líder religioso e condutor de homens que a sua obra se agiganta. Funda o Centro Dom Vital e a revista "Ordem", publica "Pascal e a inquietação moderna" (1922) e "A questão social na filosofia de Farias Brito" (1919).

Ao publicar a sua "Correspondência", em 1938, Barreto Filho, um dos membros da sua família de divulgadores da fé católica, diria sobre ele: Era uma "personalidade vibrante, lutadora, desafiadora de convenções e inimigo das superficialidades".

Considerações finais: O universo a ser considerado é muito amplo.

Para maior aprofundamento é necessária uma pesquisa intensiva junto às universidades, às escolas superiores, aos seminários religiosos, aos arquivos dos Ministérios Militares, da Educação, da Agricultura, às Secretarias Estadual e Municipal de Educação, etc.

Enfim é trabalho para alguns anos ou para que outros o realizem.

Vale ressaltar uma verdade: todos os mestres aqui referidos, adaptaram-se plenamente e buscaram (ou buscam) trazer contribuição efetiva para o desenvolvimento do ensino na terra adotiva.